

LÉXICO, DISCURSO E
LITERATURA EM SUAS
DIFERENTES
MATERIALIDADES

KERLLEN MIRYAN PORTELA DE PAIVA NORATO



DEBATES SOBRE LINGUAGEM:

LÉXICO, DISCURSO E
LITERATURA EM SUAS
DIFERENTES
MATERIALIDADES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
vice-Reitor

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDITORA DA UFMA

Coordenadora

Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

ORGANIZADORES:
ANDREZA LUANA DA SILVA BARROS
CLÁUBERSON CORREA CARVALHO
KERLLEN MIRYAN PORTELA DE PAIVA NORATO

DEBATES SOBRE LINGUAGEM:

LÉXICO, DISCURSO E
LITERATURA EM SUAS
DIFERENTES
MATERIALIDADES

São Luís



EDUFMA

2025

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Stephane Thayane dos Santos Serejo

Imagens da capa

Imagem gerada por IA ChatGPT
Edição por Canva.com

Revisão

Andreza Luana da Silva Barros
Cláuberson Correa Carvalho
Claudiene Diniz da Silva
Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Debates sobre linguagem: léxico, discurso e literatura em suas diferentes materialidades. [recurso eletrônico] / organizadores: Andreza Luana da Silva Barros, Cláuberson Correa Carvalho, Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato.
-- São Luís: EDUFMA, 2025.

174p.:il. color.
Modo de Acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5363-485-5

1.Linguagem. 2.Léxico. 3. Discurso. 4.Literatura. I. Barros, Andreza Luana da Silva.
II.Carvalho, Cláuberson Correa. III.Norato, Kerllen Miryan Portela de Paiva. IV. Título.

CDU 81:378

CDD 410:378

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Wilton Cerveira Marques

CRB 13/567 Mat. SIAPE 1675653
DAU/SIBi/UFMA

CRIADO NO BRASIL[2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

SOBRE A COLEÇÃO	7
Andreza Luana da Silva Barros	
 SEÇÃO 01: O LÉXICO EM SUAS MATERIALIDADES	 10
TRADUÇÃO DE METÁFORAS DO HINO DO MARANHÃO: ENTRE O USO DA LÍNGUA E A PRÁTICA TRADUTÓRIA.....	11
Cesar Rafael Ramos dos Santos Monica Fontenelle Carneiro	
EMERGÊNCIAS DE METÁFORAS NA CAMPANHA DO GOVERNO FLÁVIO DINO NO MARANHÃO ENTRE OS ANOS 2015 A 2022: UMA ANÁLISE À LUZ DA LINGUÍSTICA COGNITIVA	23
Linguística Cognitiva Leandro Lindo Coelho Monica Fontenelle Carneiro	
A TOPONÍMIA PARALELA NAS NOMEAÇÕES DAS RUAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA	35
Michelle Paula Passos da Silva José de Ribamar Mendes Bezerra	
DE “FAZER SALIÊNCIA” A “BRINCAR”: VARIAÇÃO LEXICAL PARA O ATO SEXUAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO.....	47
Rafael Moura Santos Coelho José de Ribamar Mendes Bezerra	
FORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM LIBRAS POR PROFESSORES DE PORTUGUÊS OUVINTES E SUAS PROVÁVEIS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO DE SURDOS	60
Elton César Soeiro Maramaldo Júnior Monica Fontenelle Carneiro	
 SEÇÃO 2: O DISCURSO EM SUAS MATERIALIDADES	 74
O DISCURSO DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO POLICIAL MARANHENSE: REFLEXÕES SOBRE A COBERTURA DO JORNAL ITAQUI-BACANGA	75
Cláuberson Correa Carvalho Robson Carneiro Demétrio	
ANÁLISE DO DISCURSO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NA COMUNICAÇÃO COTIDIANA	89
Hugo Leonardo Lima de Aguiar	

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO
SOBRE ACADEMIAS AO AR LIVRE EM SÃO LUÍS (MA) 98**

Juliana Matos Lavra
Mônica da Silva Cruz

**FIGURAS DE PENSAMENTO COMO ESTRATÉGIA PERSUASIVA NA RELAÇÃO
SIPAT/COLABORADOR: SLOGAN DE SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE
ACIDENTES DO TRABALHO..... 108**

Andréia Dellano Mendes Nunes
Marize Barros Rocha Aranha

**A MODALIDADE PATÊMICA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR:
UMA ANÁLISE TEXTUAL..... 118**

Luzia Rufino de Matos Cirqueira
Maria da Graça dos Santos Faria

SEÇÃO 03: O TEXTO LITERÁRIO EM SUAS MATERIALIDADES 131

**ENDEREÇAMENTO LÍRICO E INVOCAÇÃO EM *AS MARINHAS* DE NEIDE
ARCHANJO 132**

Gabriela de Santana Oliveira

**A MORTALHA DE ALZIRA: ANÁLISE DE UMA *FEMME FATALE* À LUZ DE RENÉ
GIRARD..... 145**

Bruna Letícia Menezes Ferreira
Naiara Sales Araújo Santos

**ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS NA FICÇÃO: A VOZ NARRATIVA EM *A TIRANIA
DO AMOR* DE CRISTOVÃO TEZZA..... 156**

Jéssica Souza Pereira Marques

SOBRE OS AUTORES 169

SOBRE A COLEÇÃO

O e-book: “Debates sobre Linguagem: léxico, discurso e literatura em suas diferentes materialidades” tem como proposta apresentar a variedade de temas que vêm sendo desenvolvidos nas três linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Letras – PGLetras da Universidade Federal do Maranhão: Linha 1 - Descrição e Análise do Português Brasileiro e de outras Línguas naturais; Linha 2 - Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas; e a linha 3 - Estudos Teóricos e Críticos em Literatura.

No cerne das discussões de cada seção, observamos como a linguagem está em evidência. Na primeira seção, que aborda o léxico em suas materialidades, o capítulo de abertura, “Tradução de Metáforas no Hino do Maranhão: Entre o Uso da Língua e a Prática Tradutória”, analisa os desafios e as estratégias envolvidos na tradução de metáforas presentes no Hino do Maranhão. A investigação articula os estudos da tradução e a análise linguística para compreender de que modo as metáforas, enquanto elementos culturais e simbólicos, são interpretadas. A reflexão proposta destaca a complexidade do trabalho tradutório diante de expressões carregadas de identidade e memória coletiva, ressaltando a tensão entre fidelidade linguística e adaptação cultural.

Ainda no âmbito dos estudos sobre metáfora, o segundo capítulo, “Emergências de Metáforas na Campanha do Governo Flávio Dino no Maranhão entre os Anos 2015 a 2022: uma análise à luz da Linguística Cognitiva”, propõe uma investigação das metáforas utilizadas nas campanhas políticas do governo Flávio Dino. A partir dos referenciais da Linguística Cognitiva, o estudo examina como essas metáforas emergem e se consolidam como estratégias discursivas de construção de sentido e de persuasão junto ao eleitorado.

Em seguida, apresentam-se os capítulos “A Toponímia Paralela nas Nomeações das Ruas do Centro Histórico Ludovicense” e “De ‘Fazer Saliência’ a ‘Brincar’: Variação Lexical para o Ato Sexual em São Luís do Maranhão”. Ambos dialogam com temáticas ligadas à cultura e identidade no espaço urbano maranhense. Tanto o estudo sobre a toponímia paralela, quanto a análise da variação lexical relacionada ao ato sexual evidenciam a riqueza e a complexidade das práticas linguísticas populares em São Luís do Maranhão, refletindo dinâmicas sociais, históricas e culturais específicas da cidade. A pesquisa sobre toponímia paralela evidencia a relação entre espaço urbano e linguagem, ressaltando a toponímia como forma de resistência simbólica e de preservação de saberes comunitários. O estudo sobre variação lexical, por sua vez, considera a dimensão sociolinguística das expressões analisadas, abordando as relações entre linguagem, tabus sociais e identidades culturais. O estudo contribui, assim, para a compreensão da dinâmica lexical em torno de temas sensíveis e do papel da linguagem na construção de normas e valores sociais.

Finalizando os textos da primeira seção, o capítulo “Formação e Fluência em Libras por Professores de Português Ouvintes e Suas Prováveis Consequências

no Ensino de Surdos" apresenta um estudo de caso em que são mostrados os desafios enfrentados na formação inicial e continuada por professores de português ouvintes, analisando como a ausência de domínio da Libras pode impactar negativamente as práticas pedagógicas e a inclusão escolar.

Na sequência, os artigos da segunda seção evidenciam o discurso em suas materialidades, explorando os diferentes aspectos das práticas discursivas e comunicacionais em contextos sociais diversos. O capítulo "O discurso da violência no jornalismo policial maranhense: reflexões sobre a cobertura do jornal Itaqui-Bacanga" analisa como a violência é construída discursivamente nas reportagens do jornal Itaqui-Bacanga. No decorrer do texto, são analisados como os mecanismos linguísticos e narrativos podem ser utilizados para representar episódios de violência, discutindo as implicações éticas e sociais da cobertura policial no jornalismo maranhense.

Em seguida, o capítulo "Análise do Discurso e Preconceito Linguístico: as formas de discriminação na comunicação cotidiana" discute sobre as manifestações de preconceito linguístico que ocorrem nas situações cotidianas. Embasado nos pressupostos da Análise do Discurso, o estudo examina como práticas discriminatórias relacionadas ao uso da língua se inserem nas interações sociais, ratificando as exclusões que podem ser observadas na sociedade.

O capítulo "Biopolítica e Governamentalidade no Discurso Jornalístico sobre Academias ao Ar Livre em São Luís (MA)" analisa reportagens sobre academias ao ar livre à luz dos conceitos de biopolítica e governamentalidade. A pesquisa discute como os discursos jornalísticos promovem a normatização de práticas corporais e de estilos de vida, articulando saúde pública, espaço urbano e controle social.

O quarto capítulo da segunda seção, "Figuras de Pensamento como Estratégia Persuasiva na Relação SIPAT/Colaborador: slogan de Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho", aborda o uso de figuras de pensamento nos *slogans* das Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho como instrumentos de persuasão e mobilização dos colaboradores. Evidencia-se na análise em questão como os recursos retóricos são empregados para sensibilizar e engajar o público-alvo em torno da temática da prevenção de acidentes laborais.

No capítulo seguinte, propõe-se um estudo dos efeitos de sentido gerados pela modalidade patêmica em textos que abordam a violência escolar. Com o título "A Modalidade Patêmica no Enfrentamento da Violência Escolar: uma análise textual", a pesquisa investiga como as marcas linguísticas relacionadas às emoções contribuem para a construção de discursos que mobilizam a afetividade e a responsabilidade social diante do problema da violência no ambiente educativo.

A terceira seção reúne artigos sobre o texto literário em suas materialidades. O capítulo "Endereçamento Lírico e Invocação em *As Marinhas* de Neide Archanjo" analisa as estratégias de endereçamento e invocação na obra *As Marinhas*, de Neide Archanjo. Neste estudo, é possível observar como a interlocução construída pelo eu lírico com os seus destinatários enfatiza as nuances da comunicação poética e as marcas de subjetividade que atravessam os poemas.

O capítulo "A Mortalha de Alzira: análise de uma femme fatale à luz de René Girard" examina a construção da personagem Alzira sob a perspectiva da teoria mimética de René Girard. É evidenciado como o arquétipo da *femme fatale* se manifesta na narrativa, articulando temas como desejo, rivalidade e sacrifício, e os mecanismos simbólicos que sustentam a dinâmica de violência e sedução na trama. O último capítulo, "Estratégias Persuasivas na Ficção: a voz narrativa em *A Tirania do Amor* de Cristovão Tezza", faz uma análise dos recursos persuasivos empregados pela voz narrativa na obra de Cristovão Tezza. A análise mostra como a tessitura do discurso é utilizada para envolver o leitor e reforçar os temas centrais do romance.

Sendo assim, os artigos desta coleção destacam a relevância dos estudos da linguagem em suas mais diversas materialidades, reforçando quão necessários são esses debates para o universo das pesquisas acadêmicas. Destaca-se ainda o potencial dos pesquisadores e dos egressos do PGLetras, cujos esforços analíticos refletem os resultados de cada pesquisa aqui comunicada. Espera-se, então, que este *e-book* contribua de forma significativa para o universo das pesquisas em torno das investigações sobre linguagem.

Andreza Luana da Silva Barros

SEÇÃO 01:

O LÉXICO EM SUAS MATERIALIDADES

TRADUÇÃO DE METÁFORAS DO HINO DO MARANHÃO: ENTRE O USO DA LÍNGUA E A PRÁTICA TRADUTÓRIA

Cesar Rafael Ramos dos Santos
Monica Fontenelle Carneiro

1 INTRODUÇÃO

A tradução de metáforas, especificamente do Português para a Língua Brasileira de Sinais (LSB), apresenta uma série de desafios que vão além da mera transposição linguística. Metáforas não são apenas recursos estéticos da língua, como sugerido pelo pensamento tradicional, mas formas fundamentais de estruturar o pensamento e a identidade cultural de um grupo social. No contexto da tradução para língua de sinais brasileira - LSB, esses desafios se tornam ainda mais complexos, pois envolvem não apenas a conversão de uma língua oral para uma língua visual-espacial, mas também a compreensão dos sentidos culturais e cognitivos que permeiam as metáforas.

Este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada *Hino do Maranhão: análises metafóricas orientadas à tradução em Libras*, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O trabalho foi realizado na linha de pesquisa "Descrição e análise do português brasileiro e de outras línguas naturais", sob a orientação da professora Dra. Monica Fontenelle Carneiro e coorientação da professora Dra. Sandra Patrícia Faria Nascimento.

Neste recorte, é apresentado como exploramos os desafios da tradução de metáforas no *Hino do Maranhão*, com foco na análise das metáforas conceituais presentes na letra da composição de Godóis e no processo de transposição dessas metáforas para a LSB. A proposta é ampliar a compreensão das metáforas não apenas como elementos linguísticos, mas como construções sociais moldadas pelas experiências e valores de um grupo de falantes. A tradução, portanto, deve ser vista não apenas como um exercício linguístico, mas como um processo cognitivo que envolve a construção de sentidos entre dois grupos sociais distintos, cada um com suas próprias formas de ver e interpretar o mundo.

A relevância deste estudo reside na necessidade de uma abordagem mais profunda e contextualizada para a tradução de metáforas para LSB, especialmente em textos que carregam significados culturais e históricos complexos, como o Hino do Maranhão. Ao tratar da tradução de metáforas, o desafio também é a visão reducionista que ainda prevalece em muitos contextos, de que a tradução de metáforas se resume à estética entre línguas. Este estudo pretende mostrar que, ao traduzir metáforas, é necessário compreender não só os sentidos criados pelo grupo social de origem, mas também como esses sentidos são recriados na língua

do grupo social alvo, garantindo, assim, que a tradução preserve o sentido, pensamento e a cultura proposta no texto original.

O trabalho está organizado em cinco seções principais. Na primeira, apresenta-se a introdução do tema, destacando a relevância da tradução de metáforas e sua aplicação no contexto e o objeto desses estudos que foram as metáforas do Hino do Maranhão. A seguir, na seção "Metáforas Conceituais e Construção Social de Sentidos", são discutidas as teorias da linguística cognitiva que nos apresenta a teoria das metáforas conceituais, abordando os principais autores que iniciaram esse debate.

A terceira seção, "Metodologia: Análise Textual Orientada à Tradução" descreve a abordagem metodológica utilizada para a análise, baseada na teoria de tradução proposta por Nord. Em seguida, na quarta seção, "Os Desafios na Tradução de Metáforas para LIBRAS", são explorados os principais desafios encontrados ao traduzir metáforas para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, refletindo sobre os resultados e discussões desenvolvidas ao longo do estudo.

2 METÁFORAS CONCEITUAIS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SENTIDOS

A teoria das metáforas conceituais, desenvolvida por George Lakoff e Mark Johnson em "Metaphors We Live By" (1980), propõe que as metáforas não são apenas figuras de linguagem, mas sim estruturas fundamentais do nosso pensamento. Segundo os autores, as metáforas conceituais são formas de compreender e organizar a experiência humana, influenciadas pelas experiências culturais e sociais dos indivíduos. Elas moldam não apenas o uso da linguagem, mas também o modo como percebemos o mundo ao nosso redor. Carneiro (2009, p. 41) destaca que:

Dentre as pesquisas desenvolvidas nessa área específica, vários estudos fundamentavam-se no pressuposto de que o processamento do pensamento humano é essencialmente metafórico, mas foram aqueles realizados por Lakoff e Johnson (1980) os mais ousados em sua proposta, ao destacarem e comprovarem a importância da metáfora não como uma mera função da linguagem, mas como uma figura do pensamento - um reflexo das formas de perceber e compreender o mundo em contextos sócio-culturalmente situados.

A citação acima nos mostra que Lakoff e Johnson defendem que as metáforas não são apenas adornos linguísticos, mas maneiras estruturais de pensar e de viver. Elas fazem parte do cotidiano e estão presentes na forma como pensamos sobre o tempo, as relações, o espaço, entre outros aspectos da experiência humana. Por exemplo, ao dizermos que "o tempo é dinheiro", estamos não apenas utilizando uma expressão figurada, mas estruturando o conceito de tempo de acordo com a metáfora da economia, um valor culturalmente relevante. Assim, as metáforas nos ajudam a compreender conceitos abstratos a partir de

domínios mais concretos, como no caso do "tempo" sendo representado pelo "dinheiro".

No Brasil, a teoria das metáforas conceituais chegou com a tradução do livro *Metáforas da Vida Cotidiana* (2002) para o português, realizada por Zanotto e Maluf, o que possibilitou uma maior disseminação e compreensão das ideias de Lakoff e Johnson. Ao apresentar a teoria das metáforas conceituais e a noção de frames (ou esquemas mentais), os autores sugerem que nossas percepções são moldadas por conjuntos de metáforas interligadas que formam a base do nosso raciocínio e da nossa linguagem. Cada metáfora, portanto, é parte de um sistema mais amplo de interpretações e representações, chamado de frame, que direciona a forma como compreendemos as experiências e as interações sociais.

A pesquisa pioneira que investiga metáforas conceituais na LSB foi a professora doutora Sandra Faria Nascimento, da Universidade de Brasília (UNB), com sua dissertação de mestrado intitulada "*A metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos*", defendida em 2003. Explorando como as metáforas estruturam o pensamento e a comunicação dos surdos. Seu trabalho foi fundamental para abrir caminho para a compreensão das metáforas não apenas como elementos linguísticos, mas como componentes centrais na construção de sentidos e na competência comunicativa dos indivíduos surdos.

A tradução de metáforas entre diferentes culturas e línguas, como no caso do Português e da LSB, exige mais do que uma simples transposição de palavras ou imagens. As metáforas estão profundamente enraizadas nas experiências culturais e históricas de um grupo social, e, ao serem traduzidas, devem respeitar as diferenças nas formas como esses grupos constroem e organizam seus sentidos. Isso implica que, para uma tradução eficaz, o tradutor precisa entender os frames culturais e os sentidos que a metáfora transmite, tanto na língua de origem quanto na língua alvo, para garantir que a metáfora traduza, de maneira fiel, o pensamento e a identidade de ambos os grupos.

Portanto, a metáfora não é apenas uma construção linguística, mas um reflexo das estruturas cognitivas e sociais que formam o entendimento de um grupo sobre o mundo. Ao abordar a tradução de metáforas, é crucial compreender essas construções sociais e cognitivas, pois elas influenciam não apenas a forma como falamos, mas também como percebemos e interagimos com a realidade.

3 METODOLOGIA: ANÁLISE TEXTUAL ORIENTADA À TRADUÇÃO

A Linguística Cognitiva, especialmente através da teoria das metáforas conceituais de Lakoff e Johnson, tem como foco a linguagem em uso, entendendo as metáforas como estruturas fundamentais de nosso pensamento. Para Lakoff e Johnson, as metáforas não são apenas uma questão de estilo linguístico, mas uma forma de organizar e estruturar nossa experiência do mundo. A teoria enfoca a linguagem como uma prática cotidiana que se constrói e se modifica com base nas experiências culturais e sociais dos indivíduos, sendo, portanto, dinâmica e fluida.

Por outro lado, a teoria funcionalista da tradução de Christiane Nord, com seu foco na análise textual orientada à tradução, coloca a prática do tradutor no centro do processo tradutório. Nord (2016) vê a tradução não apenas como uma transferência de palavras, mas como uma tarefa interpretativa e adaptativa, que exige uma compreensão profunda dos sentidos e contextos tanto da língua fonte quanto da língua alvo. O trabalho do tradutor é, assim, de reorganizar e reconstruir o conteúdo, levando em conta os contextos culturais e as expectativas do público-alvo.

O esforço teórico desta pesquisa é justamente aproximar essas duas teorias, a linguística cognitiva e a abordagem funcional para a tradução, para oferecer uma análise mais robusta e contextualizada da tradução de metáforas no Hino do Maranhão. Ao considerar a língua em uso na perspectiva cognitiva, busca-se entender como as metáforas se constroem e são percebidas na língua fonte, a partir dos frames culturais e históricos que as sustentam. Ao mesmo tempo, a teoria funcionalista orienta a análise da tradução, fornecendo uma metodologia que considera a importância da adaptação cultural e cognitiva da língua alvo.

Esse esforço de aproximação visa oferecer uma compreensão mais completa do processo tradutório, levando em conta tanto as construções mentais e culturais da língua fonte quanto a necessidade de transmitir esses sentidos de forma acessível e significativa para o público-alvo. Assim, o objetivo da tradução não é apenas preservar a estética linguística, mas garantir que as metáforas e seus significados sejam reformulados de maneira que o grupo da língua alvo reconheça e internalize os mesmos sentidos, preservando a essência original da mensagem.

A teoria das metáforas conceituais, nesse contexto, se apresenta como uma ferramenta de análise muito poderosa para o tradutor. Ela possibilita um olhar mais atento às construções cognitivas e culturais que sustentam as metáforas e seus significados.

Contudo, a aplicação dessa teoria no exercício tradutório exige que o tradutor esteja em constante aproximação com as comunidades das suas línguas de trabalho. Para o tradutor ouvinte, isso significa estar sempre atualizado na língua portuguesa, compreendendo suas formas de uso no cotidiano, além de manter um contato contínuo com a LSB e com a comunidade surda, com suas práticas linguísticas e culturais. Sem essa aproximação, a análise dos textos fonte e alvo pode até captar os sentidos pretendidos, mas a tradução final pode não refletir adequadamente esses sentidos, comprometendo a eficácia da comunicação entre os grupos sociais.

Para a análise da tradução das metáforas conceituais no **Hino do Maranhão** para **LSB**, seguimos uma adaptação do processo de ação tradutória proposto por **Christiane Nord (2016)**, conforme a tabela de "Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática". A autora nos apresenta uma tabela com fatores extratextuais e intratextuais com o intuito de nos orientar no processo de análise textual orientado a tradução:

Tabela 1 – Reprodução da Tabela de referência da análise textual em tradução (Nord, 2016)

Quem transmite Para quê Para quem Por qual meio Em qual lugar Quando Por quê Com qual função	Sobre qual assunto ele diz O quê (o que não) Em qual ordem Usando quais elementos não verbais Com quais palavras Em quais orações Com qual tom
Com qual efeito?	

Fonte: NORD, Christiane. *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática*. 1. ed. São Paulo: Rafael Copetti Editos, 2016.

Seguindo as orientações da autora respondendo as perguntas de acordo com o nosso objeto de pesquisa, o Hino do Maranhão, fazendo assim as devidas adaptações.

Tabela 2 – Fatores extratextuais e intratextuais na análise textual em tradução

Fatores Extratextuais	Fatores Intratextuais
Quem transmite? R. O autor; Godóis, é quem escreve o texto do hino, mas haverá outros intérpretes, como cantores e declamadores.	Sobre qual assunto ele diz? R. O autor fala sobre a história, ancestralidade, as lutas, a natureza exuberante e os valores culturais do Maranhão, exaltando o estado como um símbolo de orgulho e identidade.
Para quê? R. Para exaltar a história, a natureza e os valores culturais do Maranhão, reforçando o orgulho e a memória coletiva.	O quê? R. O hino descreve a natureza grandiosa do Maranhão, a bravura de seu povo em batalhas, a herança cultural e a celebração do estado como uma "Pátria amada".
Para quem? R. Para os cidadãos maranhenses e interessados na história e cultura do estado.	O que não? R. Não detalha eventos históricos específicos, não faz críticas sociais ou políticas, não menciona a cultura popular nem as populações indígenas ou afrodescendentes diretamente.
Por qual meio? R. Por meio da forma escrita em português brasileiro, como símbolo oficial do Maranhão.	Em qual ordem? R. O texto segue cinco estrofes e um refrão, começando com a exaltação da natureza e passando por batalhas históricas, finalizando com celebrações de glória e herança cultural. A sequência das estrofes apresenta interpretações sobre eventos históricos, como disputas territoriais e a independência do Brasil.
Em qual lugar? R. No estado do Maranhão, Brasil, representando o contexto histórico e cultural maranhense.	Utiliza quais elementos não verbais? R. Não há elementos não verbais identificados no texto original, mas foi musicalizado posteriormente, com a melodia intensificando a mensagem.
Quando? R. Produzido no século XIX, em um contexto de valorização da identidade regional.	Com quais palavras? R. O autor usa uma linguagem formal, com palavras solenes e poéticas, carregadas de simbolismo, como "glória" e "heróis", criando imagens sensoriais com expressões como "selvas seculares" e "troar das bombardas".
Por quê? R. Para criar um símbolo cultural que represente a história e a identidade do Maranhão.	Em quais orações? R. O texto é composto por orações descritivas extensas, com metáforas e imagens poéticas, misturando orações simples e compostas, subordinadas e coordenadas, criando um tom celebrativo.

Fonte: Adaptado de Nord (2016).

O objetivo dessas etapas foi realizar uma análise sistemática das metáforas presentes no **Hino do Maranhão**, levando em consideração as nuances cognitivas e culturais tanto da **língua-fonte** (português) quanto da **língua-alvo** (LSB). O

processo de tradução, como descrito abaixo, foi desenvolvido em oito etapas fundamentais:

1. **Produzir a primeira versão de tradução do texto-alvo (TA):** Com base na primeira leitura e análise do contexto e conhecimento referencial e competência linguística das línguas em questão, produziu-se a primeira versão da tradução para **LSB**.
2. **Identificar as metáforas do texto-fonte (TF):** A primeira etapa consiste na identificação das metáforas conceituais presentes no **Hino do Maranhão**, com base na teoria cognitiva de **Lakoff e Johnson**. Essa identificação inicial foi essencial para mapear os elementos metafóricos que deveriam ser traduzidos.
3. **Analisar a metáfora no contexto de origem:** Após identificar as metáforas, é fundamental compreender o contexto cultural, social e histórico em que elas se originam. Esta análise é crucial para entender os sentidos das metáforas no contexto político e cultural do Maranhão, o que orienta uma tradução mais fiel ao seu significado original.
4. **Identificar os mesmos trechos de análise do TF no TA:** A próxima etapa envolve a verificação da correspondência entre as metáforas identificadas no **texto-fonte** e seus respectivos trechos no **texto-alvo** traduzido. Essa verificação é essencial para assegurar a consistência na tradução das metáforas.
5. **Analisar se houve validação da construção de sentidos da metáfora no contexto de chegada:** A validação da metáfora no contexto de chegada refere-se à necessidade de garantir que o significado da metáfora seja adequadamente compreendido dentro da cultura surda. Isso envolve avaliar o impacto da tradução no público surdo e sua capacidade de se conectar ao contexto cultural da língua-alvo.
6. **Repensar a tradução dos pontos que não alcançaram o sentido esperado no TA com base na teoria linguística cognitiva:** Caso algum trecho não tenha atingido a mesma carga semântica ou cognitiva, a teoria das metáforas conceituais serve como um guia para repensar a tradução, buscando alternativas que façam mais sentido dentro da cultura surda, respeitando os **frames** culturais.
7. **Propor a segunda versão de tradução para o TA:** Após os ajustes, é proposta uma segunda versão da tradução, considerando as mudanças necessárias para garantir a fidelidade ao contexto cognitivo e cultural da língua surda.
8. **Identificar os problemas tradutórios que perpassam a tarefa:** Por fim, é essencial identificar os principais desafios e limitações do processo tradutório, como as diferenças culturais entre os falantes das duas línguas e as dificuldades na adaptação de metáforas que não possuem uma correspondência direta em **LSB**.

Essas etapas articulam as duas principais teorias que utilizamos em nosso trabalho, a saber, a Teoria das Metáforas Conceituais e a Teoria de Análise Textual Orientada a Tradução. Quando incluímos em nossa análise textual orientado a tradução uma análise voltada às metáforas na língua de origem e na língua-alvo, buscando articular o entendimento das metáforas aos respectivos públicos, analisando os efeitos que o texto de origem pretende causar nos público alvo, os ouvintes a época, e os efeitos que o texto traduzido pretende causar no seu

respectivo público-alvo da língua traduzida, os surdos e a comunidade surda no geral.

4 OS DESAFIOS NA TRADUÇÃO DE METÁFORAS PARA LSB

A tradução de metáforas para **LSB** envolve desafios específicos devido às diferenças linguísticas e cognitivas entre o **Português** e a **LSB**, que no caso desta última, por ser uma língua de sinais, possui uma estrutura semântica e cultural distinta a da língua portuguesa. Os desafios são acentuados quando lidamos com as metáforas, que não são apenas construções linguísticas, mas também reflexos de uma maneira particular de ver e pensar o mundo. A seguir, destacamos os principais desafios enfrentados na tradução das metáforas do **Hino do Maranhão** para **LSB**:

O primeiro desafio encontrado na tradução das metáforas do Hino do Maranhão que queremos destacar é a modalidade das línguas resgatando a discussão do parágrafo anterior, salientamos que embora ambas sejam línguas naturais, elas são produzidas em modalidades distintas. O Português é uma língua vocal-auditiva, enquanto a LSB é uma língua visual-gestual, com uma gramática própria e parâmetros como a configuração das mãos, o ponto de articulação, o movimento, a expressão não manuais e a direção. As tarefas tradutórias entre línguas de diferentes modalidades chamamos de tradução intermodal, compreendemos inclusive que em alguns casos podemos ou não encontrar correspondência direta entre as duas línguas. Quanto a modalidade Rodrigues (2018, p. 08) explica:

Considerando a questão da modalidade de língua aplicada à tradução e à interpretação, temos como delinear dois tipos de processos: os intramodais e os intermodais. Os processos intramodais são aqueles que ocorrem entre línguas de uma mesma modalidade, seja entre duas línguas orais ou entre duas línguas de sinais (Português-Inglês, Francês-Espanhol, ASL-Libras, BSL-LSF etc.). Já os processos intermodais são aqueles que se realizam entre uma língua oral e outra de sinais (Inglês-ASL, Francês-Libras, LSF-Inglês, Português-Libras etc.).

A referida pesquisa alinha-se principalmente ao processo tradutório intermodal, porque nosso objeto de análise está na LP e o traduzimos para a LSB. Acerca disso, Rodrigues (2018) acrescenta:

É importante reiterar que os processos tradutórios e interpretativos que envolvem línguas de sinais diferenciam-se daqueles processos que envolvem apenas línguas orais. Essa diferenciação pode ser analisada a partir da perspectiva dos efeitos de modalidade da língua sobre a tradução e sobre a interpretação. Além disso, o processo interpretativo intermodal, por diversas razões, é bem mais comum e, conseqüentemente, mais investigado que o processo tradutório intermodal. (Rodrigues, 2018, p. 08).

Nesta perspectiva alinhados ao entendimento de Rodrigues (2018) que diferencia tradução e interpretação considerando o meio de produção dos textos, produto desse trabalho. Enquanto a tradução lida com textos escritos e/ou registrados, permitindo ao tradutor trabalhar no seu próprio ritmo, revisar e refinar o produto final antes de sua apresentação ou entrega, a interpretação envolve a produção de textos orais em tempo real, exigindo que o intérprete acompanhe o ritmo do falante sem a possibilidade de revisões prévias. Além disso, o resultado da tradução tende a ser mais duradouro, ao passo que o da interpretação é efêmero, pois não fica automaticamente registrado.

Objeto de análise, como já mencionado, são as metáforas conceituais presentes no Hino do Maranhão para assim seguir a tarefa de análise foi necessário compreender como elas se apresentam na LSB, nesse sentido o estudo de Farias (2006) nos apresenta uma base significativa de entendimento a partir de sua pesquisa quando faz uma análise contrastando as metáforas na língua de sinais brasileira (LSB) presentes no corpus de sua pesquisa com as metáforas da língua portuguesa. Para Farias (2006, p. 10):

a primeira traz uma amostra de descrição sincrônica e descontextualizada de itens e/ou fraseologismos metafóricos. Esses itens e/ou fraseologismos estão aleatoriamente dispostos sob a seguinte apresentação taxionômica: (a) itens e/ou fraseologismos da LSB com metáfora e sentido equivalentes a itens e/ou fraseologismos da LP; (b) itens e/ou fraseologismos da LSB com metáfora diferente e sentido equivalente a itens e/ou fraseologismos da LP; e (c) itens e/ou fraseologismos da LSB sem equivalentes cristalizados na LP.

A partir dessa identificação, podemos dizer que as classificações de três tipos de metáforas equivalentes, semelhantes e diferentes. Quando comparada às produções metafóricas na língua em uso na LSB e na LP. Além disso, a **LSB** é permeada por **frames culturais** próprios da comunidade surda, sendo assim, nas traduções, recomenda-se que as metáforas sejam adaptadas para os contextos cognitivos e culturais correspondentes. O processo de tradução envolve não apenas a substituição de palavras ou expressões, mas a busca por equivalentes que reflitam os sentidos e as imagens construídas pela metáfora original. Exigindo do tradutor no exercício de sua tarefa aproximações de sentidos do texto fonte para o texto alvo.

Alguns trechos do **Hino do Maranhão** apresentam metáforas que exigem uma análise aprofundada para serem traduzidas adequadamente para **LSB**. Por exemplo: A metáfora "selvas seculares" apresenta um conceito de que a natureza é guardiã do passado, na tradução para LSB, foi preciso capturar o impacto temporal e cultural dessa expressão. Enquanto o **Português** utiliza uma metáfora que pode ser diretamente associada à ideia de uma terra antiga, na **LSB**, a tradução pode recorrer a expressões que conectem o conceito de "terra" com a marca temporal e o simbolismo cultural já utilizado pela comunidade surda.

Um outro exemplo, encontra-se na metáfora "salve pátria, pátria amada", que carrega uma conotação de patriotismo. Na **LSB**, a princípio encontramos

dificuldade na representação do "salve pátria" para associá-lo ao conceito de forma que a metáfora fizesse sentido dentro do contexto cultural e histórico da comunidade surda e da sua língua. Esses exemplos ilustram como metáforas carregam significados profundos e culturais, por essa razão apresentam um desafio para os tradutores, pois exigem mais do que uma simples tradução lexical. É necessário refletir sobre a forma de transmitir os conceitos de maneira que as pessoas surdas compreendam, sem perder a essência do sentido original.

Para enfrentar os desafios como os acima mencionados, adotamos algumas estratégias que nos possibilitaram manter os sentidos equivalentes aos originais das metáforas analisadas, respeitando ao mesmo tempo as características linguísticas e culturais da **LSB**, **consideramos então os seguintes pontos:**

Equivalência Funcional: Nesta estratégia, resgatamos o conceito de Farias 2006, de metáfora equivalente inserindo-a como ferramenta ao tradutor, apresentando-se aqui como uma equivalência funcional que preserve a intenção da metáfora no contexto cultural da língua-alvo. Por exemplo, ao traduzir "por divisas tens a glória", a metáfora que foi utilizada buscou características reconhecidas pela comunidade surda para um emblema de valor. Exemplo: para essa metáfora em LP decidimos transpor a glória na LSB do campo abstrato passando-a para o concreto como elemento tangível representado pelas insígnias de patentes militares postas nos ombros dos fardamentos.

Adaptação Cultural: Aqui a metáfora semelhante exigiu adaptações culturais para a forma, mas com o cuidado de preservar o sentido para compreensão no contexto da comunidade surda. Um exemplo para a metáfora "Salve pátria, pátria amada" foi por ter incorporado o símbolo descritivo da bandeira do Maranhão, elemento visual na **LSB** que invoca o sentimento de amor e patriotismo na comunidade surda.

Metáforas Visuais: Metáforas diferentes em LSB e em LP, muitas metáforas podem ser traduzidas por meio de representações visuais, utilizando os próprios parâmetros linguísticos da língua de sinais, como o movimento das mãos, a expressão facial e o espaço. Isso ajuda a manter a ideia subjacente à metáfora de maneira visual, sem a necessidade de palavras. Exemplo o hastear da bandeira e a reverência feita a ela com as expressões não manuais.

Estratégias como estas devem ser consideradas pelo tradutor em seu ofício para garantir que o público surdo entenda a metáfora da mesma forma que o público ouvinte, respeitando as particularidades culturais de cada grupo e os acionamentos cognitivos que acontecem a partir das nossas escolhas tradutórias. É importante que o tradutor se debruce e "beba" das duas culturas para ampliar seu repertório cultural e linguístico nas suas línguas de trabalho.

No ponto acima de adaptação cultural a tomada de decisão para essa escolha tradutória só foi possível a partir de uma pesquisa nas produções sinalizadas dos surdos em produções do Hino Nacional ao longo da história no Brasil e do estudo feito por Sutton-Spence e Machado (2023), que inclui a análise

do poema de *Bandeira Brasileira* de autoria de Nelson Pimenta¹ de 1999, alcançando assim para a comunidade surda brasileira função equivalente à do Hino Nacional para os ouvintes, a descrição da bandeira como elemento visual dialoga diretamente com a cultura surda. Quando incluímos a descrição do hasteamento e dos elementos que a compõem buscamos traduzir o sentimento cívico proposto nos hinos.

O tradutor precisa consumir produções culturais das comunidades das línguas com as quais se propõe a trabalhar para construir um repertório cultural que lhe permite compreender as visões de mundo de cada uma. Esse processo desenvolve sua capacidade de entender as dinâmicas culturais que influenciam o uso e a construção das línguas, moldadas pelas experiências de cada comunidade. Permitindo que tradutor seja capaz de incorporar expressões em seus textos traduzidos que aproximam-se mais do entendimento do público do texto alvo traduzido, sem desvirtuar o sentido do texto fonte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução de metáforas para LSB representa um desafio significativo, mas também uma oportunidade única de refletir sobre as nuances da linguagem e as diferenças cognitivas entre as comunidades surda e ouvinte. O processo de tradução não se resume à transposição de palavras ou frases, mas envolve um mergulho profundo no universo cultural, social e cognitivo de ambas as línguas e seus falantes. A análise das metáforas conceituais, proposta por Lakoff e Johnson, mostrou-se uma ferramenta poderosa para entender como as metáforas são construídas e como elas moldam a percepção do mundo. Esse tipo de análise é essencial para garantir que o tradutor compreenda os sentidos profundos das expressões e possa adaptá-las de forma eficaz na língua de sinais valendo-se de pesquisas atuais que agregam ao tradutor da LS.

A análise metafórica, ao considerar não apenas os aspectos linguísticos, mas também os aspectos culturais e cognitivos envolvidos, chama o tradutor a responsabilidade de atualização constante de suas competências. As metáforas, que muitas vezes são tratadas como elementos puramente estéticos ou ornamentais da língua, revelam-se como representações profundas de como as pessoas de diferentes culturas pensam e veem o mundo.

Para a comunidade surda, a tradução de metáforas deve ir além da equivalência lexical e buscar, na essência das metáforas, uma forma de transmitir significados que ressoem dentro da estrutura cognitiva e cultural surda. Ao adotar a teoria das metáforas conceituais, o tradutor de LSB é capaz de compreender as construções mentais que moldam a língua portuguesa e, por meio disso, recriar essas metáforas de forma que o público surdo possa reconhecê-las, entendê-las e se identificar com elas.

¹ Bandeira do Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=exlhqHgNEaE>>.

No que se refere às Implicações **para a Acessibilidade Linguística e Cultural** o processo de tradução de metáforas para LSB tem implicações diretas na **acessibilidade linguística e cultural**. Ao proporcionar uma tradução que respeita as nuances culturais da comunidade surda, a tradução de metáforas contribui para uma maior **inclusão e acesso** a conteúdos culturais, como o Hino do Maranhão, de uma forma que o público surdo possa se conectar e compreender profundamente. Além disso, essa tradução representa uma valorização da língua de sinais como uma língua plena e válida para a expressão de conceitos abstratos, como as metáforas, que são fundamentais na comunicação humana.

Ao considerar as **dificuldades cognitivas e culturais** no processo de tradução, o tradutor de LSB ajuda a promover uma **acessibilidade verdadeira**, não apenas no sentido de tornar o conteúdo compreensível, mas também no sentido de respeitar a **identidade cultural surda**. A tradução das metáforas, portanto, não é apenas uma questão linguística, mas também uma questão de **empoderamento cultural**, ao proporcionar à comunidade surda o direito de compreender e se apropriar de expressões culturais que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis.

Embora esta pesquisa tenha explorado as dificuldades e estratégias na tradução de metáforas conceituais para LSB, ainda há muitas questões a serem investigadas. Algumas possíveis direções para futuras pesquisas incluem: **Exploração de outras línguas de sinais, Análise de metáforas em diferentes contextos culturais e históricos e o Estudo das implicações cognitivas das metáforas em LSB**. Essas sugestões visam aprofundar a compreensão da tradução de metáforas em e para a LSB e expandir as possibilidades de pesquisa nessa área, com o objetivo de promover uma tradução mais precisa, inclusiva e culturalmente relevante.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Monica Fontenelle. **Dos Manuais Didáticos à Compreensão do Aprendiz: a Relevância da Metáfora no Ensino-Aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira (IEL)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

FARIA-NASCIMENTO. S. P.: **A metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Brasília, 2003.

FARIA-NASCIMENTO. S. P.: **Metáfora na LSB: por debaixo dos panos ou a um palmo de nosso nariz?**. ETD. Educação Temática Digital, disponível em: <http://143.106.58.55/revista/v, v. 07, n. 02, 2006>. Acesso em: 5/11/2024
LAKOFF, G; MARK, J. **Metaphors We Live By**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G; MARK, J. **Metáforas da Vida Cotidiana. Tradução: Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM)** sob a coordenação de Mara Sophia Zanotto e pela tradutora Vera Maluf. São Paulo: Mercado das letras, 2002. NASCIMENTO, Carlos. **Formação Profa Dra Sandra Patrícia do Nascimento I parte** disponível em: <https://www.youtube.com/uma?v==2W9&t==407>. P Acessado em 01/11/2024.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática.** São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

NORD, Cristiane. **Entrevista concedida a Anthony Pym.** Tarragona, 26 maio 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lhzgOzkJ1sw> . P Acessado em 12/11/2024.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudo linguísticos** Porto Alegre: Artmed. 2004.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa.** *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 44, p. 111-129, jan./abr. 2018.

SUTTON-SPENCE, Rachel; MACHADO, Fernanda. **Poesia simbólica das bandeiras dos estados brasileiros: tradução ecfrástica em Libras.** *Revista Glauks*, v. 23, p. 133-150, 2023. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/377/270>. Acesso em: 24 dez. 2024.

EMERGÊNCIAS DE METÁFORAS NA CAMPANHA DO GOVERNO FLÁVIO DINO NO MARANHÃO ENTRE OS ANOS 2015 A 2022: UMA ANÁLISE À LUZ DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

Leandro Lindo Coelho
Monica Fontenelle Carneiro

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do mandato de Flávio Dino como governador do Maranhão, entre 2015 e 2022, sua administração destacou-se por adotar uma comunicação eficaz e estrategicamente estruturada, utilizando-se amplamente de metáforas para transmitir suas ideias, engajar a população e reforçar sua liderança política. Essas expressões metafóricas, além de transcenderem o uso literal da linguagem, tornaram-se instrumentos poderosos para traduzir conceitos abstratos em mensagens simples, claras e de grande impacto, especialmente no contexto de suas campanhas eleitorais. Por meio dessas estratégias, Flávio Dino foi capaz de moldar narrativas que não apenas explicavam suas propostas, mas também criavam vínculos emocionais profundos com seu eleitorado.

A metáfora, nesse contexto, vai além de ser um simples recurso retórico; uma vez que é uma ferramenta cognitiva fundamental que reflete a forma como os seres humanos organizam seus pensamentos e percepções. Fundamentada na Teoria da Metáfora Conceitual, esta pesquisa busca explorar como as metáforas utilizadas nas campanhas de Flávio Dino atuaram na construção de sentidos e na formação de uma percepção pública que favorecesse a compreensão de sua gestão, reforçando também sua legitimidade política. A Linguística Cognitiva, ao analisar essas metáforas, oferece subsídios para compreender como elas contribuem para o processo de cognição, conectando a linguagem aos contextos sociais, culturais e políticos.

A análise proposta neste artigo concentra-se em identificar e interpretar as metáforas conceituais subjacentes presentes no material de campanha do governador. A partir de um método qualitativo, descritivo-exploratório e interpretativo, o estudo examina como essas expressões metafóricas foram empregadas para traduzir ideias complexas em imagens acessíveis e ressonantes, promovendo maior engajamento popular. Um aspecto central da análise é o papel das metáforas na mediação entre o discurso político e as experiências vividas pelos eleitores, contribuindo para a formação de identidades coletivas e para a construção de uma imagem de liderança sólida e confiável.

Nesse sentido, as expressões metafóricas utilizadas nas campanhas de Flávio Dino são analisadas não apenas como ornamentos discursivos, mas como elementos estruturantes da comunicação política. Elas atuam como mediadoras

entre o governo e a sociedade, ajudando a consolidar uma narrativa que reflete os valores, desafios e aspirações do estado do Maranhão. Ao traduzirem ideias complexas em mensagens simbólicas poderosas, essas metáforas permitiram a Dino comunicar prioridades como justiça social, educação de qualidade e desenvolvimento econômico de forma acessível e mobilizadora, incentivando a adesão popular às suas políticas.

O objetivo central deste trabalho é compreender de que maneira essas expressões metafóricas contribuíram para construir e consolidar a imagem de Flávio Dino como líder político, bem como para engajar a população maranhense no contexto de suas campanhas.

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão da relevância das metáforas na comunicação política, demonstrando como elas são capazes de moldar percepções, incitar emoções e promover a interação entre linguagem e cognição em contextos específicos. No caso do governo Flávio Dino, as metáforas revelam-se não apenas como ferramentas de persuasão, mas também como pilares fundamentais de uma narrativa política que visou transformar ideias em ações, discursos em conexões emocionais e propostas em identidade coletiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo fundamenta-se na Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), de Lakoff e Johnson (2002), que propõe que as metáforas são ferramentas cognitivas indispensáveis para a compreensão de conceitos abstratos por meio de outros mais concretos. Além disso, apoia-se nos trabalhos de Carneiro (2014), Almeida e Santos (2022) e Vereza (2016), que enfatizam a interação entre experiências sensório-motoras, contextos socioculturais e a construção de significados. Esses autores destacam que a linguagem metafórica desempenha um papel central na organização do pensamento humano e na criação de narrativas eficazes.

Essa base teórica oferece subsídios para analisar como as metáforas conceptuais presentes nas campanhas de Flávio Dino foram utilizadas estrategicamente para moldar percepções, engajar a população e consolidar sua narrativa política. As metáforas, ao traduzirem ideias complexas em mensagens acessíveis, permitiram fortalecer a conexão emocional e simbólica com o eleitorado, destacando sua importância no discurso político.

2.2 Linguística Cognitiva e suas abordagens

A nossa compreensão de linguística cognitiva parte do proposto por Carneiro (2014), o qual a percebe como uma abordagem que procura entender como estruturamos e representamos nosso conhecimento, como aprendemos e usamos a linguagem e como essas coisas se relacionam à forma como vivemos e experienciamos o mundo. Com base nas dimensões biológica, afetiva, social e cultural da experiência humana, essa abordagem destaca a importância da

interação com o ambiente e as pessoas para desenvolver a linguagem e a capacidade de pensar.

Baseando-se na proposta de Lakoff e Johnson, Carneiro (2014) salienta que ciência cognitiva não se limita a descrever a linguagem, mas também busca compreender o conhecimento em relação à mente e ao cérebro, em vez de tratá-lo como algo separado. Além disso, o termo “cognitivo” representa uma abordagem específica para falar sobre o conhecimento, enfatizando-o como objeto central de estudo. Ou seja, a ciência também procura descrever como a cognição e a linguagem estão profundamente relacionadas. Ela adverte que nossa linguagem não apenas expressa nossas experiências, mas parte de conhecê-las como organizamos nossas ideias e, portanto, de como processamos a via da informação.

Uma das contribuições mais interessantes dessa perspectiva é a importância da metáfora no nosso dia a dia. Segundo Lakoff e Johnson (1980 [2002]), nossos conceitos são, em grande parte, moldados por metáforas que usamos para entender o mundo. Essas metáforas não são apenas figuras de linguagem, mas ferramentas que ajudam a organizar nossos pensamentos e percepções.

Carneiro (2014) explora como as metáforas desempenham um papel fundamental na forma como percebemos, pensamos e nos relacionamos com o mundo. Elas estão por toda parte, influenciando desde como categorizamos as coisas até como formamos nossos conceitos e entendemos a realidade. Elementos como protótipos, imagens mentais e modelos cognitivos também são aspectos-chave nesta análise, mostrando o quanto nossa mente trabalha de maneira criativa e dinâmica para compreender a complexidade da vida.

Por conseguinte, fica nítido que a Linguística Cognitiva ajuda a ver que linguagem e pensamento não são apenas ferramentas para comunicação, mas partes essenciais da nossa experiência como seres humanos. Dessa forma, entendemos que a linguística cognitiva postula que a linguagem é parte integrante da cognição humana que reflete a interação de fatores culturais, psicológicos, comunicativos e funcionais, e só pode ser compreendido e estudado no quadro de uma visão real de conceituação e processamento mental.

A linguística cognitiva teve sua origem na década de 1970, marcada pela insatisfação com os modelos formais predominantes na análise da língua. Almeida e Santos (2020) destacam que o surgimento dessa área representou uma mudança significativa na forma como a linguagem passou a ser estudada, incorporando um viés interdisciplinar e reconhecendo a linguagem como um fenômeno profundamente conectado à cognição humana. Esse movimento teórico buscava ultrapassar as fronteiras das abordagens tradicionais que frequentemente separavam a linguagem dos contextos sociais e cognitivos em que ela ocorre para, então, integrar elementos de filosofia, sociologia, neurociência e aspectos diversos da cognição.

Essa nova perspectiva entende a linguagem não como um sistema isolado de regras formais, mas como um fenômeno que reflete e interage com a experiência humana em múltiplas dimensões. Almeida e Santos (2020) caracterizam a

linguística cognitiva como um “arquipélago teórico”, composto por várias teorias interconectadas, tais como a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a Teoria dos Esquemas de Imagem, a Teoria da Metáfora Conceptual, a Teoria da Metáfora Multimodal, a Teoria Neural da Metáfora e a Teoria da Mesclagem, entre outras. Essas teorias, embora distintas em seus enfoques específicos, compartilham princípios fundamentais que sustentam a abordagem cognitiva da linguagem.

Entre os pressupostos centrais dessas teorias está a ideia de que há uma continuidade intrínseca entre a linguagem e a cognição. Isso significa que os processos linguísticos são vistos como uma extensão dos processos cognitivos gerais, e não como um módulo independente da mente humana. Além disso, rejeita-se a separação entre mente e corpo, defendendo-se uma visão integrada em que as experiências corporais influenciam diretamente a maneira como a linguagem é construída e compreendida. Outro ponto relevante é a não dicotomização entre os conhecimentos linguístico e enciclopédico, reconhecendo que o significado das palavras está profundamente enraizado em contextos culturais e na experiência de vida dos falantes. A interdependência entre léxico e gramática também é enfatizada, superando a visão tradicional que trata essas áreas como compartimentos estanques.

Essa perspectiva leva a uma abordagem orientada para o significado, em que o foco recai sobre o uso autêntico da linguagem em situações reais de interação. Ao invés de se limitar a análises estruturais e formais, a linguística cognitiva busca compreender como os falantes utilizam a linguagem para expressar significados em contextos variados e como esses significados estão relacionados às suas experiências individuais e coletivas. A abertura à interdisciplinaridade é outro marco dessa área, permitindo que insights de diferentes campos do conhecimento contribuam para uma compreensão mais ampla e aprofundada da linguagem e de seus processos.

Desse modo, a linguística cognitiva emerge como uma abordagem que conecta a linguagem às perspectivas do conhecimento e às experiências cotidianas dos sujeitos. Almeida e Santos (2020) argumentam que o significado, nessa visão, não é estático ou universal, mas sim dinâmico e construído nas inter-relações entre múltiplas dimensões. Essas dimensões incluem fatores biológicos, aqueles que envolvem os mecanismos neurológicos e fisiológicos subjacentes à produção e à compreensão da linguagem; fatores psicológicos, os que englobam a percepção, a memória e outros processos cognitivos; e, por fim, os fatores culturais, que refletem as práticas, crenças e valores de diferentes comunidades de falantes.

A partir dessa concepção, a linguagem é compreendida como um reflexo das complexas interações humanas, funcionando tanto como meio de expressão individual quanto como ferramenta de comunicação social. Essa abordagem também destaca o papel das metáforas e outras estruturas linguísticas como formas de organizar e compreender experiências, demonstrando como a linguagem é utilizada para dar sentido ao mundo. Assim, a linguística cognitiva não apenas amplia o campo de estudo da linguagem, mas também contribui para uma visão

mais integrada e contextualizada da cognição humana, revelando as profundas conexões entre mente, linguagem e cultura.

Considerando que a significação dos conhecimentos humanos exige a organização de estruturas mentais, a linguística cognitiva destaca aspectos essenciais que moldam o pensamento e a linguagem. Almeida e Santos (2020) identificam, entre esses elementos, o mapeamento metafórico, o mapeamento metonímico, as estruturas de esquemas de imagem e a estrutura proposicional. Esses componentes desempenham papel central na maneira como a linguagem reflete os processos cognitivos e facilita a interação humana.

Um exemplo marcante da aplicação prática da linguística cognitiva é o uso das metáforas, que atuam como ferramentas para criar e interpretar significados. Esse processo, contudo, não é uniforme e depende do repertório empírico dos interlocutores. Imagine, por exemplo, dois moradores de São Luís, Maranhão conversando e utilizando expressões ou metáforas regionais. A comunicação entre eles ocorre de maneira fluida, dado o compartilhamento de um mesmo contexto cultural. Em contrapartida, um ouvinte de outra região, como o Sul do Brasil, pode enfrentar dificuldades para compreender plenamente essas expressões, evidenciando a importância do conhecimento contextual na comunicação.

Vereza (2016) argumenta que a linguística cognitiva não apenas redefine a cognição, mas também expande sua compreensão para além do simples ato de conhecer ou adquirir conhecimento. Para a autora, a cognição engloba o raciocínio, a percepção e a construção de sentidos que emergem das interações humanas. Ela também ressalta o papel dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), propostos por Lakoff em 1987, como um pilar da linguística cognitiva. Esses modelos estão intimamente conectados às experiências socioculturais e aos valores ideológicos, ilustrando como a linguagem reflete o pensamento humano e estrutura a maneira como percebemos e interagimos com o mundo.

A linguística cognitiva incorpora conceitos como metáforas conceituais, frames, esquemas imagéticos, protótipos e MCIs, que representam formas estáveis de organização cognitiva. Esses elementos, que incluem os chamados "modelos culturais", constituem a base do sistema conceitual humano e facilitam a interpretação da experiência. Conforme apontado por Vereza (2016), tais representações emergem de vivências sensorio-motoras e socioculturais, reforçando a ideia de que a mente está intrinsecamente conectada ao corpo, à linguagem e ao ambiente em que os indivíduos estão inseridos.

Almeida (2020) complementa ao afirmar que a maneira como os indivíduos percebem, pensam, falam e agem está enraizada em suas experiências culturais e nas inferências construídas a partir do ambiente ao seu redor. A conceptualização, um tema central da linguística cognitiva, é definida como o modo como as pessoas criam perspectivas sobre diferentes aspectos da realidade, sejam elas entidades, estados, ações ou situações. Essa visão ressalta a natureza dinâmica e flexível do significado, que é moldado pelas interações humanas e pelo contexto em que ocorrem.

Além disso, Almeida e Santos (2020) reforçam que as metáforas são ferramentas cruciais na estruturação do discurso. Elas permitem que os indivíduos expressem ideias complexas de maneira acessível, utilizando experiências vividas como base para a compreensão. Motivadas pela interação física, social e cultural, as metáforas refletem a relação entre o ser humano e o mundo, demonstrando como a linguagem é utilizada para construir sentidos e transmitir experiências. Essa abordagem amplia a visão tradicional sobre a linguagem, integrando-a às dimensões mais amplas da cognição humana e das interações sociais.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para realizar este estudo tem por objetivo compreender a constituição discursiva das metáforas presentes na campanha eleitoral do governo Flávio Dino. Deste modo, trata-se de uma abordagem qualitativa e interpretativa. A intenção desta investigação não se restringiu à identificação dos termos e expressões linguísticas elencados, mas incluiu também a análise acerca da estruturação das metáforas presentes no discurso político e de seus impactos para a construção de uma opinião pública. Na medida em que a linguagem constitui-se, por excelência, em um mecanismo para a formulação e propagação de ideologias, a abordagem utilizando nestes moldes foi considerada como adequada em campanhas eleitorais.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, foi necessária uma investigação teórica inicial, sobretudo no que se refere aos pressupostos da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), de Lakoff e Johnson ([1980] 2002,1999). Para o alcance dos objetivos, aqui foi estabelecido o cumprimento, em etapas diversas, de procedimentos metodológicos que incluem, dentre outros descritos a seguir, essa leitura criteriosa e um aprofundamento teórico.

3.2 Coleta de dados e seleção do *corpus*

O estudo realizado é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e descritivo-exploratória quanto aos objetivos traçados, e interpretativa. Segundo Gaskell (2008) afirma que a pesquisa qualitativa tem como objetivo expressar os pontos de vista de uma amostra de entrevistados onde o entrevistador deve apurar sua imaginação social para atrelar as respostas. Nessa mesma direção, Minayo, (2012) discorre que para tornar possível o estudo qualitativo, é preciso respeitar as opiniões, relações, culturas, ações sociais e humanas para obter sucesso na investigação. A construção utiliza todos os saberes para considerar um estudo científico valorizado.

Diante disso, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Os

objetos de uma pesquisa qualitativa são fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. A pesquisa qualitativa é um tipo de técnica de pesquisa em linguística e semiótica que é usado principalmente nas ciências sociais. As técnicas qualitativas são geralmente consideradas qualquer outra coisa que não seja enquête estatística e experimentação científica, ou seja, entrevistas públicas, grupos de discussão ou técnicos de observação participante.

A pesquisa quantitativa atribui valores numéricos as afirmações ou observações, com o objetivo de estudar possíveis relações entre variáveis com métodos estatísticos, enquanto a pesquisa qualitativa recolhe as falas integrais dos sujeitos, a fim de proceder à sua interpretação, analisando as relações de sentido construídas em uma determinada cultura ou ideologia. Além disso, os estudos quantitativos geralmente tiraram conclusões para uma determinada população usando métodos estatísticos de amostragem aleatória, enquanto a enquête qualitativa, por outro lado, não usa representação estatística de dados. Quanto à análise do *corpus*, formado por textos da campanha de governo de Flávio Dino, os documentos oficiais *Propostas para um Maranhão com Desenvolvimento e Justiça Social*, encontrados na internet de domínio público. A escolha se justifica pelo radicalismo com que as expressões apareceram nos materiais analisados, e pelo impacto que, sustentamos, elas tiveram na composição discursiva do governo. Além disso, ainda que o objetivo seja opinar, para garantir uma base representativa acerca das metáforas, elas foram escolhidas a partir de discursos situados em contextos diversos dentro da campanha eleitoral: de política pública referente à segurança e à violência, da área da educação e do desenvolvimento social. O critério escolhido atende aos princípios da Linguística Cognitiva, de escolher as metáforas que tiveram importância significativa no fortalecimento do discurso político e na representação de si em nome do governo.

Depois de selecionados os textos em que essas expressões linguísticas metafóricas foram identificadas, realizou-se a leitura integral para identificar investigação concomitante das expressões metafóricas na campanha do Governo Flávio Dino entre 2015 a 2022.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados analisados têm o objetivo de permitir a compreensão do papel das metáforas na produção do discurso político do governo Flávio Dino, isto é, verifica-se quais desses recursos linguísticos foram utilizados e de que forma a sua escolha acompanhou a transmissão das mensagens ao eleitorado. Embora observadas as premissas da Linguística Cognitiva, neste trabalho, as metáforas foram utilizadas, e a análise incidiu sobre o sentimento interno que foi criado, a sua interpretação e a compreensão de vários níveis de significado e a concessão que teriam sido dadas à segurança pública. Abaixo estão as principais metáforas identificadas:

Imagem 1 - Pacto Pela Vida

4. **Implantar o Pacto Pela Vida.** O programa estabelecerá um novo modelo de governança da segurança pública no Estado. Elaborado em Pernambuco, o Pacto é reconhecido como uma das políticas públicas mais bem sucedidas na área de segurança no País. No Maranhão, irá articular as políticas de prevenção e repressão ao crime, numa ação conjunta entre governo e comunidade. Trata-se de política pública transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União. O Maranhão será dividido em Áreas Integradas de Segurança, que receberão recursos e efetivo policial de acordo com suas necessidades. Cada uma dessas áreas terá uma meta de redução de crimes, que será acompanhada diretamente pelo governador em reuniões mensais com as Polícias Civil e Militar, na presença de líderes políticos e comunitários de cada região.

Fonte: Disponível em:

<https://estaticog1.globo.com/2015/09/24/proposta_governo1404934963347.pdf>. Acesso: 29 dez. 2024.

No âmbito da comunicação, as metáforas desempenham um papel significativo no histórico político. Dessa forma, as metáforas sempre permitiram que os líderes transmitissem suas mensagens através de conceitos simples e familiares. Durante o governo de Flávio Dino, as expressões metafóricas são usadas para demonstrar sua dedicação a temas prioritários, como justiça social, educação acessível e desenvolvimento econômico adequado para a população. Uma das metáforas mais proeminentes do governo Flávio Dino foi o *pacto pela vida*.

Como política pública o **Pacto pela vida (POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO SERES VIVOS)** evocou a ideia de cooperação e corresponsabilidade ao sugerir que a construção da paz demandava **um esforço conjunto entre governo e sociedade**. Assim, ao utilizar a imagem de um pacto, a administração de Flávio Dino promoveu a mobilização social em torno de um objetivo comum: tornar o Maranhão um estado mais seguro e inclusivo. **O Pacto**, então, personificado, ganhou vida e características próprias, como grande responsável por essa proposta e pelo resultado a ser alcançado, deixando o governo como um dos partícipes com responsabilidade compartilhada e limitada.

Segundo Lakoff e Johnson (2002), atribuir características humanas a conceitos abstratos permite que a população compreenda políticas públicas de forma mais concreta e envolvente. Essa metáfora reforça a ideia de que a segurança pública não depende apenas do governo, mas de um esforço coletivo da sociedade.

Imagem: 2 Escolas de mais qualidade

31. Aumentar a Rede de Ensino em Tempo Integral. Atualmente apenas 0,5% dos alunos do Ensino Médio estudam em período integral no Estado. Essa deficiência precisa ser sanada, pois as escolas de tempo integral são comprovadamente mais eficientes. Nossa meta de governo é criar novas vagas na rede estadual de tempo integral, possibilitando uma **escola de mais qualidade**, com reforço escolar, esporte e cultura.

Fonte: Disponível em:

<https://estaticog1.globo.com/2015/09/24/proposta_governo1404934963347.pdf>. Acesso: 29 dez. 2024.

Outra expressão metafórica encontrada na campanha *escolas de mais qualidade*, percebemos que, ao tratarem *as escolas de tempo integral como mais eficientes*, a expressão é licenciada pela metáfora conceptual subjacente: **INSTITUIÇÕES SÃO SERES VIVOS**. A expressão é utilizada para ilustrar o compromisso do governo com a melhoria da infraestrutura e da qualidade educacional nas escolas públicas. Essa metáfora, ao personificar a escola, atribuindo-lhe características humanas tais como a possibilidade de se aprimorar no que concerne à sua eficiência quanto a qualidade, respeito e dignidade em favor de professores e alunos, transcendeu a comunicação literal, evidenciando tanto a necessidade de um ambiente educacional adequado quanto o valor transformador da educação na vida das pessoas da comunidade em que se insere e no desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão.

Almeida e Santos (2022) afirmam que metáforas estruturam nossa percepção do mundo, e nesse caso, a metáfora reflete o compromisso do governo com a melhoria da educação pública, transmitindo a ideia de crescimento e transformação.

As metáforas empregadas nas campanhas do Governo Flávio Dino desempenharam um papel significativo na maneira como suas políticas foram compreendidas e acolhidas pela população. Ao abordarem temas complexos por meio de mensagens claras e acessíveis, tais expressões promoveram maior engajamento popular. Portanto, consolidaram-se como um elemento central do legado político de Dino, simbolizando não apenas suas realizações administrativas, mas também sua capacidade de estabelecer uma conexão emocional profunda com os eleitores.

Imagem: 3 O impacto concreto

Um governo de todos e para todos, baseado no diálogo

Nosso primeiro passo para implantar uma política moderna e transformadora é mudar o governo e o jeito de governar. Uma mudança não só de nomes, de partidos, de grupos, mas sim de postura e de conduta. Queremos e vamos inaugurar uma nova política no Estado, baseada no diálogo e no respeito às pessoas.

No Maranhão dos nossos sonhos não há donos do poder, há projetos de governo. No Maranhão que queremos impera o espírito republicano e o primado do interesse público.

*O movimento
Diálogos percorreu
mais de 100 cidades
e falou com mais de
30.000 pessoas*

Queremos soluções construídas e debatidas coletivamente. Por isso, há um ano, iniciamos o movimento Diálogos pelo Maranhão, movimento que já nos fez percorrer mais de 100 cidades.

partida, a ser aprofundado por intermédio da plataforma digital dos Diálogos pelo Maranhão e nas reuniões que prosseguirão.

Para a escolha das propostas que agora são sintetizadas, levamos em conta a intensidade com que elas apareceram nas reuniões e plenárias, bem como o **impacto concreto** que terão na vida dos cidadãos e cidadãs do Maranhão.

As propostas que marcam o resultado da primeira etapa do movimento Diálogos pelo Maranhão estão baseadas nas seguintes Diretrizes Programáticas:

- Implantar uma gestão administrativa honesta, transparente e competente, com valorização real dos servidores públicos e metas de desempenho com eles pactuadas. As leis serão cumpridas por todos e em favor de todos.
- Combater a corrupção e incentivar o controle social das ações governamentais. Respeitar o dinheiro público como um bem pertencente a todos.
- Aumentar a produção no Maranhão, no campo e nas cidades.
- Reduzir as desigualdades e a pobreza, construindo uma nova geração de políticas sociais e de direitos.
- Executar as ações necessárias para que alcancemos uma

Fonte: Disponível em:

<https://estaticog1.globo.com/2015/09/24/proposta_governo1404934963347.pdf>. Acesso: 29 dez. 2024.

Dessa forma, o uso da expressão metafórica *O impacto concreto* também é crucial para a adesão a programas de distribuição de renda ou programas de melhoria de serviços públicos, como os de saúde e educação para redução e controle da poluição, realçando os efeitos positivos de políticas governamentais junto à população beneficiada. Tendo como metáfora conceptual subjacente **POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO SERES VIVOS**, tratar seu **Impacto** como **concreto** é considerar que seus resultados são/serão percebidos/sentidos por quem deles precisa: a população maranhense em geral. Graças, ainda, à imagem simbólica de trabalho desenvolvido em conjunto com o povo do estado do Maranhão, o **impacto concreto** sugere que tais políticas governamentais mobilizarão a população com seus resultados **ostensivamente evidenciados**.

Essa expressão metafórica não apenas fortalece as narrativas governamentais, mas também influencia significativamente a percepção pública acerca das políticas implementadas. Diante disso, ao construir representações que enfatizam a proximidade entre o governo e a sociedade, a metáfora conceptual subjacente reforça a legitimidade administrativa, ampliando o apoio popular e facilitando a compreensão dos objetivos e benefícios das políticas públicas. Segundo Vereza (2016), a metáfora ajuda a estruturar a realidade ao criar imagens mentais que tornam conceitos abstratos mais acessíveis. Aqui, o termo concreto sugere que os benefícios das políticas públicas são reais e palpáveis para a população, legitimando as ações do governo.

Dessa forma, o impacto gerado por essa ferramenta linguística manifesta-se em ações concretas, ao engajar a população no acompanhamento e na participação ativa em projetos e iniciativas. Por meio da mobilização discursiva, essa metáfora tem o potencial de alterar percepções sociais, consolidar o suporte às políticas em curso e assegurar a continuidade de programas governamentais,

promovendo, assim, resultados efetivos tanto na esfera simbólica quanto na prática administrativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, as expressões metafóricas utilizadas na campanha eleitorais do governador Flávio Dino no Maranhão no período de 2015 a 2022, expressões essas que, analisadas com base nos pressupostos da Teoria da Metáfora Conceitual, de Lakoff e Johnson ([1980] 2002,1999). Diante disso, as metáforas desempenharam uma função importante na construção de uma narrativa política e ideológica, pois as metáforas identificadas como **Pacto pela Vida, Escolas de mais qualidade e O impacto concreto** foram agentes primordiais na construção da imagem do governo, pois facilitavam o acesso e a compreensão das políticas públicas por parte dos eleitores. Carreiras et al. destacam que as metáforas acima citadas promoviam um elo simbólico entre o prometido e a realidade vivida pelo povo maranhense, por meio do qual existia uma maior participação e aceitação das políticas públicas desenvolvidas.

Diante disso, a informação que atesta a veracidade desse fato é o sucesso que o programa Pacto pela Vida representou. Isso ocorre porque, ao escolher essa metáfora, o governo não apenas atingiu o público, mas também mobilizou diferentes áreas da sociedade na busca de soluções para o problema que é a segurança pública. Dessa forma, nota-se que a aplicação de metáforas comuns ao ambiente da maioria das pessoas não pode ser subestimada. O material analisado serviu como uma figura do pensamento para a compreensão de valores e emoções que envolveu e mobilizou eleitores, ou seja, as expressões linguísticas metafóricas, licenciadas por metáforas de natureza conceptual e utilizadas durante a campanha do governo Flávio Dino no Maranhão conseguiu apresentar resultados considerados significativos.

Dessa forma, o Governador do Maranhão Flávio Dino, ao tratar de suas propostas, construiu, por meio de uma linguagem que incluiu metáforas do cotidiano, uma ponte na sua comunicação com seus eleitores, moldando o almejado contexto político do estado.

As expressões metafóricas na campanha não só ajudaram a consolidar a imagem de um ótimo governo, mas também foram fundamentais para alinhar sua proposta política com as expectativas para os eleitores maranhenses. Portanto, conclui-se que o uso das metáforas de uma maneira estratégica na campanha do governo de Flávio Dino não foi um meio meramente retórico, mas, na verdade, um meio crucial para criar um discurso político eficaz. Dessa forma, como Carneiro (2014) aponta que, as metáforas não são ornamentos da língua, mas dispositivos cognitivos que estão moldando a visão da realidade e realizando a conexão de ideias significativamente abstratas com as representações compreensíveis da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. D. **Estamos sempre em guerra?** Estudo cognitivo sócio-histórico de uma metáfora da gripe espanhola e da covid-19: Are we always at war? Socio- historical cognitive study of a metaphor of Spanish and Covid-19 influenza. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/44310>. Acesso em 06 de junho de 2023.

ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos. **Ciência, opinião e fake news em tempos de coronavírus:** conceptualizações em memes sob a abordagem da linguística cognitiva / Science, opinion and fake news in times of the coronavirus: conceptualizations in memes under Cognitive Linguistics Approach. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/52642. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARNEIRO, M. F. **Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica:** uma análise cognitivo-discursiva. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.

COLIGAÇÃO TODOS PELO MARANHÃO. **Propostas para um Maranhão com desenvolvimento e justiça social.** Maio, 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://estaticog1.globo.com/2015/09/24/proposta_governo1404934963347.pdf. Acesso em: 29 dez. 2024.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático.** Rio de Janeiro: Vozes, p. 64-89, 2008.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana** [coord. de tradução Mara Sophia Zanutto]. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MINAYO, M. C. De. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência e Saúde Coletiva, n. 17, v. 3, 2012.

VEREZA, S. C.. **Cognição e sociedade:** um olhar sob a óptica da linguística cognitiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 561-573, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/X7DTzb3DFqDPYvNrszLxVSB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

A TOPONÍMIA PARALELA NAS NOMEAÇÕES DAS RUAS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA

Michelle Paula Passos da Silva
José de Ribamar Mendes Bezerra

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de nomear está presente na vida do homem como uma atividade comum, indispensável para a organização do mundo e, em consequência disso, para a categorização do nosso conhecimento. Conforme Biderman (2001, p.13), “[...] o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas”.

Desse modo, entender essas motivações nos possibilita compreender a história de uma localidade, a memória e a identidade de um povo, o que proporciona saber ainda mais sobre o significado implícito em cada denominação.

A abordagem do léxico de uma cultura estabelece que tornemos claro como ele é idealizado no domínio da língua. Assim, ao estudarmos uma determinada comunidade estamos conhecendo a sua própria história, tendo em vista que a língua reproduz o reflexo dos aspectos sociais. Com isso, podemos então entender o léxico como,

um componente que, ao cumprir o papel maior de denominação e designação do mundo do humano, torna-se expressão de identidade pessoal e coletiva, manifestada ao longo da história já que é um sistema aberto e dinâmico. E, como tal, renova-se funcionando como o pulmão das línguas, mas também assegura a permanência do pilar comum de palavras, condição necessária à comunicação, independente de tempos, regiões e de outras peculiaridades do uso das línguas. (Krieger, 2010, p. 169-170).

Considerando que os topônimos fazem parte do léxico de uma língua, que o escolhemos como objeto de estudo deste trabalho, tendo como foco principal os topônimos paralelos do Centro Histórico de São Luís do Maranhão.

Por meio da Toponímia, ramo da Onomástica, que estuda os nomes próprios de lugares, cidades, aldeias e localidades, além de nomes de rios e montanhas, podemos estabelecer o elo que existe entre o batismo, a história e a cultura.

Este estudo tem como objetivos investigar a motivação onomástica que contribuiu para a designação dos topônimos paralelos das ruas do Centro Histórico ludovicense, que se insere na área tombada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura); além de classificar os topônimos das ruas selecionadas, de acordo com a proposta de Toponímia paralela de Vieira (2021).

Tendo em vista a realidade histórica, linguística e cultural de São Luís, buscamos responder o seguinte questionamento: Os falantes conhecem os fatores que motivaram essas denominações das ruas do Centro Histórico?

2 TOPONÍMIA: CONCEITOS GERAIS

2.1 A Toponímia no Brasil

Advinda do grego *onoma* que significa nome, a Onomástica ou Onomatologia surgiu como parte da Linguística que se ocupa da etimologia, das modificações, do que é peculiar nos nomes próprios ou de lugares.

A Onomástica subdivide-se em Antroponímia, que estuda os nomes de pessoas, sobrenomes e apelidos, e Toponímia, que estuda os nomes de lugares. O termo Toponímia é de origem grega, formado pelo radical *topos* (lugar) e o sufixo *onoma* (nome).

O estudo dos topos, objeto da Toponímia, tem demonstrado a sua relevância para o conhecimento de aspectos históricos e culturais de um povo, pois permite a identificação de fatos linguísticos e extralinguísticos da sociedade, como ideologias e crenças presentes no ato denominativo. Dick (1997) afirma que

o sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns. (Dick, 1997, p. 42)

A Toponímia possibilita conhecer a relação entre o ser humano e o espaço onde ele vive ou viveu, por meio da análise da motivação do denominador, quer seja de maneira espontânea ou não de nomear os lugares. Zamariano (2012) aponta que

Na Onomástica, mais especificamente no nome de lugar, a função simbólica ou representativa do topônimo, isto é, o vínculo do significado do nome a determinada localidade ou acidente, indica, necessariamente, que se pergunte o que esse nome simboliza e o que esse nome representa ou denomina. Embora a sociedade sofra mudanças ao longo do tempo, o topônimo permanece na língua, e o sistema de referência extralinguístico pode ou não se perder. Nessa conservação ou perda, a rede referencial se torna opaca, constituindo-se, portanto, uma referência exata: a pessoa identifica alguém ou determina localidade sem, contudo, atribuir-lhe um significado, preserva o referente, mas não a informação e, assim, os topônimos e antropônimos permanecem na língua. (Zamariano, 2012, p. 367)

Sendo assim, a Toponímia possibilita o reconhecimento dos mais diversos elementos que atravessaram o tempo, pois o topônimo permanece na língua possibilitando assim o resgate de sua motivação na história e na memória do povo.

Segundo Cardoso (1961), os estudos no campo da Toponímia no Brasil tiveram início com uma toponímia histórica, com a contribuição dos trabalhos de sertanistas e viajantes, que “apesar de relativamente pequena, é bastante interessante.” Cardoso (1961, p. 316), “apesar de relativamente pequena, é bastante interessante.” Assim aparece Francisco José de Lacerda e Almeida que publica o *Diário da Viagem pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo de 1780 a 1790* (1841). O português Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, “precursor do estudo da influência das línguas indígenas na geografia nacional”, Cardoso (1961, p. 317). Assim surgem outras obras sobre a toponímia no Brasil, Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional* (1902); a própria obra de Cardoso, *Toponímia Brasileira* (1961). Conforme Dick (1994, p. 439), a toponímia no Brasil teve sua consolidação com a “iniciativa pioneira do professor Ayrosa ao propor a introdução dos estudos toponímicos na Universidade de São Paulo, consolidados, depois, pela perseverança do professor Carlos Drummond”, com seus estudos sobre o Tupi e a toponímia brasileira.

A continuidade dos estudos toponímicos no Brasil teve maior alcance com as publicações da professora Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que se dedicou à elaboração do Atlas Toponímico do Brasil, projeto que teve início com a criação do Atlas Linguístico de São Paulo.

2.2 Toponímia paralela

Uma abordagem que podemos fazer por meio da Toponímia é o estudo do topônimo paralelo que segundo Zara Vieira (2021, s.p.) “é, portanto, um signo escolhido que registra a memória social, sua rotina e sua existência. É, certamente, um dos mais valiosos fundos de memória.”. A autora vai além e informa que

A toponímia paralela, constantemente, sofre a ameaça de desaparecimento pelo desuso com o distanciamento temporal das razões motivadoras do signo toponímico, que permanecem apenas na memória de alguns de seus usuários. Isso se justifica pois o signo toponímico nem sempre é transparente a todos, especialmente quando se trata de topônimos paralelos que atendem a um grupo específico de usuários. (Vieira, 2021, s.p.)

No entanto, os dados desta pesquisa revelaram que a Toponímia paralela nas ruas do Centro Histórico de São Luís não corre o risco de desaparecimento, uma vez que a maioria dos participantes deste estudo identificaram os topônimos paralelos e suas respectivas motivações onomásticas. Dessa forma, percebemos que a memória social de um povo é registrada por meio da Toponímia paralela, conforme Vieira (2021, s.p.), “enquanto seu significante for representativo à realidade, ele permanece, como uma tradição (linguística) não oficial”.

Os topônimos paralelos possuem um caráter espontâneo de aceitação, pois são signos não oficiais criados para atender a necessidade de localização de um determinado grupo. Vieira (2021) apresenta uma classificação com quatro tipos de Topônimos paralelos descritos como: *paralelos originais*, *paralelos oficiosos*, *paralelos ex-oficiais* e *paralelos correlatos*.

São considerados topônimos *paralelos originais* aqueles que foram criados pelos usuários, considerando que os espaços ainda não haviam recebido uma denominação oficial, e que, mesmo depois de oficializados, continuam conhecidos pela primeira denominação. Em São Luís, o Beco da Alfândega é um exemplo de topônimo paralelo, pois, mesmo tendo recebido o nome oficial de Rua Marcelino Almeida, ainda hoje é conhecido com seu nome original.

A autora verificou que os topônimos paralelos originais podem ser reconhecidos oficiosamente, pois os topônimos *paralelos oficiosos* são aqueles que aparecem em documentos oficiais mesmo não tendo os seus nomes reconhecidos pela administração pública, responsável pela oficialização dos nomes desses logradouros.

Os topônimos chamados de *paralelos ex-oficiais* são as nomeações que, em algum momento, foram oficiais, mas que se tornaram paralelas devido à substituição de seus nomes. Como exemplo, temos em São Luís o nome paralelo Rua da Saúde que na atualidade possui o topônimo oficial de Rua José Euzébio.

E ainda, os topônimos *paralelos correlatos* que já surgem paralelos aos oficiais, com uma motivação que designa a realidade da época em que os topônimos indicam algum fato físico ou social. Como exemplo, temos em São Luís o Beco da Pacotilha, que recebeu esse nome no século XIX, devido à existência de um jornal cujo nome era Pacotilha, e que se localizava em um casarão na esquina do beco. No entanto, o beco tem uma denominação oficial, João Vital de Matos. Vale ressaltar ainda que o beco possui outros nomes, Quebra Costa e Quebra Bunda.

Compreende-se como Toponímia paralela todos os denominativos de logradouros utilizados pela população, mas que não são os oficializados por Lei Municipal. Sendo assim, consideramos o estudo da Toponímia paralela como um resgate da memória social da população de uma determinada comunidade de fala e mesmo que possua distanciamento temporal das suas motivações, continua na memória de seus usuários.

3 ÁREA PESQUISADA

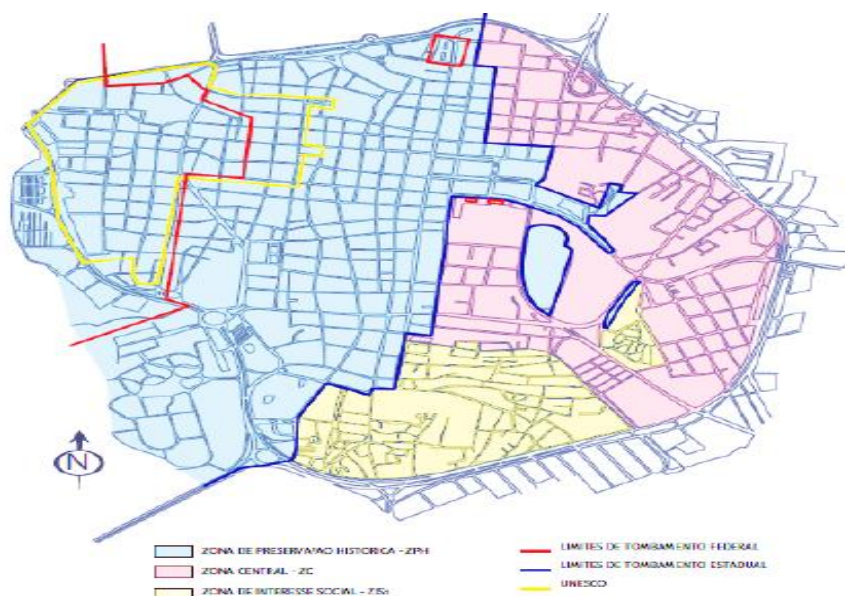
São Luís do Maranhão é uma das cidades históricas do Brasil. Foi fundada pelos franceses em 1612, conquistada pelos portugueses em 1615, invadida e ocupada por holandeses em 1641 que também foram expulsos pelos portugueses em 1644, quando passou por fim a fazer parte do domínio português.

A expulsão dos franceses ocasionou a aceleração da expansão urbana no século XVII, com o projeto de arruamento urbano do engenheiro português Francisco Frias de Mesquita (IPHAN, 2006). Dessa forma, surgiu o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, localizado entre os rios Bacanga e Anil, com uma

abrangência de 220 hectares e uma área contínua que engloba a Praia Grande, o Palácio dos Leões, a Praça Deodoro, o Canto da Fabril, a Praça Gonçalves Dias, a Madre Deus e o Desterro (Sombra, Masullo e Lopes, 2021). É considerado um exemplo de cidade colonial portuguesa com o arruamento traçado e preservado desde 1615.

Essa área reúne cerca de quatro mil imóveis, com um conjunto arquitetônico que guarda o passado da capital do Estado, preserva a malha urbana do século XVII e seu conjunto arquitetônico original. O Centro Histórico possui tombamentos estadual, federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974, e foi reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1997 (ver Figura 1).

Figura 1 - Mapa do Centro Histórico de São Luís com os perímetros de tombamentos



Fonte: São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara (2008)

Diante de sua relevância histórica, linguística e cultural, a área do Centro Histórico tombada pela UNESCO e delimitada, no mapa acima, pela linha amarela foi escolhida como *locus* de investigação deste estudo, por representar a história viva da expansão urbana, em uma localidade em que estão bens patrimoniais de importante referencial simbólico da identidade de São Luís.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico realizado nesta pesquisa compreendeu a busca de fontes bibliográficas, recolha de mapas antigos e atuais do Centro Histórico. Para obtenção do *corpus* foi realizado o levantamento: (i) Dos topônimos paralelos e oficiais das ruas que fazem parte da área tombada pela UNESCO no Centro Histórico de São Luís – MA, (ii) Entrevista com moradores ou comerciantes da área

pesquisada, sendo necessário que eles ali residam ou trabalhem por, no mínimo, cinco anos.

Utilizamos o questionário como um dos instrumentos de pesquisa, composto por 13 perguntas com possibilidade de reformulação, os participantes entrevistados foram moradores ou comerciantes. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos participantes da pesquisa, após o aceite e a assinatura do termo de consentimento. As perguntas foram realizadas de maneira informal, com uso de estilo casual, deixando-os à vontade para responder e expor suas opiniões.

Neste estudo foram coletados 70 topônimos paralelos, registrados em fichas lexicográfico-toponímicas com as informações obtidas mediante entrevistas com 27 participantes e outras fontes bibliográficas, como Lima (2007) e Melo (1991), com seus estudos que abordam sobre os topônimos de São Luís.

O registro das informações de cada topônimo que compõem o *corpus* em fichas lexicográfico-toponímicas elaboradas com base no modelo proposto por Dick (2004) sofreram adaptações conforme as necessidades da pesquisa. Como podem ser observadas na ficha abaixo:

Quadro 1 Ficha lexicográfico-toponímica

Topônimo oficial:	
Legislação:	
Topônimo(s) paralelo(s):	
Acidente humano:	
Natureza:	
Taxionomia:	
Classificação paralela:	
Contexto:	
Foto(s) da(s) placa(s)	Foto do logradouro
Fonte:	
Pesquisadora:	
Data de Coleta:	

Fonte: Adaptado de Dick (2004)

Por se tratar de uma pesquisa realizada especificamente no Centro Histórico de São Luís do Maranhão e tendo como foco a Toponímia paralela, foram retirados os campos Localização – Município, Etimologia, Estrutura morfológica, Histórico e Informações enciclopédicas. Assim como houve a troca de Acidente geográfico para Acidente humano em decorrência dos bicos serem construídos de acordo com as necessidades de deslocamento do homem. E ainda, a permanência de Taxionomia, Contexto, Fonte, Pesquisador e a Data de Coleta, além do acréscimo de Legislação que identifica mediante a Lei Municipal o registro do Topônimo oficial, Topônimo(s) paralelo(s), Natureza, Classificação paralela, Foto(s)

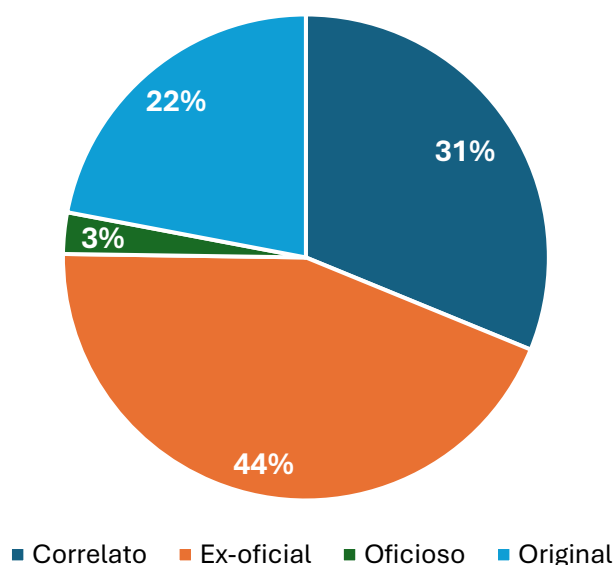
da(s) placa(s) e Foto do logradouro, informações que contemplam o objeto deste estudo.

Com o intuito de descrever o léxico onomástico dos 70 topônimos paralelos do Centro Histórico de São Luís e investigar as suas causas denominativas, consideramos as seguintes etapas: (i) busca da motivação onomástica dos topônimos paralelos; e (ii) classificação dos topônimos de acordo com a proposta de Vieira (2021).

4 RESULTADOS

A classificação da Toponímia paralela foi identificada com 110 ocorrências, com distribuição de 44% topônimos paralelos Ex-oficiais, 31% Correlatos, 22% Originais e 3% Oficiosos, como evidencia o Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 Classificação dos topônimos paralelos



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à distribuição das 110 ocorrências de topônimos paralelos, foram registrados:

- 48 topônimos Ex-oficiais - Avenida Beira Mar, Avenida Cinco de Julho, Avenida Magalhães de Almeida, Beco Artur Azevedo, Beco Benedito Leite, Beco da Barreira, Beco da Barreira da Sé, Beco da Barreira da Trindade, Beco da Catarina Mina, Beco da Sé, Beco da Trindade, Beco do Couto, Beco do Silva, Beco Dom Francisco, Beco dos Engenheiros, Beco Fluvial, Beco João do Vale, Cais da Sagração, Praia do Caju, Praia do Poço, Rua da Cascata, Rua da Estrela, Rua da Palma, Rua da Paz, Rua da Saúde, Rua de Nazaré, Rua de Nazareth e Odylo, Rua Desembargador Cunha Machado, Rua Direita, Rua do Egito, Rua do Giz, Rua do Sol, Rua do Trapiche, Rua dos Afogados, Rua dos Barbeiros, Rua dos Barqueiros, Rua Formosa, Rua Gomes de Sousa, Rua Grande, Rua João Lisboa, Rua Luís

Domingues, Rua Magalhães de Almeida, Rua Marcílio Dias, Rua Riachuelo, Rua Zenóbio da Costa, Travessa 5 de Outubro, Travessa da Intendência e Travessa do Sineiro.

- 35 Correlatos - Avenida Beira Mar, Beco da Alfândega, Beco da Barreira, Beco da Cadeia, Beco da Caela, Beco da Pacotilha, Beco do Teatro, Beco dos Barqueiros, Beco dos Engenheiros, Beco Fluvial, Beco Quebra Bunda, Beco Quebra Costa, Ladeira da Calçada, Ladeira do Comércio, Ladeira Montanha Russa, Rua Afogabúgio, Rua Caminho Grande, Rua da Cascata, Rua da Estrada Real, Rua da Nova Cascata, Rua da Palma, Rua do Giz, Rua dos Afogados, Rua dos Barbeiros, Rua dos Barqueiros, Rua Formosa, Rua Fundão, Rua Grande, Rua Montanha Russa, Rua Riachuelo, Rua Santo Antônio, Travessa da Intendência, Travessa da Prefeitura, Travessa Fluvial e Travessa Vira Mundo.

- 24 Originais - Beco Artur Azevedo, Beco da Alfândega, Beco dos Barqueiros, Beco da Caela, Beco da Catarina Mina, Beco do Couto, Beco da Pacotilha, Beco da Sé, Beco do Silva, Rua da Cascata, Rua da Estrela, Rua Direita, Rua da Nova Cascata, Rua da Palma, Rua da Paz, Rua da Saúde, Rua de Nazaré, Rua do Egito, Rua do Giz, Rua dos Afogados, Rua do Sol, Rua do Trapiche, Rua Formosa, Rua Grande.

- 3 Oficiosos - Beco da Caela, Rua Montanha Russa, Rua Santo Antônio.

Apenas 37 topônimos possuem uma única classificação, com 21 Ex-oficiais, 15 Correlatos e 1 Oficioso. Observe no quadro a seguir.

Quadro 2 Distribuição dos topônimos paralelos que possuem classificação única

Topônimo paralelo	Classificação paralela
Beco da Cadeia	Correlato
Beco Quebra Bunda	
Beco Quebra Costa	
Beco do Teatro	
Ladeira da Calçada	
Ladeira do Comércio	
Ladeira Montanha Russa	
Rua Afogabúgio	
Rua Caminho Grande	
Rua da Estrada Real	
Rua Fundão	
Rua Santo Antônio	
Travessa da Prefeitura	
Travessa Fluvial	
Travessa Vira Mundo	
Avenida Cinco de Julho	
Avenida Magalhães de Almeida	

Beco da Barreira da Sé	Ex-oficial
Beco da Barreira da Trindade	
Beco Benedito Leite	
Beco Dom Francisco	
Beco João do Vale	
Beco da Trindade	
Cais da Sagração	
Praia do Caju	
Praia do Poço	
Rua de Nazareth e Odylo	
Rua Desembargador Cunha Machado	
Rua Gomes de Sousa	
Rua João Lisboa	
Rua Luís Domingues	
Rua Magalhães de Almeida	
Rua Marcílio Dias	
Rua Zenóbio da Costa	
Travessa 5 de Outubro	
Travessa do Sineiro	
Rua Santo Antônio	Oficioso

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto às demais ocorrências, identificamos em um único topônimo paralelo mais de uma classificação paralela, tendo em vista a sua composição denominamos de classificação paralela mista. Em relação a classificação paralela mista, constatamos um total de 31 topônimos divididos entre Correlato e Ex-oficial com 8 ocorrências, Correlato e Original com 4 ocorrências, Ex-oficial e Original com 12 ocorrências, Correlato, Ex-oficial e Original com 6 ocorrências e ainda, Correlato, Oficioso e Original com 1 ocorrência. Como demonstrado abaixo.

Quadro 3 Recorrência da classificação dos topônimos paralelos

Topônimo paralelo	Classificação paralela mista
Avenida Beira Mar	Correlato e Ex-oficial
Beco da Barreira	
Beco dos Engenheiros	
Beco Fluvial	
Beco dos Barbeiros	
Beco dos Barqueiros	
Rua Riachuelo	
Travessa da Intendência	
Beco da Alfândega	
Beco dos Barqueiros	

Beco da Pacotilha	Correlato e Original
Rua da Nova Cascata	
Beco Arthur Azevedo	Ex-oficial e Original
Beco da Catarina Mina	
Beco do Couto	
Beco da Sé	
Beco do Silva	
Rua da Estrela	
Rua Direita	
Rua da Paz	
Rua de Nazaré	
Rua do Egito	
Rua do Sol	
Rua do Trapiche	
Rua da Cascata	Correlato, Ex-oficial e Original
Rua da Palma	
Rua do Giz	
Rua dos Afogados	
Rua Formosa	
Rua Grande	
Beco da Caela	Correlato, Oficioso e Original

Fonte: Elaborado pela autora

Em síntese, percebemos que dentre as 110 ocorrências de topônimos paralelos nas ruas delimitadas para esta pesquisa, a classificação Ex-oficial que totalizaram 48 ocorrências (com percentual de 44%) predominou quanto ao reconhecimento e a identificação da motivação dos denominativos apresentados pelos participantes da pesquisa. Posteriormente, a classificação Correlato com 34 ocorrências (porcentagem de 31%), evidenciou durante a pesquisa de campo que os entrevistados buscavam as motivações por meio de associações dos topônimos com as características das ruas. Os primeiros denominativos que ainda são reconhecidos e utilizados pela população, topônimos paralelos Originais, totalizaram 24 ocorrências (com percentagem de 22%).

Observamos, ainda, que em 8 logradouros identificados com apenas 1 topônimo paralelo possuem em comum a ocorrência da classificação Original em todos. Além disso, em 26 ocorrências de topônimos paralelos Ex-oficiais, em 19 ocorrências de Correlatos e em 23 ocorrências de Originais havia também uma outra classificação. Dessa forma, constatamos que a maioria dos topônimos paralelos do Centro Histórico de São Luís foram as primeiras denominações recebidas, que possuem uma relação com algum aspecto social ou físico da rua, assim como já foram oficializados em um dado momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o percurso teórico-metodológico apresentado neste artigo, podemos afirmar que alcançamos os objetivos propostos de investigar a motivação onomástica que contribuiu para a designação dos topônimos paralelos das ruas do Centro Histórico ludovicense e classificar os topônimos das ruas selecionadas, de acordo com a proposta de Toponímia paralela de Vieira (2021).

Tendo em vista a pergunta norteadora deste trabalho e os dados obtidos no *corpus*, que totalizaram 70 topônimos paralelos, registrados em 27 fichas lexicográfico-toponímicas, com 110 classificações paralelas, podemos afirmar que a Toponímia paralela do Centro Histórico de São Luís não sofre ameaça de desaparecimento.

Além disso, a maioria dos participantes da pesquisa conhece e utiliza os topônimos paralelos, essa identificação foi correspondente a 39 topônimos paralelos. E ainda, entre os 26 participantes, 20 deles conhecem as motivações históricas e sociais dos nomes paralelos das ruas.

Por fim, esperamos que os dados coletados possam contribuir para a promoção de debates e como um material de referência com significativo conhecimento do resgate histórico de cada denominação onomástica, da cultura e memória dos sujeitos participantes.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001, p.13-22.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961. (Coleção General Benicio, 9).

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e línguas indígenas do Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP, v. 8, n. 22, p. 435-436, 1994.

_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990, 387 p.

_. **A dinâmica dos nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: ANNABLUME, 1997. 396 p.

_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2004, p. 121-130. v. 2.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cidades históricas**: inventário e pesquisa. São Luís - Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. v. 85.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicologia, lexicografia e terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS; Porto Alegre: UFRGS, 2010. v. 4, p. 161-175.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**: ruas, logradouros e prédios históricos. 2. ed. São Luís: Livraria Vozes, 2007, 246 p.

MELO, Magnólia Sousa Bandeira de. **Índice toponímico do centro histórico de São Luís**. São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão, 1991, 122 p.

SÃO LUÍS - Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, 448 p.

SOMBRA, Daniel Borges; MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; LOPES, José Antonio Viana. Dinâmica habitacional do Centro Histórico de São Luís/MA: análise da efetividade do programa cheque minha casa. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 25, p. 1290-1308, 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_4/agb_xxv_4_web/agb_xxv_4-09.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

VIEIRA, Zara Peixoto. **O reflexo da memória social na toponímia**: o espontâneo e o popular. Disponível em: http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm. Acesso em: 22 out. 2021.

ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. In: **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê América Central e Caribe: múltiplos olhares, 2012, p. 351-372.

DE “FAZER SALIÊNCIA” A “BRINCAR”: VARIAÇÃO LEXICAL PARA O ATO SEXUAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Rafael Moura Santos Coelho
José de Ribamar Mendes Bezerra

1 INTRODUÇÃO

É por meio da linguagem que as pessoas expressam sua identidade, constroem e mantêm sua cultura, além de transmitir memórias coletivas e individuais. Sendo um instrumento de interação social, a linguagem necessita ser vista na situação comunicativa, em que os interlocutores, seus propósitos comunicativos e o contexto discursivo levam a pistas que aclaram a motivação dos fenômenos linguísticos observados.

Nessa perspectiva, o léxico, como um dos componentes da língua e “janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo” (Oliveira; Isquerdo 2001, p. 9), constitui-se como o “lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana” (Biderman, 1996, p. 27).

Assim, não é incomum encontrar pessoas com vergonha ou temor de dizer determinadas palavras. É normal que o ser humano evite termos que, por vezes, são julgados como “fortes” ou “carregados”, como dito na linguagem popular. Para muitos, falar o nome de doenças como câncer, conhecido por CA, e AIDS carrega um peso tão forte quanto o diagnóstico dessas doenças. Isso se deve a tabus linguísticos e, junto a eles, o medo de atrair para si a negatividade apresentada por essas palavras.

Em geral, o que é falado fora do padrão estabelecido pela sociedade, tende a ser julgado pelas pessoas e, por diversas vezes, visto com estranhamento e preconceito. O ser humano, geralmente, possui um grau de pudor para fazer o uso de determinadas palavras ou expressões quando está fora do seu ciclo de amizade e convívio. Por isso, diversas palavras são vistas como tabu e, embora carreguem essa classificação, são eternizadas porque encontram abrigo em textos escritos, a exemplo de: *A língua na boca do povo* (1992) e *O dicionário de palavrões* (2010).

É comum notar que o falante substitui palavras consideradas “inapropriadas” por eufemismos para tornar o diálogo mais confortável e aceitável em seu dia a dia. Amaral (2019) aponta que brasileiros se utilizam de eufemismos no dia a dia, sendo algo corriqueiro e comum em diferentes contextos da vida.

Os eufemismos são vistos como uma estratégia linguística para suavizar fatos ou ideias, sendo utilizados para contornar a utilização de palavras consideradas tabuizadas em alguns contextos culturais. A utilização de eufemismos mostra a dinamicidade de uma língua e a vasta riqueza e criatividade lexical.

Sexo, idade, escolaridade são alguns dos diversos fatores que contribuem para a variação na fala de uma população. Com isso, o estudo da variação mostra como esses fatores podem ter expressividade diferente, dependendo do fenômeno linguístico observado. Em se tratando deste trabalho, que se insere no nível semântico-lexical, a variação se materializa no uso de diversas lexias para denominar um mesmo conceito – *ato sexual*.

O presente trabalho objetiva investigar a variação lexical para o ato sexual na fala de moradores de São Luís - Maranhão, sob a perspectiva da tabuização, com base nos estudos de Moreno Fernandez (2009), Preti (1984) e Guérios (1979). Perceberam-se diferentes lexias para denominação do ato sexual, demonstrando que os seres humanos tendem a mascarar a forma natural como falam ou pensam quando proferem suas palavras em meio ao público. Quando se trata de assuntos relacionados a sexo, o tabu linguístico se faz presente, sendo evidenciado, por exemplo, por meio de estratégias de fuga, como o uso de eufemismos.

2 ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS, O TABU LINGÜÍSTICO E O USO DE EUFEMISMOS NA LINGUAGEM PARA DENOMINAÇÃO DO ATO SEXUAL

Atualmente, muitos estudiosos reconhecem a ligação entre língua e comunidade. Embora existam teorias linguísticas que variam na interpretação dos elementos da linguagem em relação à sociedade, as pesquisas sociolinguísticas mostram, de forma clara, o quão essencial é essa ligação. É fundamental entender essa conexão ao abordar questões linguísticas. A sociolinguística investiga a prerrogativa de que toda língua falada apresenta variação natural que é decorrente de uma não homogeneidade da fala. Existe variação que é ocasionada por fatores sociais, culturais, econômicos.

Borin (2010, p. 7) afirma que os seres humanos naturalmente tendem a interagir uns com os outros, é um processo comum existente na nossa natureza e ao longo da história da humanidade. Isso foi reconhecido por diversos filósofos, como Aristóteles. O ser humano é um ser sociável, logo ele precisa conversar, interagir, trocar ideias e debater acerca do mundo em que vive e das questões nele existentes.

O conceito de sociolinguística que reconhece a existência de variantes linguísticas e suas diversas probabilidades de uso só veio a surgir a partir de Labov em 1963. Tarallo (2007, p. 7) relata que o modelo proposto por Labov (2008, p. 188) naquela época, era uma reação à ausência do componente social como fator importante nos estudos da língua. Para estudar a linguagem e sua variação, seria necessário verificar a realidade em que o falante está inserido.

Borin (2010, p. 10) discorre que o objeto da sociolinguística é estudar a diversidade linguística e a língua falada sob a perspectiva da língua utilizada no dia a dia. Ela assegura que:

A sociolinguística deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, relacionar as variações linguísticas observáveis em

uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade.

Para que se desenvolvam estudos sobre a diversidade linguística, fatores externos como identidade social e contexto social devem ser levados em consideração. Deve-se observar a comunidade linguística – conjunto de pessoas interagindo verbalmente – falando de diferentes formas, influenciadas por diversos fatores pertencentes à suas realidades.

Em um estudo acerca da Sociolinguística, Moreno Fernández (2009, p. 39) aborda que as variáveis sociolinguísticas são como elementos fundamentais para a compreensão da variação linguística dentro de uma comunidade. O autor destaca, dentre as variáveis sociolinguísticas existentes, as *sociais* como as mais importantes para determinar como e por quais motivos a linguagem varia. O autor assinala que esses fatores não agem de forma homogênea, que não funcionam da mesma forma dentro da realidade de um grupo. Há lugares em que a variável *idade* influencia; em outros não. Essa variável pode influenciar tanto no vocabulário quanto nas estruturas gramaticais utilizadas pelos falantes.

Em alguns casos, o nível econômico mostra que a fala de uma comunidade pode ser influenciada pelo nível social de seus falantes e em um grupo. Esta variável pode impactar na forma como os membros do grupo falam, o que reflete o grau de acesso à educação formal que eles tiveram.

Em outros contextos, a variável *sexo* também pode desempenhar um papel importante em relação à variação linguística. As mulheres tendem a utilizar uma linguagem diferentes dos homens, mostrando-se um tanto mais “polidas” e “pudicas” em suas falas, o que levará a utilização maior de palavras inovadoras. Em relação ao papel das mulheres, Moreno Fernández (2009) observa que, na fala, elas foram associadas a formas mais conservadoras. Esse fator pode ser explicado por fatores socioculturais enfrentados pelas mulheres.

É imposto a elas um comportamento mais comedido, menos espalhafatoso, para que uma imagem de respeito seja vista pela sociedade. Embora o autor traga este pensamento, ele enfatiza que em algumas culturas, as mulheres são responsáveis por mudanças linguísticas, elas podem desenvolver uma nova forma de falar. Porém, depende do contexto social ao qual elas estão incluídas.

Na obra, *A Linguagem Proibida*, Preti (1984) realizou um estudo acerca do uso da linguagem erótica, vista como um campo proibido da linguagem, sendo um tabu dentro da sociedade. O autor considera que o léxico de uma língua é o espelho de uma sociedade e que mostra a dinâmica social que existe nela. Nessa obra, Preti ressalta que, para falar de sexo, por exemplo, utilizava-se uma linguagem figurada, mais implícita e compreensível somente por meio de uma rede de significados mais ingênuos, ou seja, usava-se palavras eufêmicas.

Preti (1984) mostra uma realidade onde as mulheres, desde a primeira infância, são moldadas e direcionadas a se comportarem de maneira diferente dos homens. Elas precisam apresentar um comportamento decente, delicado e, quando agem ou falam como homens, são repreendidas dentro de casa pela própria família.

As mulheres necessitam ser mais pudicas e agir de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade em que elas estão inseridas. Nesse contexto, é inconcebível para uma mulher falar ou se portar de forma mais despojada ou masculinizada.

Em termos de tabus, Preti (1984, p. 61) afirma que os tabus sociais originam os tabus linguísticos, considerando o convívio em sociedade. De acordo com Guérios (1979, p. 01), os tabus sociais “vem a ser a abstenção ou proibição de pegar, matar, comer, ver, dizer qualquer coisa sagrada ou temida. Cometendo-se tais atos, ficam sujeitos a desgraças, a coletividade, a família ou o indivíduo”. Quanto à origem da palavra “*tabu*”, como é conhecida hoje, Ullmann (1987, p. 425) define como uma palavra oriunda da Polinésia, que foi levada aos países europeus a partir do Inglês *taboo*, que, por sua vez, é oriunda da palavra *ta’bu*, do idioma Tongá, da Polinésia.

Essa palavra está relacionada com um assunto sobre o qual não se pode falar devido a valores sociais ou culturais. Quando originada, estava destinada ao âmbito de proibições religiosas, hoje relacionada a diversos tipos de assuntos julgados “proibidos” na sociedade moderna. Para Freud (2012, p. 26), o tabu está ligado à ideia de algo reservado, relacionado a proibições e restrições.

Os tabus também são utilizados como ferramentas de autoridade dentro de uma sociedade. Foucault (2010, p. 9) afirma que há três formas de realizar a interdição do discurso. A primeira forma seria o *tabu do objeto*, em que existe a proibição de certos temas, como assuntos que não podem ser abordados abertamente, temas considerados inapropriados, perigosos ou imorais. A segunda forma representa o *ritual da circunstância*, que enfoca regras sobre o como, o onde e o quando falar. Por exemplo, falar sobre temas tabus pode ser permitido em espaços específicos. A terceira e última forma está relacionada com o *direito privilegiado ou exclusivo de quem fala*; é sobre a definição de quem tem autoridade para abordar o tema, ou seja, nem todas as pessoas têm legitimidade para abordar determinados assuntos.

Quem se utiliza das três formas possui o controle e o direcionamento de alguma situação. Em adição, Freud (2012, p. 30) descreve que os tabus são simultaneamente sagrados, acima do habitual, perigosos, impuros e inquietantes. São utilizados para a proteção e preservação de culturas e costumes de um povo, uma vez que representam uma proibição, seja de atos, seja de palavras. Eles são internalizados na criação de uma pessoa, protegendo as relações sociais daquele indivíduo com as demais que estão ao seu redor. Vale retomar que os tabus linguísticos são originados a partir dos tabus sociais.

Os tabus estão presentes em inúmeros momentos da vida de uma pessoa, sendo comum à espécie humana abster-se de proferir palavras e termos vistos como proibidos. Os seres humanos vivem em um mundo cercado por regras para que possam conviver de forma harmônica na sociedade. Todas as culturas ao redor do mundo possuem suas regras, tais como regras de etiquetas, sobre como se portar diante de idosos, no trabalho e nas mais diversificadas tarefas do cotidiano.

A partir desse convívio e suas diversificadas regras, nascem as violações das normas sociais pelos indivíduos. Como visto, os tabus linguísticos fazem parte da vida do ser humano e, quando se fala da realidade brasileira, esse fato é comprovado por Da Matta (1986, p. 80). o autor observou o fato de que palavras ou expressões podem ser vistas como tabus dependendo da região do Brasil; que a sociedade brasileira é moderna, mas também tradicional; que o brasileiro pode ser uma pessoa em casa e outra na rua, se comportando de uma maneira diferente.

Os falantes evitam o uso de palavras e expressões que remetem a algo proibido, que são tabus. Logo, faz-se necessário o uso de expressões ou palavras que possam substituí-las. Guérios (1979, p. 17-23) aborda mecanismos utilizados para supri-las com intenção de fuga dos tabus. Bonhomme (1998, p. 14), por sua vez, descreve a utilização de eufemismos com a função de atenuar o uso de determinadas palavras em realidades desagradáveis.

Guérios (1979, p. 17-23) aponta 14 formas possíveis de fuga:

- 1 – *O vocábulo tabu é substituído por gesticulação.* Recorre-se ao uso de gestos para evitar verbalizar a palavra tabu.
- 2 – *O vocábulo tabu é substituído por um sinônimo, simples ou locucional.* Utiliza-se uma expressão correspondente, porém aceitável.
- 3 – *O vocábulo tabu é substituído por uma expressão genérica, com ou sem restrição.* Usa-se um outro termo mais vago e mais amplo.
- 4 – *O vocábulo tabu é substituído por um estrangeirismo ou dialetismo.* Faz-se o uso de uma palavra ou expressão oriunda de um outro idioma ou de uma forma dialetal, para distanciar o impacto cultural da palavra original.
- 5 – *O vocábulo tabu é substituído por um hipocorístico ou por uma antífrase.* Troca-se a palavra tabu por uma redução carinhosa ou por uma palavra que seja oposto à palavra original.
- 6 – *O vocábulo tabu é substituído por um difemismo.* Substitui-se o termo por uma palavra mais vulgar ou chula.
- 7 – *O vocábulo tabu é substituído por um resultado do cruzamento entre aquele e outro vocábulo.* Cria-se um neologismo ao misturar o termo tabu com outro termo.
- 8 – *O vocábulo tabu, membro de uma locução ou frase, é substituído pelo restante dessa locução ou frase (elipse).* O termo é omitido e usa-se o resto da frase para completar o sentido original da frase.
- 9 – *O vocábulo tabu apresenta-se no diminutivo.* Adiciona-se um sufixo no diminutivo para diminuir o impacto da fala.
- 10 – *O vocábulo tabu é deformado foneticamente.* Altera-se a pronúncia para reduzir o impacto da fala.
- 11 – *O vocábulo tabu, membro de uma frase, muda de posição ou classe, obedecendo a uma sintaxe preconcebida.* Muda-se a posição do elemento tabu para atender convenções culturais.
- 12 – *O vocábulo tabu mostra-se no plural.* Transforma-se a palavra tabu em plural, generalizando-a.

13 – O vocábulo *tabu* apresenta-se no gênero neutro. Coloca-se a palavra *tabu* no gênero neutro para evitar associações a gêneros.

14 – O vocábulo *tabu*, embora não substituído, é pronunciado em voz baixa. O tom utilizado é baixo para que fique quase inaudível.

Essas 14 estratégias apontam maneiras de evitar ou modificar o uso de palavras e expressões consideradas tabus na língua. Todas essas práticas refletem as normas culturais e a tentativa de lidar com situações desconfortáveis e restrições sociais que estão associadas a seu uso.

A utilização de eufemismos na linguagem é realidade em diversas culturas e tem por finalidade aliviar a carga que uma palavra carrega consigo. As conversas se tornam mais suaves e as pessoas se sentem mais confortáveis, especialmente quando o assunto é relacionado a sexo. Bonhomme (1998, p. 14) classifica os eufemismos como uma espécie de figura de linguagem, pois são empregados para atenuar algo a ser dito. A realidade é enfraquecida e em seguida melhorada através de eufemismos utilizados. Preti (1984, p. 78) evidencia que os eufemismos possuem função de neutralizar conotações desagradáveis ou censuradas.

O ato sexual, dentro de muitas culturas, é considerado um grande tabu. Em países árabes, por exemplo, especialmente aqueles regidos por leis religiosas, como a Arábia Saudita, há mecanismos que vigiam e punem cidadãos que fogem aos padrões exigidos pelas leis do país, como a polícia religiosa, chamada de *Mutaween*.

Segundo Helie e Hoodfar (2012, p. 78), falar sobre sexo é um tabu e possui censura governamental, sendo a vigilância social responsável pela limitação da liberdade de expressão sexual. Os indivíduos dessa sociedade podem ser condenados a penas mais severas por estarem falando sobre um assunto considerado delicado. Nesse caso, as leis religiosas determinam que o sexo é um assunto proibido acerca do qual as pessoas não devem conversar. Para abordar o tema, as pessoas fazem uso de gírias, metáforas e eufemismos. Essa situação ilustra o contexto de sociedades conservadoras ou religiosas onde o sexo é visto como algo privado e sagrado.

Vale lembrar que tabus relacionados ao sexo podem variar também dentro da mesma cultura, dependendo da idade e do sexo, por exemplo. Para Preti (1984, p. 29), há diversos fatores sociais que podem influenciar em como uma pessoa se expressa quando o assunto abordado é o ato sexual. Dependendo da sociedade, mulheres podem enfrentar algumas restrições em relação à fala sobre sexo, ao passo que, em outras, jovens podem ser incentivados a não falar sobre sexo até atingirem uma determinada idade ou mesmo até o casamento.

3 O SEXO NA PERCEPÇÃO DE HOMENS E MULHERES

A maneira como o ato sexual é entendido e visto difere dentro dos grupos sociais. A noção, o valor, a importância e o modo como se fala sobre sexo podem

ser distintos dentro de cada um desses grupos, sendo mais proibido para alguns e mais normalizado por outros. As diferenças de perspectivas são capazes de influenciar as experiências sexuais e como as pessoas se comportam em relação a isso dentro do seu grupo.

Discorrer sobre sexo, em alguns contextos, pode acarretar uma série de desentendimentos, que passam pela visão que a sociedade tem do órgão sexual, masculino e feminino. Mélo (2012, p. 197) defende a ideia de que as características anatômicas dos órgãos sexuais são a base para a definição de sexo. O autor relata que na Idade Média havia somente um único corpo padrão: o masculino. O corpo do homem possuía um órgão sexual e esse era o mais importante, ao passo que o órgão sexual feminino não possuía uma terminologia própria. Naquela época, a visão era de que as mulheres eram donas de um órgão não desenvolvido, voltado para dentro, elas eram defeituosas e insignificantes.

Vale ressaltar que essa concepção não estava relacionada somente aos órgãos sexuais, ela se estendia à uma ideia de um status social submisso, onde as mulheres eram invisíveis, tendo sua importância diminuída, configurando um papel submisso. Seus corpos eram moldados pela visão masculina, sendo passivas e devendo ser obedientes aos homens.

Souza e Hot (2019, p. 1) descrevem a importância da figura masculina naquela época e assinalam o papel da igreja na época do Brasil Colônia nesse contexto. A família patriarcal era defendida como modelo ideal, tendo os homens o poder na organização familiar. Esse modelo admitia o desejo e o prazer sexual dos homens fora do casamento, enquanto que as esposas serviam para procriação, o prazer da mulher era inexistente. A Igreja Católica foi de fundamental importância na perpetuação destas ideias. Era difundida a visão de que o prazer íntimo deveria ser reservado ao matrimônio e direcionado apenas para reprodução. Os princípios patriarcais e a supervisão dos corpos femininos eram considerados fundamentos de um ambiente familiar convencional, com os anseios e exigências sexuais das mulheres, muitas vezes reprimidos ou menosprezados quando notados.

Por sua vez, Pinto (2010, p. 16) traz o fato de que, em meados de 1960, o movimento feminista lutou pela busca de direitos igualitários e equidade entre homens e mulheres. O surgimento da pílula anticoncepcional marcou, também, o início da liberação sexual, pois o sexo não era mais visto somente para a procriação. A partir desse momento, as mulheres conseguiram obter liberdade para estudar e trabalhar. Consequentemente, isso propiciou mais liberdade sexual.

É importante frisar ainda que a perspectiva sobre o ato sexual varia de acordo com os costumes, as crenças e a cultura da sociedade em que os indivíduos estão inseridos. Isto é, além do ato visto como forma de prazer, associa-se ao amor que existe entre um homem e uma mulher.

A abordagem sobre sexo e as formas em que é realizado foram moldados por fatores históricos, culturais, religiosos e sociais. Através dos séculos, o ato sexual foi influenciado significativamente por normas e expectativas sociais. Esse fenômeno pode ser observado por meio do processo de construção da sexualidade ao longo do tempo. Diferentes grupos sociais atribuindo significados, permissões e

restrições diversas ao comportamento sexual variando desde a visão restritiva e normatizada até a busca pela autonomia sexual.

O sexo está intrinsicamente ligado às diferentes culturas e comunidades ao redor do mundo. Desde antigas tradições até as transformações da sociedade moderna, a interpretação do sexo continua a evoluir. Novas percepções sobre identidade de gênero e prazer estão moldando a forma como encaramos a intimidade e os relacionamentos. Esse caminho é fortemente moldado por transformações nas hierarquias, nos princípios da sociedade e na contínua luta pela liberdade e igualdade, especialmente em relação à expressão da sexualidade e à promoção de relações mais justas entre homens e mulheres.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A observação da fala de moradores de São Luís – Maranhão, quando da denominação para o ato sexual, instigou a realização deste estudo, considerando a presença nessa fala de um diversificado leque de palavras para denominar esse ato.

Para a construção da pesquisa, foram definidos um objetivo geral - analisar a variação lexical na fala dos moradores da cidade de São Luís – MA, considerando o uso de eufemismos como estratégia de fuga à tabuização - e um objetivo específico - analisar a influência da variável sexo nessa variação.

Foram escolhidos homens e mulheres maiores de 18 anos, naturais de São Luís, perfazendo um total de 30 participantes, distribuídos equitativamente entre os dois sexos, sendo seis participantes por localidade investigada. Paiva (2004, p. 40) enfatiza que a variável sexo do falante é importante e influencia no comportamento linguístico, pois há diferenças na forma em que homens e mulheres falam no cotidiano.

A definição do *lôcus* da pesquisa – cinco bairros de São Luís (Centro, Renascença, Vinhas, Turu e Cidade Operária). Esses bairros foram escolhidos por serem bastante populosos e com diferentes realidades sociais.

Os participantes responderam a uma ficha sociolinguística em que informaram dados pessoais, como iniciais de seus nomes, faixa etária, nível de escolaridade, além de responderem à pergunta “**Como você chama o ato sexual, o nome que você dá para aquele momento de prazer?**”. Todos os participantes foram questionados se poderiam explicar a razão pela qual fazem uso das variantes lexicais escolhidas, os que aceitaram responder, tiveram suas falas gravadas por meio do celular do pesquisador.

Os dados obtidos foram analisados a partir das fichas aplicadas aos participantes, considerando-se os fatores sexo, faixa etária e escolaridade, sob a luz dos princípios teóricos da Sociolinguística.

Para validar os resultados deste estudo, reuniu-se um grupo de 10 moradores de São Luís, com idade entre 18 e 75 anos. Individualmente, apresentou-se uma ficha com as variantes lexicais registradas por esta pesquisa em São Luís,

para denominar o ato sexual e foi solicitado que marcassem as variantes que conheciam.

5 VARIAÇÕES LEXICAIS PARA O ATO SEXUAL NA FALA DE MORADORES DE SÃO LUÍS - MARANHÃO

- 12 foram registradas entre as mulheres:
brincar; conhecer o hulk; fazer amor; transar; colar velcro; ser feliz; foca foca; fazer saliência; nharhar; se amar; namorar; tchutchucar.
- 10 foram registradas entre os homens:
pimbar; fuder; transar; aquendar; trepar; fazer o bofe; dar pirocada; fazer o vuco vuco; macetar; se embolar.

Falar sobre o ato sexual para as participantes do sexo feminino é ainda um tabu linguístico, uma vez que a pergunta formulada se volta para um assunto íntimo. Quando Preti (1984, p. 61) aborda a ligação entre o léxico e os costumes, ele afirma que vocábulos relacionados com o ato sexual tendem a externalizar os juízos feitos pela sociedade, o que coaduna com os dados levantados nesta pesquisa, já que todas as participantes da pesquisa demonstraram um certo desconforto ao falar sobre suas vidas íntimas com um pesquisador do sexo masculino.

“As mulheres mostram uma atitude mais positiva do que os homens em relação aos usos que estão em conformidade com a norma”¹ (Fernandez, 2009, p. 43). Há uma maior preocupação em relação à forma como elas se expressarão, se soarão grosseiras, indecentes ou até mesmo vulgares. Observou-se que as 15 participantes se moldaram a um padrão de comunicação que está dentro dos bons costumes imposto às mulheres, como observado por Preti (1984, p. 60) e por Moreno Fernandez (2009, p. 43), ao destacarem que as mulheres são mais suscetíveis a fazer uso de palavras e expressões de mais prestígio em seus discursos. Elas utilizam-se de palavras e expressões suaves e eufêmicas, atendendo aos chamados de uma sociedade machista que dita o padrão de mulher que deve existir.

Diferentemente das mulheres, os homens fizeram uso indiscriminado de palavras e expressões consideradas *chulas* para a sociedade, ao se referir ao ato sexual. Isso reafirma as constatações de Preti (1984). O de que o homem não precisa se adequar às mesmas normas de comportamento que as mulheres precisam desde crianças. Na cultura brasileira machista, o homem tem que ser homem desde criança, não cruzar as pernas e não ser delicado.

A partir das respostas dos participantes do sexo masculino, confirma-se o que já foi verificado por Preti (1984) e Moreno Fernández (2009), o homem com todo o seu prestígio social e liberdade de fala, consegue proferir palavras consideradas *chulas* sem nenhum problema e impedimento.

¹ Tradução do original: “Las mujeres muestran una actitud más positiva que los hombres hacia los usos que se ajustan a la norma.”

A partir dos resultados apresentados na validação deste estudo, validou-se 19 lexias encontradas ao longo da pesquisa: *brincar; fazer amor; transar; colar velcro; ser feliz; fazer saliência; nharhar; se amar; namorar; tchutchucar; pimbar; fuder; aquendar; trepar; fazer o bofe; dar pirocada; fazer o vuco vuco; macetar; se embolar*.

Apenas duas lexias, *conhecer o Hulk* e *foca foca*, não foram validadas pelo grupo de moradores de São Luís. Entretanto, retomando-se as 14 estratégias de fuga dos elementos tabuizados apresentadas por Guérios (1979, p. 17-23), pode-se considerar “*conhecer o Hulk*” e “*foca foca*” como formas de fuga para evitar a utilização de palavras tabus. A primeira expressão, “*conhecer o Hulk*”, se explica com base na estratégia 7 – *resultado do cruzamento entre aquele e outro vocabulário*. Percebe-se uma tentativa de suavização ou distanciamento do impacto do vocábulo tabu na fala da participante I.S.R.L. através de uma associação criativa, não sendo necessário recorrer à substituição por sinônimos ou qualquer outra forma mais tradicional de eufemismo.

Em relação à segunda expressão, “*foca foca*”, se explica com base na estratégia 4 – *substituição do vocábulo tabu por um estrangeirismo ou dialetismo*. Mesmo “*foca foca*” não sendo uma palavra estrangeira, ela faz alusão à palavra “*fuck*” (*foder* em língua inglesa). A troca de “*fuck*” por “*foca*” serviu para suavizar o impacto do termo tabu, distanciando assim o sentido original da palavra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da variação lexical para denominar o ato sexual revelou um vínculo entre linguagem e o sexo do participante. Ao analisar-se as palavras e expressões utilizadas por mulheres e homens, pressões sociais e padrões de comportamento foram refletidos e não apenas meras escolhas feitas pelos participantes. A linguagem não é neutra, ela traz consigo valores, crenças que influenciam o modo de falar dos grupos sociais. A língua está intrinsecamente ligada aos costumes.

As palavras e formas de expressão trazem ideologias, crenças e estruturas de poder. Percebe-se que a maior liberdade dos homens em utilizar termos *chulos* e falar aberta e livremente sobre sexo, pode revelar um privilégio linguístico, em que os indivíduos do sexo masculino podem transgredir normas sem sofrer as mesmas consequências sociais que as mulheres. A linguagem é vista como uma ferramenta de dominação simbólica, onde alguns grupos são legitimados socialmente para proferir determinadas falas.

No que concerne às mulheres participantes deste estudo, o notório desconforto em responder à pergunta sobre o ato sexual e a utilização de eufemismos ou estratégias de fuga, mostram que elas foram criadas em uma sociedade que possui tabus culturais e linguísticos. Desde crianças, essas mulheres são ensinadas a se comportarem e falarem seguindo a forma padrão que se espera do sexo feminino. Temas como sexo devem ser abordados de forma cuidadosa e discreta. Há um silenciamento que gera a submissão do sexo feminino.

Nota-se que a sociedade brasileira ainda se comporta de forma machista, sendo o homem sempre privilegiado, até mesmo nas suas escolhas linguísticas. As mulheres tentam, mas ainda têm suas vozes abafadas por outras vozes que as reprimem desde o modo como devem andar, sentar, cruzar as pernas e falar. Neste estudo, percebeu-se que as mulheres ainda ruborizam para falar sobre o ato sexual – algo natural do ser humano. Algumas participantes desta pesquisa chegaram a pensar que se seus nomes ou vozes fossem divulgados em público, teriam suas vidas arruinadas.

Por sua vez, os homens têm maior liberdade para abordar temas sexuais. Percebeu-se uma maneira mais direta e menos eufêmica para falar sobre sexo. Os participantes do sexo masculino utilizaram palavras *chulas* de forma indiscriminada e sem pudor algum, com exceção de três participantes homossexuais, que fizeram uso de eufemismos nas lexias que reproduziram. Entende-se que o homem é tido como o ser dominante, ao passo que as mulheres são vistas como submissas. O tabu linguístico que envolve o universo feminino está inserido em um contexto de controle social sobre o corpo e o comportamento das mulheres.

Este estudo abriu espaço para reflexão sobre a utilização de eufemismos, como estratégia usada pelas mulheres para lidar com o desconforto e as expectativas sociais. Além de suavizarem um tema delicado, elas adaptam sua fala para evitar julgamentos negativos.

Em síntese, o tabu linguístico foi percebido de forma mais presente, mais exacerbada na realidade feminina que no universo masculino. As mulheres buscaram palavras mais “leves” e menos “vulgares” ao se referirem ao ato sexual, sendo mais cautelosas em suas respostas. Notou-se maior preocupação e maior tentativa em suavizar a palavra utilizada para denominar o ato sexual, resultando em uma maior variedade de palavras e expressões para nomear esse ato.

O machismo está presente na sociedade brasileira de forma estrutural e, embora haja avanço no que tange a igualdade de direito entre homens e mulheres, ainda há muito o que ser mudado, uma vez que as mulheres, na maioria dos casos, precisam se adaptar à realidade a qual estão inseridas. A sociolinguística, ao fazer a investigação das variações e suas motivações sociais, mostra que as escolhas linguísticas são marcadas por relações de poder, identidade e, também, pertencimento, não sendo apenas fruto de decisões individuais ou neutras.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **Por que brasileiro adora eufemismos**. (2019). Disponível em: <<https://luizguilhermeleiteamaral.medium.com/por-que-brasileiro-adora-eufemismos-cdbd21aa4056>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e Vocabulário Fundamental. **Alfa**, São Paulo, 40: 27-46, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3994/3664/9739>>. Acesso em: 16 set. 2024.

BONHOMME, Marc. **Les figures clés du discours**. Paris: Seuil, 1998.

BORIN, Máisa Augusta et al. **Sociolinguística**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16413>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, v. 11. Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. E-book, 310 p. ISBN 978-85-8086-433-5.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Tabus lingüísticos**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1979.

HELIE, Anissa; HOODFAR, Homa. (Org.) **Sexuality in Muslim contexts: restrictions and resistance**. London: Zed Books, 2012.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MÉLLO, Ricardo. **Corpos, heteronormatividade e performances híbridas**. Psicologia & Sociedade, Brasil, p. 197-207, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/9ywzLKWFtzTmPTJdhR5XTb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: out. 2023.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001, v. 1, p. 9-11.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 33-42.

PINTO, Célia Regina Jardim. “**Feminismo, História e Poder**”. Rev. Social. Polít, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PRETI, Dino. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SOUZA, Luciana Rodrigues de; HOT, Amanda Dutra. INTIMIDADE, TRATAMENTO DA MULHER E A IGREJA NO BRASIL COLONIAL: BREVES

APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS. In: **Seminário Científico da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu** – Unifacig, 1., 2019, Manhuaçu. Anais... Manhuaçu: UNIFACIG, 2019. p. 1-10. Disponível em: <<https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/download/294/261>>. Acesso em: 16 set. 2024.

TARALLO, Fernando Luís. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM LIBRAS POR PROFESSORES DE PORTUGUÊS OUVINTES E SUAS PROVÁVEIS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO DE SURDOS

Elton César Soeiro Maramaldo Júnior
Monica Fontenelle Carneiro

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas que abordam o ensino do português aos surdos¹, tais como Gomes (2020), Silva e Seabra (2022) Paz e Ribeiro (2024) entre outros, destacam que o ensino dessa língua ganha contornos específicos em relação ao alunado surdo, que adquire ou desenvolve a Libras como principal língua de interação e constituição cultural.

Empregamos o termo “adquire” para referenciar casos de surdos filhos de surdos, que têm acesso a Libras desde o nascimento e, assim, a possuem como sua primeira língua (L1). Enquanto o termo “desenvolve” refere-se a casos de surdos filhos de pais ouvintes, que têm acesso a essa língua tardiamente ou após tentativas de oralização, isto é, não foi a primeira língua com a qual tiveram acesso, mas, ao terem contato com ela, identificaram-se e a desenvolveram como primeira língua.

Nesses contextos, o ensino do português, em sua modalidade escrita, deve ocorrer numa perspectiva de ensino de segunda língua (L2), com vistas a formar os surdos como sujeitos bilíngues, preparados para interlocução, seja por meio da Libras ou do português (por meio da leitura e da escrita).

Nessa perspectiva, alguns dispositivos legais, entre os quais, destacamos o Decreto n.º 5.626/2005, regulamenta a inserção da Libras nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, com a intenção de preparar os futuros professores para ofertar um ensino de língua numa perspectiva bilíngue, que aborde adequadamente as similaridades e diferenças entre a Libras e o português.

Desde a promulgação do Decreto, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos (Costa e Lacerda, 2015; Lodi e Lacerda, 2015; Lachinski *et al.*, 2018, Silva e Seabra, 2022, Paz e Ribeiro, 2024;), para averiguar como as instituições de educação superior (IES) vem ofertando a disciplina Libras na formação docente.

Esses estudos evidenciaram que, apesar da legislação, a formação docente ainda apresentava empecilhos, entre eles, a carga horária insatisfatória para o ensino da Libras, além de uma formação com enfoque maior no léxico e na gramática dessa língua, em detrimento de outros aspectos como o semântico, o semiótico, o discursivo, o cultural, etc.

¹ De acordo com Gesser (2009), bem como outros pesquisadores, muitos surdos não se identificam com o termo deficiente auditivo, por não se sentirem deficientes, em nenhum aspecto, e, portanto, preferem o termo surdo. Nessa perspectiva, ao longo do texto, empregamos o termo surdo(s).

Além desses fatores, Costa e Lacerda (2015) destacam que o processo de formação inicial, em geral, não dispõe de tempo suficiente para abordar a Libras em toda sua dimensão linguística e cultural e defendem a necessidade do investimento na formação continuada para que os professores consolidem e ampliem os conhecimentos sobre a Libras, assim como, sobre as especificidades linguísticas, visuais, educacionais e culturais dos surdos.

Diante dessas discussões, nascem alguns questionamentos: apesar da legislação vigente, os professores de português que atuam na educação de surdos de fato possuem formação inicial em Libras? Eles procuram formação continuada nessa língua? Qual o nível de fluência desses professores na língua de sinais?

Mediante esses questionamentos, realizamos este artigo científico com o intuito de **problematizar a formação docente em Libras e investigar a formação e fluência nessa língua por professores ouvintes² de português** que atuam na educação de surdos em escolas inclusivas, e, a partir desses dados, tecer discussões sobre os prováveis impactos dessa formação na oferta de ensino do português aos surdos.

Os dados alcançados foram gerados numa pesquisa de dissertação, realizada em 2023 pelos autores deste artigo científico. Na qual, investigamos aspectos da aprendizagem e produção escrita do português pelos surdos. Entre os dados alcançados, chamou-nos atenção aqueles relacionados à formação e fluência dos professores de português em Libras que atuam na educação de surdos, o que, por conseguinte, nos incentivou a desenvolver este estudo que trata especificamente sobre esse tema.

Os participantes foram cinco professores regentes de português que atuam em uma escola inclusiva (que não será identificada) da rede estadual de São Luís, capital do Maranhão. A geração de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários digitais, compartilhados por meio de um link de acesso, enviados via whatsapp aos professores.

Este estudo justifica-se em vista dos empecilhos na oferta de educação de surdos, sobretudo, em relação ao ensino do português em escolas inclusivas. Assim, visamos contribuir com as discussões sobre encaminhamentos para o aperfeiçoamento dessa oferta educacional.

Este artigo foi organizado da seguinte forma: apresentamos a Introdução, com as considerações iniciais deste estudo, em seguida, apresentamos a fundamentação teórica na qual discutimos a importância da Libras para aprendizagem e desenvolvimento dos surdos, assim como, problematizamos a formação docente em Libras. Posteriormente, descrevemos a metodologia, depois, apresentamos e discutimos os dados gerados e, em seguida, apresentamos os resultados nas considerações finais.

² Nas últimas décadas é crescente o número de surdos que ingressam na educação superior, o que, por conseguinte, contribuiu para um aumento expressivo no quantitativo de surdos que atuam profissionalmente como docentes. Contudo, neste estudo, focamos na formação e fluência em Libras de professores, especificamente, ouvintes.

2 A LIBRAS E O PORTUGUÊS NO CONTEXTO DOS SURDOS

São muitos os estudos que discutem sobre qual língua seria a mais indicada para educação e desenvolvimento dos surdos. Por muito tempo, imperou em diferentes países o Oralismo, abordagem linguística que visa ensinar a língua oral majoritária e/ou oficial de uma nação aos surdos, por meio da oralização e leitura labial.

Ainda hoje, são recorrentes concepções sobre os surdos terem maiores chances de sucesso pessoal e social se fossem oralizados. Entretanto, pesquisas como as de Gesser (2009), Ferreira (2010), Strobel (2013), Paz e Ribeiro (2024) entre outros, evidenciam que muitos surdos preferem as línguas de sinais e alcançam níveis promissores de desenvolvimento e socialização por meio delas.

É fato que alguns surdos alcançam desenvolvimento por meio da oralização. No entanto, seria um erro presumir que todos os surdos precisam ou querem ser oralizados. Nessa perspectiva, coadunamos com as concepções de Gesser (2009) sobre a necessidade de expor o surdo às línguas de sinais e às oralizadas, o mais cedo possível, para então, perceber com qual delas ele se sente mais à vontade e confiante para aprender e interagir.

Terra-Fernandes (2018) destaca que os surdos empregam a visão como principal canal sensorial na assimilação e construção de informações. Nessa perspectiva, o fato das línguas de sinais serem de modalidade visuoespacial e empregarem signos linguísticos visuais, oferece um contexto que, em geral, é mais confortável e promissor para desenvolvimento da linguagem.

No caso de surdos que se identificam com a língua de sinais e são filhos de ouvintes, é fundamental que os pais e familiares ouvintes aprendam a Libras para garantir interação no núcleo familiar, por meio da sinalização. De acordo com Gesser (2009, p. 59) “os perigos estão quando certas decisões são impostas” o que ocorre, muitas vezes, quando pais ouvintes tentam impor o Oralismo aos filhos surdos.

Contudo, nas últimas décadas, o aquecimento nos estudos sobre as línguas de sinais e seu status linguístico tem contribuído para ressignificar a compreensão dessa língua, além da sua importância para desenvolvimento global dos surdos. Nesse sentido, Ferreira (2010) afirma que a Libras:

[...] é uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem a comunicação e suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade da linguagem possuem [...] surgida entre os surdos brasileiros da mesma forma que o português, o inglês, o francês etc. surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir ao propósito linguístico daqueles que as usam (Ferreira, 2010, p.11).

Na citação, ao sugerir que a Libras é uma língua natural, a autora dá destaque ao fato de as línguas de sinais terem sido convencionadas, naturalmente, espontaneamente, ao longo do tempo, por diferentes grupos sociais de surdos, que,

por sua vez, foram compartilhadas e contribuíram para consolidação de outras línguas de sinais, num processo similar às línguas orais.

A pesquisadora surda Strobel (2013) defende a importância da aquisição da Libras, entre outras finalidades, para garantir a constituição cultural dos surdos, por meio do acesso e transmissão da cultura surda:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2013, p. 29).

Como vemos, a pesquisadora defende que a cultura surda envolve fatores como a língua, as crenças, os valores os costumes etc., dos surdos, isto é, permite conexão entre os sujeitos surdos, por meio desses aspectos culturais, pelo qual o surdo entende-se como integrante de um grupo social cuja língua e culturas são diferentes da língua e cultura majoritária. Diferente sim, inferior, não.

Gesser (2009) contribui com essa discussão ao empregar o termo culturas surdas, no plural, para enfatizar que diferentes comunidades surdas, em diferentes lugares, desenvolvem culturas com diferentes características. Ainda de acordo com a autora, o fato de possuírem suas culturas, não os impede de compartilharem aspectos das culturas ouvintes.

As discussões acima permitem compreender o papel central que a Libras ocupa para desenvolvimento dos surdos sinalizantes, é por meio dela que ele poderá aprender, reconhecer seu ambiente, interagir, se expressar e construir sua identidade cultural. Nessa perspectiva, as comunidades surdas brasileiras vêm se articulando em prol de políticas públicas de reconhecimento e preservação de sua língua, culturas e identidades. Esses movimentos sociais foram fundamentais para a aprovação da Lei n.º 10.436/2002, que estabelece a Libras como meio oficial de comunicação e expressão dos surdos no país.

Por conseguinte, o Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a Lei supracitada, orienta o emprego da Libras em diferentes instituições sociais, inclusive na educação, na qual prevê a oferta de educação bilíngue aos surdos, tendo a Libras como primeira língua (L1), e o português, em sua modalidade escrita, como segunda língua (L2), em escolas públicas ou privadas.

O Decreto prevê ainda a inserção da Libras nos cursos de licenciatura, a fim de preparar os professores que atuarão na educação de surdos. Desde a promulgação do Decreto, muitos estudos foram realizados, e continuam sendo, para averiguar a formação docente dos profissionais que atuarão na educação dos surdos. Na seção a seguir, discutiremos alguns desses estudos.

3 FORMAÇÃO DOCENTE EM LIBRAS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE PORTUGUÊS

Como mencionado, o Decreto n.º 5.626/2005 estabelece, entre outras disposições, a oferta da chamada educação bilíngue, tendo a Libras como L1 e o português escrito como L2 dos estudantes surdos. A promulgação desse Decreto visou estabelecer as bases para a constituição de um modelo educacional alinhado às especificidades linguísticas, educacionais e culturais dos surdos; seguindo o crescente discurso sobre a necessidade de promoção da inclusão nos ambientes escolares, em que estudantes ouvintes e surdos tivessem as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento nas escolas comuns de ensino.

Contudo, Lodi e Lacerda (2015), Costa e Lacerda (2015) e Silva e Seabra (2022), que abordam a educação de surdos, no âmbito da educação inclusiva, destacam uma série de entraves para a oferta de uma educação que possa ser efetivamente considerada bilíngue ou inclusiva aos estudantes surdos. Entre esses entraves, está a formação e fluência dos docentes em Libras, a qual, em geral, é insuficiente, resultando num processo de ensino e aprendizagem insatisfatório aos surdos nas escolas inclusivas.

Retomando as discussões sobre o referido Decreto, encontramos algumas disposições sobre a formação dos professores para atuação na educação de surdos. No capítulo II, intitulado “da inclusão da Libras como disciplina curricular”, temos:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como **disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior** [...] de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio [magistério], o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (Brasil, 2015, grifo nosso).

O Decreto segue em suas disposições e no capítulo III, Art. 9 estabelece os prazos e percentuais mínimos de oferta da Libras nas IES, no qual determina no item IV o prazo máximo de até dez anos, a contar do ano de promulgação do Decreto para que as IES ofertassem a Libras nos cursos de licenciatura.

A formação em Libras tem o intuito de desenvolver nos futuros docentes os conhecimentos necessários para a oferta da **educação bilíngue**. É importante ressaltar que o conceito de educação bilíngue, em relação aos surdos, não deve ser reduzido à presença de duas línguas (Libras e português) em sala de aula ou na escola. Mas ter o enfoque na formação do surdo como um sujeito bilíngue.

Cabe ressaltar que o ensino do português, no contexto da educação bilíngue de surdos deve ocorrer “sem simplificações, sem reduções, mas a partir de um currículo adequado que leve **a uma metodologia que lhes seja acessível e, por isso, preponderantemente visual**” (Faria-Nascimento *et al.*, 2021, p. 11, grifo

nosso). Nessa perspectiva, o ensino do português não deve ter enfoque no ensino da oralização, mas, no ensino da leitura e escrita dessa língua aos estudantes surdos.

Para tanto, faz-se necessário que os professores compreendam as especificidades entre as línguas, em relação a modalidade (a Libras é uma língua de modalidade visuoespacial, enquanto o português, oral-auditiva), além das especificidades em relação às gramáticas, estruturas e aspectos culturais que permeiam a produção/compreensão da linguagem em cada língua.

Nessa perspectiva, os docentes receberiam formação para empreender um ensino que aborde adequadamente as similaridades e diferenças entre as duas línguas e culturas, de modo que o surdo seja preparado para interação nos diferentes contextos comunicacionais, seja por meio da Libras ou do português (por meio da leitura e da escrita).

Apesar de muitas IES, nas últimas décadas, terem investido na inclusão da Libras nas matrizes curriculares, ainda existem uma série de empecilhos para alcançar uma formação docente adequada e consistente. Entre esses empecilhos, destacamos, inicialmente, a carga horária insatisfatória destinada ao ensino da Libras, fator esse identificado em diferentes pesquisas como as de Costa e Lacerda, 2015; Lodi e Lacerda, 2015; Lachinski *et al.*, 2018, Paz e Ribeiro, 2024.

Além disso, Costa e Lacerda (2015) apontam para o fato da Libras, na maioria das IES, ser abordada com ênfase apenas no léxico e gramática da língua, deixando de tratar de forma consistente os aspectos semânticos, semióticos, discursivos e culturais. Por conseguinte, os professores concluem a formação inicial com conhecimentos limitados sobre a Libras, o que pode comprometer a execução de uma educação bilíngue significativa ao alunado surdo.

Lachinski *et al.*, (2018) ao empreenderem uma pesquisa na qual entrevistaram cinquenta e nove acadêmicos de cursos de licenciatura de duas universidades localizadas em uma cidade no sul do país, constataram que a maioria deles acredita ter sido necessária a oferta da Libras na formação inicial, mas não foi suficiente para prepará-los para oferecer uma educação bilíngue aos surdos.

Gomes (2020, p. 58), destaca que o agir docente orienta-se pelos três princípios: “o que ensinar, como ensinar, para que ensinar”. No entanto, segundo a pesquisadora, a formação docente para a educação de surdos tem negligenciado o “como ensinar”, isto é, os professores se formam com conhecimentos sobre a importância de ofertar educação bilíngue (Libras e português escrito) aos estudantes surdos, mas não sabem ao certo como empreender esse ensino.

Nessa perspectiva, a pesquisadora defende uma formação docente que ofereça os conhecimentos teóricos, metodológicos, e, principalmente, didático-pedagógicos sobre ensino do português aos surdos, conforme descrito:

Uma formação que favoreça os docentes compreenderem com mais aprofundamento as necessidades dos estudantes surdos, inclusive desenvolvendo as habilidades linguísticas [...] bem como, as perspectivas teórico-metodológicas que possam dar suporte a uma prática pedagógica

voltada para a efetiva aprendizagem da língua portuguesa, assim como os demais conteúdos (Silva, 2009, p. 98 apud Gomes, 2020, p. 58).

Ainda de acordo com Gomes (2010), em vista das especificidades entre ouvintes e surdos, assim como, entre a Libras e o português, seria pertinente investir na implementação de mais cursos de Letras-Libras/português como segunda língua para surdos, ou seja, cursos de licenciatura para formação específica de docentes que atuarão na educação bilíngue de surdos.

As pesquisadoras Paz e Ribeiro (2024) contribuem com essas discussões ao defenderem que apenas aumentar a carga horária da disciplina Libras não é suficiente, e defendem a necessidade de redefinir as concepções sobre a formação de professores de línguas que atuarão na educação de surdos:

Tendo em foco o ensino em contexto de surdez, o entendimento de língua sob uma visão ampliada pode oferecer caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma educação mais integral e significativa para o surdo [...] por envolver pluralidades culturais, linguísticas/semióticas e histórico-sociais. Acreditamos que tais pluralidades são inerentes ao processo educacional das pessoas surdas, sendo, por isso, importantes de serem consideradas no ensino de línguas (Paz; Ribeiro, 2024, p. 421).

De acordo com a citação, vemos que as pesquisadoras defendem a constituição de uma formação linguística ampliada aos futuros docentes. Nessa perspectiva, o professor deve compreender a diversidade linguística e cultural presentes e constituintes da sociedade brasileira, assim como, o papel e espaço social que línguas como a Libras exercem em nossa sociedade. Além de sua representatividade para as comunidades surdas.

Não obstante, Costa e Lacerda (2015) chamam a atenção para o fato de que, embora seja essencial a oferta da Libras nos cursos de licenciatura, dificilmente consegue-se aprender satisfatoriamente uma língua, em toda sua vastidão, durante uma formação inicial. Isso se deve em vista das dimensões que as línguas possuem. A Libras não é diferente.

Nesse sentido, as pesquisadoras apontam para a necessidade da **formação continuada**, a fim de que os professores avancem em seus conhecimentos sobre os diversos aspectos da Libras e das culturas surdas. Assim, compreendemos que a aprendizagem da Libras, durante a formação inicial, é o primeiro passo. Os professores que atuam na educação de surdos precisam buscar formação continuada para ampliar e consolidar os conhecimentos sobre as singularidades linguísticas, visuais, educacionais e culturais dos surdos.

Mediante as discussões realizadas nesta seção, vemos que, apesar da legislação e dos esforços das IES, ainda são muitos os desafios para uma formação docente satisfatória para atuação dos professores na educação de surdos, o que, por sua vez, exige rediscutir as concepções, objetivos, práticas educacionais e políticas públicas que a regulamentam, em favor de uma formação mais ampla sobre a relação do surdo com a Libras e das especificidades linguísticas e culturais

entre ela (a Libras) e o português, visando capacitar os futuros professores para ofertar um ensino que forme o surdo como um sujeito bilíngue.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa insere-se no campo da linguística aplicada (LA), vertente que aborda a formação e atuação docente no ensino de línguas, entre outros objetos de estudo. Dessa forma, embasamos a metodologia nas discussões de uma das principais pesquisadoras dessa área no Brasil, Vera Lúcia Meneses de Oliveira e Paiva, autora da obra *Manual de Pesquisas em Linguística* (2019), na qual discute e orienta como executar pesquisas, com ênfase àquelas realizadas na área da LA.

Em vista das discussões de Paiva (2019), assim como, dos objetivos a serem alcançados, empreendemos um estudo de caso, caracterizado por “investigar um caso particular constituído de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos em um contexto específico” (Paiva, 2019, p. 65), neste caso, o grupo é composto por cinco professores de português que atuam como professores regentes em uma escola inclusiva da rede estadual de São Luís, capital do Maranhão.

Como mencionado, a geração dos dados ocorreu em 2023, durante uma pesquisa de dissertação realizada pelos autores deste artigo científico, a qual investigou aspectos do ensino e aprendizagem do português aos surdos. No entanto, neste artigo, fizemos um recorte no corpus e abordamos apenas os dados relacionados à formação e fluência dos professores de português em Libras.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, “que visa ter maior contato ou familiaridade com o fenômeno investigado”, neste caso, averiguar a formação e fluência em Libras dos cinco professores de português, participantes da pesquisa.

Em relação à abordagem, caracteriza-se como qualitativa³, que tem com o propósito “compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas” (Paiva, 2019, p. 13), pois nossa intenção foi compreender e qualificar o nível de desenvoltura em Libras por professores de português que atuam na educação de surdos, em escolas inclusivas e, mediante os dados, tecer análises sobre as prováveis consequências dessa formação no ensino do português aos discentes surdos.

Os instrumentos para a geração de dados foram questionários digitais, com questões objetivas e subjetivas, elaborados com a ajuda da ferramenta digital *google forms*. Compartilhados por meio de um link de acesso, enviado via whatsapp aos professores de português participantes da pesquisa.

³ De acordo com Paiva (2019), há diferença entre a abordagem e a forma da análise dos dados em um estudo. A abordagem diz respeito a intenção da pesquisa, isto é, queremos quantificar ou qualificar um fenômeno? No caso deste artigo, queremos qualificar (interpretar, compreender, mensurar) a formação e a fluência em Libras dos professores de português, por isso, a abordagem é qualitativa. Em relação a análise dos dados realizada nesta pesquisa, classifica-se como mista (quanti-quali).

As respostas foram analisadas por meio de abordagem mista, conforme classificação de Paiva (2019), por vezes, também classificada como quanti-quali, pelo qual quantificamos e interpretamos os dados relacionados à formação e fluência dos professores na língua de sinais e, em vista desses dados, tecemos discussões sobre as prováveis consequências dessa formação para o ensino do português aos surdos.

Como mencionado, a geração dos dados ocorreu em 2023, durante uma pesquisa de dissertação que investigou aspectos do ensino e aprendizagem do português aos surdos. No entanto, neste artigo, fizemos um recorte no corpus e abordamos apenas os dados relacionados à formação e fluência dos professores de português em Libras.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi submetida e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma instituição que supervisiona estudos realizados com seres-humanos. Em conformidade com as diretrizes do CEP, os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e, assim, ao longo do tratamento dos dados, eles serão referenciados como professor 1, professor 2, professor 3 etc.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos e discutimos os dados alcançados por meio dos questionários digitais, respondidos pelos cinco professores regentes de português, participantes da pesquisa:

Quadro 1 – formação e fluência dos professores de português na Libras

		Professor 1	Professor 2	Professor 3	Professo r 4	Professo r 5
1. Qual é a sua graduação?		Letras/inglês	Letras/Inglê s	Letras/Inglê s	Letras/ Espanhol	Licenciatur a em Letras
2. Em que ano você concluiu o ensino superior?		1998	2000	2001	2006	2009
3. Foi oferecido o curso de Libras na sua graduação?		não	não	não	sim	sim
4. Você já fez algum curso de Libras na sua formação continuada?		não	não	não	não	sim

5. Na sua avaliação, qual é o seu nível de fluência em LIBRAS?		sem fluência	sem fluência	sem fluência	sem fluência	fluência básica
--	--	--------------	--------------	--------------	--------------	-----------------

Fonte: os pesquisadores (2025) adaptado de Maramaldo Júnior (2023).

Na questão 1, 60% afirma ter cursado Letras/inglês, 20% cursou Letras/espanhol e 20% cursou licenciatura em Letras, sem especificar em qual língua foi sua habilitação. **Na questão 2** vemos que 20% dos professores concluíram a graduação antes da promulgação do Decreto n.º 5.626/2005, ou seja, antes da exigência da inserção da Libras nos cursos de licenciatura. Enquanto 80% deles concluíram após a promulgação da Lei.

Na questão 3, 40% afirmam que foi ofertada Libras na graduação, enquanto 60% não teve acesso a ela no ensino superior, sendo que, desse quantitativo, 20% não teve acesso porque concluiu a graduação antes da promulgação do Decreto n.º 5.626/2005 que estabelece a inclusão da Libras nas matrizes curriculares.

O Decreto foi promulgado em 2005, o prazo de dez anos encerrou em 2015 e 40% dos professores participantes deste estudo formou-se após promulgação e prazo máximo de dez anos, e, ainda assim, não tiveram acesso a Libras na formação inicial. Esse dado nos leva a inferir que mesmo após encerramento dos prazos constantes no referido dispositivo legal, algumas IES ainda não ofertavam a Libras em seus cursos de licenciatura.

Na questão 4, 80% afirmam que não buscaram cursar a Libras na formação continuada, e só 20% afirma que buscou. Cabe destacar que entre os 80% que informaram não procurar formação continuada, constam os 20% que também não tiveram acesso a Libras a formação inicial, ou seja, 20% dos professores participantes não possuem nenhuma formação em Libras e ainda assim, atuam na educação de surdos, sem a formação mínima necessária.

Esse dado evidencia uma certa omissão por parte dos docentes, pois o fato de lecionarem para estudantes surdos deveria, em tese, incentivar a busca por conhecimentos sobre a língua e culturas surdas, assim como, da gestão escolar, que, em vista dos dados, parece não ter oferecido ou incentivado a busca por formação continuada em Libras.

Conforme discutido na fundamentação teórica, por meio dos estudos de Costa e Lacerda (2015), a formação inicial consiste no primeiro passo no processo de formação docente em Libras. Os professores precisam compreender que, pelo fato de serem os principais agentes responsáveis pela educação dos estudantes surdos, precisam desenvolver conhecimentos consistentes sobre as singularidades linguísticas, visuais, educacionais e culturais desse alunado. O que exige, capacitação e especialização continua, por meio da formação continuada.

Na questão 5, vemos que 80% afirma não ter fluência em Libras e 20% afirma ter fluência básica. Entre os 40% que tiveram acesso a Libras na graduação, 20% alega não ter fluência. Esse dado vai ao encontro dos estudos citados e

discutidos na fundamentação teórica, (Costa e Lacerda, 2015; Lodi e Lacerda, 2015; Lachinski *et al.*, 2018, Paz e Ribeiro, 2024;), os quais evidenciam que muitas das IES não oferecem uma formação adequada em Libras aos futuros professores, o que resulta em docentes que atuam na educação de surdos sem os conhecimentos necessários.

A pouca fluência dos professores em língua de sinais, muitas vezes, leva a situações em que a interação durante as aulas é quase sempre mediada pelos tradutores/intérpretes de língua de sinais, o que, por sua vez, pode gerar incertezas sobre a quem o estudante surdo deve se dirigir (se ao professor ou ao tradutor/intérprete) quando tiver dúvidas sobre o assunto, ou quando quiser compartilhar uma informação ou ainda participar das discussões.

A fim de evitar essas incertezas, é essencial a fluência em língua de sinais pelos professores ouvintes de português, a fim de viabilizar comunicação direta entre eles e seus alunos surdos, o que contribui para a constituição de momentos de aprendizagem em que o surdo se sinta mais à vontade para sinalizar, comunicar, expressar-se e compartilhar conhecimentos.

Os dados aqui levantados demonstram que a maioria dos professores de português ouvintes, participantes desta pesquisa, não possuem formação, nem inicial, nem continuada em Libras. Entre aqueles que tiveram acesso a Libras na graduação, alguns deles afirmam que, apesar da formação, não desenvolveram fluência nessa língua.

É interesse perceber que a pesquisa de Costa e Lacerda (2015), discutida na fundamentação teórica, foi propositalmente realizada dez anos após promulgação do Decreto 5.6026/2005, pois as pesquisadoras visavam averiguar os possíveis avanços provenientes desse dispositivo legal para a educação de surdos.

Atualmente, passados vinte anos da promulgação do Decreto, ainda é possível constatar em algumas escolas inclusivas um corpo docente em que a maioria dos professores de português não possui a formação adequada. O que evidencia a persistência nos desafios em relação à formação docente para atuação na educação de surdos.

Esse cenário, por sua vez, nos permite tecer alguns comentários, ainda que no âmbito das conjecturas, sobre como ocorre a oferta da educação bilíngue de surdos na escola campo da pesquisa. O fato da maioria dos professores não ter formação adequada sugere que eles não possuem os conhecimentos necessários para o empreendimento de um ensino de língua numa abordagem bilíngue.

Nesses casos, muitas vezes, os professores recorrem ao atendimento educacional especializado (AEE) para receberem orientações sobre como executar um ensino o mais adequado possível aos estudantes surdos. Quando não há formação adequada dos docentes, nem trabalho conjunto entre professores e o AEE, o ensino tende a ser realizado de uma forma em que o português tem mais espaço e representatividade do que a Libras. Essa configuração de ensino não corresponde a um modelo de educação bilíngue de surdos, tampouco de educação inclusiva.

Nessa situação, muitos surdos concluem o ensino médio sem ter tido uma formação bilíngue adequada, com conhecimentos insatisfatórios sobre as especificidades entre a Libras e o português, o que compromete seu desenvolvimento geral e pode ainda servir de esteio para preconceitos sobre os surdos terem uma espécie de déficit cognitivo que os impede de alcançar fluência no português.

Quando na verdade, o que ocorre, são inadequações presentes na educação de surdos em muitas escolas inclusivas, entre elas, o pouco ou nenhum conhecimento sobre a Libras por parte dos docentes, resultando num processo de ensino e aprendizagem insatisfatório aos surdos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou problematizar a formação docente em Libras, assim como, investigar a formação e fluência nessa língua por professores ouvintes regentes da disciplina curricular língua portuguesa, a qual ocorreu por meio de um estudo de caso, com cinco docentes que atuam numa escola inclusiva, da rede estadual de São Luís no Maranhão.

Mediante análise dos dados, constatamos que 60% dos professores não possuem formação inicial em Libras, sendo que desse quantitativo, 20% formaram-se antes da promulgação do Decreto n.º 5.626/2005 que determina a inclusão da Libras nos cursos de licenciatura. 80% não buscou formação continuada em Libras. 80% deles não possuem fluência em Libras e 20% afirmam possuir fluência básica.

Os resultados indicam que os professores de português ouvintes, participantes desta pesquisa, não possuem formação inicial e continuada adequada, nem apresentam a fluência necessária. Os poucos conhecimentos e a pouca fluência em Libras tende a comprometer a oferta de um ensino de língua, numa perspectiva bilíngue (Libras e português) de forma satisfatória aos estudantes surdos.

Em vista do corpus reduzido desta pesquisa, não podemos fazer generalizações, mas podemos conjecturar que situações similares ocorram em outras escolas inclusivas no Maranhão e em outros estados, em que o corpo docente possui um quantitativo expressivo de professores sem a formação adequada para atuar na educação de surdos.

Como possíveis encaminhamentos para corrigir essa situação, sugerimos que a gestão da escola, articulada a secretaria de estado da educação e demais órgãos públicos competentes, ofereçam formação continuada em Libras e nas especificidades visuais, educacionais e culturais dos surdos. Visando a capacitação dos docentes, dentro de um cronograma previamente planejado, de modo que não comprometa as suas cargas horárias, nem os sobrecarregue.

É importante ressaltar que nossa intenção com esta pesquisa não foi culpabilizar os professores. São muitos os casos de professores que não receberam e não recebem a formação adequada, e, sem essa formação, não terão os conhecimentos necessários para empreender um ensino significativo ao alunado

surdo. Assim, é necessário, por parte das instituições competentes, supervisão sobre as IES, para saber se elas estão de fato oferecendo a Libras nos cursos de licenciatura, além da averiguação sobre como esse ensino tem ocorrido, visando a constituição de políticas, diretrizes e ações que aperfeiçoem essa formação inicial.

Esta pesquisa apresentou limitações, sobretudo em vista do corpus que reuniu apenas cinco docentes. Dessa forma, sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas em escolas de surdos e em outras escolas inclusivas, de diferentes cidades e estados, para avaliar a formação dos professores em Libras e as medidas a serem tomadas que visam aperfeiçoar essa formação e, por conseguinte, a oferta da educação bilíngue de surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5.626.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

COSTA, Otavio Santos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.10, n.5, p.759-772, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7923>. Acesso em: 16 out. 2024.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia de *et al.* **Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior:** caderno introdutório. Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS/SEMESP/MEC, 2021.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOMES, Marise Porto. **Formação de Professores Bilíngues para a educação de surdos:** fazeres, saberes e aprendizagens. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LACHINSKI, Luci Teixeira; BERBERIAN, Ana Paula; PEREIRA, Adriano de Sousa; GUARINELLO, Ana Cristina. A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: visão do futuro docente. **Audiol Commun Res.** 2019; 24:1-7.

Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6431-2018-2070>. Acesso em 17 abril 2024.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Formação de professores de Língua Brasileira de Sinais: reflexões sobre o impacto desta ação para a educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.29, nesp., p.279-299, 2015. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29983/18249>.

Acesso em: 26 out. 2024.

MARAMALDO JÚNIOR, Elton César Soeiro. **Aspectos da aprendizagem e produção escrita do português pelos surdos: um enfoque na concordância verbal**. 2023. 157 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PAZ, Liliane Lima; RIBEIRO, Gilmara dos Reis. Ensino de Português para surdos na formação docente: uma discussão em favor de uma educação linguística ampliada. **Miguilim - Revista Eletrônica do Netlli**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 415-441, 3 set. 2024. Disponível em:

<http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/1478>. Acesso em 12 out. 2024.

SILVA, Rosane Aparecida Favoreto da; SEABRA, Alessandra Gotuzo. Crianças surdas e experiências com a palavra escrita. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. 1-19, abr. 2022.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

TERRA-FERNANDES, Cristina Lima. **Neurociência na formação docente e implicações para a educação bilíngue de estudantes surdos**. 2018. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8490>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SEÇÃO 2:

O DISCURSO EM SUAS MATERIALIDADES

O DISCURSO DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO POLICIAL MARANHENSE: REFLEXÕES SOBRE A COBERTURA DO JORNAL ITAQUI-BACANGA

Cláuberson Correa Carvalho
Robson Carneiro Demétrio

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir como o jornalismo, enquanto agente de construções sociais, discursiviza o fenômeno da violência urbana nas coberturas policiais. Propomos pensar a prática jornalística num cenário de problematizações que permitem repensar a rotina de produção noticiosa: de um simples conjunto de técnicas e processos editoriais a operações permanentes de disputa e poder.

Caracterizamos alguns traços do discurso jornalístico. Com base nas perspectivas sociológica (BOURDIEU, 1997; NEVEU, 2006) e discursiva (FOUCAULT, 2010), sustentamos que a produção da informação manifesta relações decisivas com, por exemplo, o tempo, a concorrência e as fontes. Como prática discursiva (FOUCAULT, 2010), o jornalismo atua como agente de produção de saberes sobre fatos e sujeitos sociais.

No cenário de pesquisas sobre a violência urbana, dialogamos com os estudos de Misse (1999, 2006), Silva (2010) e Porto (2010), os quais sinalizam a emergência de violências, no plural. Na relação entre o fenômeno da violência urbana e os estudos sobre criminalidade, destacamos cinco teses equivocadas sobre a violência urbana que estão cristalizadas no imaginário social (MISSE, 2006).

Por fim, examinamos o discurso do jornal Itaqui-Bacanga sobre a violência urbana. O jornal Itaqui-Bacanga surgiu em 2005, no bairro Anjo da Guarda. Com periodicidade semanal, o periódico não se limita a cobrir fatos relacionados à área Itaqui-Bacanga e circula em várias regiões da cidade de São Luís. Sua linha editorial tem a criminalidade como eixo central, caracterizando-se pelo uso de fotografias de cadáveres na cena do crime.

2 A PRÁTICA DISCURSIVA DO JORNALISMO

Na perspectiva de Foucault (2010), a descrição dos acontecimentos discursivos considera o enunciado na estreiteza e singularidade de sua existência, para, então, determinar-lhes as condições de existência, fixar os limites de forma mais justa, estabelecer correlações com outros enunciados a que podem estar ligados e mostrar que outras formas de enunciação excluem. Trata-se de uma análise que concebe os acontecimentos como irrupção histórica, repleta de descontinuidades, que escapam à determinação histórica e às regras da língua. É necessário reconhecer que os fatos de discurso “merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não

constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 25). Isto é, os discursos devem ser considerados num sistema de relações com outros discursos, num campo subjacente, deixando em suspenso conjuntos de formulações implícitas e explícitas com as quais esses discursos mantêm diálogo.

Por isso, “para colocar fora de circuito as continuidades irrefletidas” (FOUCAULT, 2010, p. 27), torna-se fundamental considerar que jamais será possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro. Isso significa considerar que todo fato de discurso implica uma origem secreta, “tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente” (FOUCAULT, 2010, p. 27). Em consequência disso, o analista do discurso não deve buscar a origem dos acontecimentos discursivos, pois recairia na ingenuidade das cronologias.

Esse procedimento coloca em xeque a noção de evolução dos fenômenos sociais e aponta para a singularidade dos fatos de discurso. A ideia é pensar as condições de emergência de determinado discurso; refletir sobre as possibilidades que tornaram enunciável determinada prática discursiva. Do contrário, buscar-se-ão, em outras cronologias, explicações para fenômenos que em nada são afetados por elas. “A grande tarefa que se propõe na descrição dos enunciados é a de definir condições nas quais se realizou o enunciado, condições que lhe dão existência específica” (GREGOLIN, 2004, p. 32). Trata-se de pensar o discurso em uma ordem que se distancie da naturalidade das relações sociais ou do princípio da universalidade. Em outras palavras, os discursos não são naturalmente estabelecidos e construídos; obedecem, na verdade, a princípios de formulação que cabe ao analista descrever. A tarefa que lhe compete é, num jogo de relações, explicar “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Nessa linha de pensamento, consideramos que a produção de informação deriva de um conjunto de tensões e estratégias sobre o qual o jornalista tem pouca (ou quase nenhuma) autonomia. Bourdieu (1997, p. 30) já havia alertado que “o jornalista é uma entidade abstrata que não existe”, cujas diferenciações compreendem “o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação”. Por isso, sustentamos que as dinâmicas do campo jornalístico são bem mais complexas do que o livre arbítrio do profissional que decide o que deve ou não ser publicado. Até hoje, no entanto, a comunidade jornalística defende que as notícias refletem a realidade (PENA, 2012). Trata-se de uma forma de legitimação e credibilidade dos próprios jornalistas, os quais reivindicam procedimentos profissionais dotados de rigor e método científicos para garantir a objetividade no relato dos fatos. Dificilmente, a comunidade jornalística aceitará ataques a essa ideologia, pois, do contrário, reconheceria que os profissionais seriam dotados de subjetividade e que haveria outras tensões na ordem da narrativa dos acontecimentos.

Mas, afinal, é possível um ato desinteressado? Bourdieu (2011) diria que absolutamente. Pensar dessa forma significa romper com a visão encantada de que

o jornalismo é a reprodução do real, da mesma forma que Bourdieu (2011) problematizou a visão desinteressada que os intelectuais atribuem aos estudos científicos. Numa perspectiva sociológica, há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, mesmo que não reconheçam: “a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos” (BOURDIEU, 2011, p. 138). Por isso, insistimos que o jornalismo corresponde a uma construção social da realidade. Ao considerar a forma discursiva da mensagem em posição privilegiada na troca comunicativa, Hall (2008, p. 388) entende que, apesar de relativamente autônomos, codificação e recepção “[...] são momentos determinados”. Isso significa dizer que os acontecimentos cotidianos, ou a realidade da vida cotidiana, são discursivizados pela mídia por meio de regras próprias ao campo midiático.

3 A NOÇÃO DE VIOLÊNCIA URBANA

Porto (2010) e Misse (1999, 2006) concordam que o tema da violência urbana foi tangencialmente trabalhado nos estudos clássicos da Sociologia e, nos últimos 15 anos, tornou-se merecedor de um investimento próprio que o dimensione como um fenômeno singular das relações sociais. Misse (2006) argumenta que o termo violência é performativo: ao empregá-lo, o sujeito age, socialmente, sobre outrem – denunciando, acusando, julgando, impondo significações que não podem ser atenuadas ou negociadas. Trata-se de ato que viola a integridade de um indivíduo, que não lhe permite a reação, transformando-o, portanto, em mero objeto, suscetível à vontade do outro em fazer-lhe o que quiser. Sodré (1992, p. 11) utiliza “ato de violência”, que deriva da violência física ou violência anômica, “que dá lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado”, embora não ignore a “violência invisível”, ou estado de violência, que envolve a violência dos órgãos burocráticos, dos Estados, do serviço público, os quais promovem efeitos de inércia sobre os indivíduos, numa “condição contínua, estrutural e irredutível” (SODRÉ, 1992, p. 11).

Porto (2010), num ponto de vista sociológico, sustenta que a violência também corresponde às representações sociais que são construídas no dia a dia dos indivíduos e das instituições. Não se deve reduzir a violência à manifestação tópica. Deve-se, afinal, pensar a violência como um componente difuso que penetra a quase totalidade do tecido social. Por isso, insiste Porto (2010, p. 15), “não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa”. A autora defende que o olhar sociológico sobre a violência tem a difícil tarefa de diferenciar o fenômeno de suas representações e o conceito de suas manifestações empíricas.

Silva (2010) pontua que a expressão violência urbana designa a relação entre o uso de meios violentos e a noção leiga de crime (diferente da noção de crime no direito penal), de forma que a integridade física e patrimonial das pessoas esteja ameaçada. Não se trata, no entanto, de considerar a violência urbana como sinônimo de crime – afinal, lembra Misse (2006), nem todo crime é violento – nem como sinônimo de crime violento, o qual, segundo Silva (2010), corresponde a uma

simples coleção de práticas violentas desviantes. Silva (2010), então, sugere que a violência urbana problematiza uma ordem social específica à qual chama de “sociabilidade violenta”.

Além de pensar a violência urbana como ação violenta (não) intencional e resultado do modo de vida nas grandes cidades, Misse (2006) delinea essa noção criticando “cinco teses equivocadas sobre a criminalidade no Brasil”, pois, como já dito, “Em condições normais, na sociedade moderna, a violência acaba por ser englobada por outra palavra – ‘crime’” (MISSE, 2006, p. xi). A primeira atribui à pobreza a causa da criminalidade e do aumento da violência urbana. Misse (2006, p. 33) argumenta que essa tese, enraizada no imaginário social, apresenta uma univocidade ingênua: “correlação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade”. A segunda tese refere-se à percepção dos bandidos das áreas urbanas pobres como uma espécie de Robin Hood, um herói e justiceiro. Na mesma linha de representações sincronicamente mais antigas, está a terceira tese: a criminalidade urbana no Rio deriva dos quilombos, dos capoeiras, das estratégias de resistência de negros e mulatos. A quarta tese considera o migrante rural, geralmente nortista ou nordestino, como personagem central da violência urbana. Difundida em filmes e novelas, essa tese vai de encontro, defende Misse (2006, p. 39-40), à “baixa taxa de crimes violentos na maioria dos estados de origem desses migrantes, como a importância maior das condições sociais de recepção do migrante do que o movimento migratório propriamente dito ou a etnia dos migrantes”. Por fim, a quinta tese sinaliza que o aumento da criminalidade é tributário do aprofundamento da luta de classes. Os argumentos contrários a ela dão conta de que a maioria das vítimas da criminalidade violenta é pobre, ao invés de rica; e os períodos de crise econômica não coincidem com o recrudescimento da taxa de crimes violentos (MISSE, 2006).

4 O DISCURSO DA VIOLÊNCIA NO JORNAL ITAQUI-BACANGA

Nesta seção, examinamos como o jornal Itaqui-Bacanga constrói, discursivamente, a violência urbana. Para isso, foram coletadas nove edições publicadas semanalmente pelo veículo entre março e maio de 2019, totalizando 128 notícias. As categorias de análise enquadram dois tipos de representação, conforme Champagne (2011): de um lado, as representações sobre o meio jornalístico e sua maneira de trabalhar (estilo de redação, seleção das fontes); do outro, as representações sobre os grupos sociais envolvidos em situações de violência urbana.

4.1 As rotinas produtivas no jornalismo

Neveu (2006) assevera que a narrativa jornalística se constitui para além de um processo de referenciação das coisas do mundo e de um conjunto de técnicas de redação condensadas em manuais de estilo. Nesse sentido, um dos meios mais sutis e perspicazes de violência simbólica é por meio da linguagem.

Aliando-se a isso, estão as imagens que corroboram para que tais perspectivas sejam expressas e compreendidas. No jornalismo, o favorecimento de alguns ângulos ou até mesmo a omissão deles revelam quais linhas editoriais estão ali presentes.

Tomemos como exemplo a notícia seguinte, que traz como título “Travesti é morto a facadas e sua mão é decepada e colocada em cima do seu rosto”. Além de explicitar as circunstâncias da morte executada de forma cruel, reproduz-se a imagem do achado cadavérico. A notícia, como produto jornalístico, opera na produção de saberes, os quais acabam naturalizando crimes bárbaros na rotina do cidadão que consome esse tipo de conteúdo.

Figura 1 – Notícia sobre assassinato de travesti

Travesti é morto a facadas e sua mão é decepada e colocada em cima do seu rosto



O travesti foi encontrado com uma das mãos decepadas em cima do rosto

Após matar o travesti Jailson Feitosa Borges, a “Melissa”, de 30 anos, José Ferreira, 29, foi apresentado na Delegacia Regional de Santa Inês/MA, durante o domingo (5). Ele cometeu o crime no mesmo dia, sendo que a vítima foi achada em um matagal. “Melissa” estava seminua e com uma das mãos decepadas em cima do seu rosto. O suspeito alegou que cometeu o assassinato para se defender de um ataque de Jailson, com quem tinha um “caso”.

Como explicado pelas fontes militares, “Ferreirinha”, como é conhecido o suspeito, se apresentou, primeiramente, no 2º Pelotão da Polícia Militar de Pio 12, que o encaminhou à Delegacia Regional de Santa Inês. Em desfavor dele, há um mandado de prisão em decorrência da morte do travesti. José Ferreira, que é morador da cidade de Bacabal, apareceu na unidade militar à tarde, por volta das 15h.

Na manhã dessa segunda-feira (6), José foi recambiado para a Delegacia de Bacabal. Ele disse no local que estava arrependido pelo que fez.

O caso

Segundo o próprio autor, ele e “Melissa” passaram a noite anterior bebendo em uma festa. De lá, saíram para “fumar um baseado”. No mato, de acordo com o suspeito, Jailson tentou esfaqueá-lo por trás, mas ele conseguiu retirar a arma branca do travesti e deu uma rasteira nele, que levou as facadas no chão. “Ferreirinha” alegou que cortou a mão do travesti porque foi o membro que utilizou para segurar a faca para tentar atacá-lo. Mas a investigação policial apurou que José, na verdade, ficou irritado porque “Melissa” estava falando para todo mundo que ambos tinham um relacionamento amoroso. Irritado, decidiu matar Jailson.



O autor do homicídio se entregou após o caso ter ganhado repercussão

Fonte: Jornal Itaqui-Bacanga (ed. 730, 2019, p. 16).

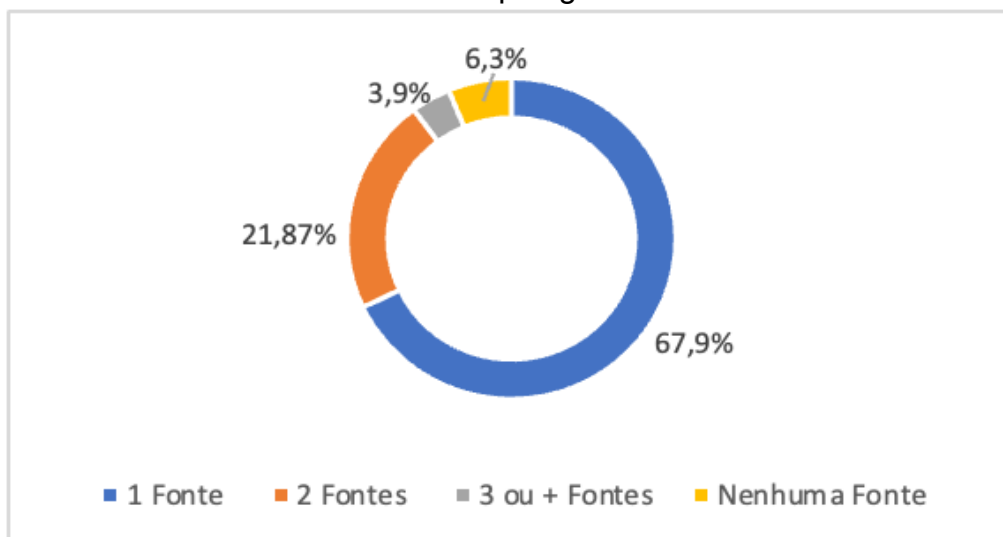
O discurso da notícia demonstra que não houve nenhum tipo de preocupação com relação às circunstâncias desumanas em que a vítima se encontrava, bem como não abre discussões sobre a temática, um assunto persistente e real no cotidiano brasileiro, que é a violência contra a minoria LGBTQIA+. Assim, a premissa do direito à informação é sobreposta sobre direitos que ferem a dignidade humana e a ética no jornalismo. É como se a cobertura do fato se restringisse a relatar o ocorrido, silenciando discussões urgentes para enfrentamento desse tipo de crime. Trata-se do discurso como forma de poder (FOUCAULT, 2010), que prefere a descrição à discussão. O discurso do jornal Itaqui-Bacanga constrói uma narrativa de representação da violência como caos

social e insegurança contínua, o que Matheus (2011) chama de narrativa do medo. Trata-se de uma forma de construção textual que provoca, no processo de recepção, sentidos de perplexidade, como se o interlocutor estivesse refém de uma violência onipresente.

Essa constatação também foi percebida pelos estudos de Dias (2008), que comparou a produção de notícias sobre a violência urbana em dois jornais de São Paulo: Notícias Populares (NP) e Folha de São Paulo (FSP). Foram coletadas cerca de 500 notícias no mês de julho de 1991. Além de observar que o estilo do NP se caracterizava pela oralidade (expressões que, apesar de escritas, retomavam aspectos de fala espontânea), no sentido de visar ao repertório linguístico do público leitor, ela identificou uma espécie de “crueldade da linguagem” no tratamento da violência urbana, a exemplo destes títulos de notícias: “Rasgaram o traveco”, “Jóquei massacra a mulher-potranca: Nanico garanhão chumba e retalha a matriz foga”, “‘Pulga’ acaba com raça da mulher reserva”, “Implodiu a mulher: bandidão arregaça a boca e os miolos da comerciante”, “Dor de corno mata um: arrastado da casa da namorada e abatido pelas costas”, “Meteu sabugo na nêga do PM”.

Além disso, o discurso da violência materializado no jornal Itaqui-Bacanga possui outro elemento que singulariza a cobertura policial: o relacionamento com as fontes. Como dissemos, a escolha das fontes denota, antes de tudo, escolhas estratégicas no enquadramento dos fatos noticiosos. Elas são diretamente responsáveis por ‘creditar’ um fato publicado, assim como contextualizar e oferecer para o leitor diversos pontos de vista acerca de determinado acontecimento. No Gráfico 1, registramos o número de fontes consultadas no *corpus* coletado.

Gráfico 01 – Percentual da tipologia das fontes consultadas



Fonte: Autores (2024).

Considerando o *corpus*, observou-se que 67,9% das notícias recorrem a apenas uma única fonte de informação. Isso limita a existência de um panorama amplo e diversificado sobre os fatos, pois a notícia baseia-se em apenas um ângulo. Segundo salienta Ramos (2007), são poucas as publicações que se propõem e

preocupam-se em utilizar variadas fontes, comparando suas diversificadas perspectivas. Outro dado que chama a atenção é o de notícias que não apresentam nenhum tipo de fonte de informação, correspondendo a 6,3% das publicações, a exemplo da notícia registrada na Figura 2.

Figura 2 – Exemplo de notícia sem fonte

Quadrilha do São Francisco é presa após assaltar restaurante na Litorânea

A Polícia Militar prendeu nessa terça-feira (21), por volta de 21h10, três suspeitos de assaltar o 'Bar Maré Mansa', na Avenida Litorânea, em São Luís. Foram apreendidos objetos possivelmente roubados de clientes e uma arma de fogo.

Eles foram identificados como José Renilson Costa Galhoso, de 25 anos; Marcos Vinícius Alves, de 20 anos, residente na Rua 10, no bairro São Francisco; e Larissa Campos Fonseca, de 19 anos, residente na Rua 02, no São Francisco.

A guarnição chegou aos assaltantes após receber informações de que três suspeitos haviam acabado de desembarcar de um veículo Ônix, de cor branca, e que um deles teria um volume na cintura que aparentava ser arma de fogo.

Na abordagem, os policiais aprenderam:

- R\$ 875,00 em espécie;
- Uma pistola Taurus PT 840, série SFU 94845
- Um carregador PT 840
- 7 munições intactas de pistola



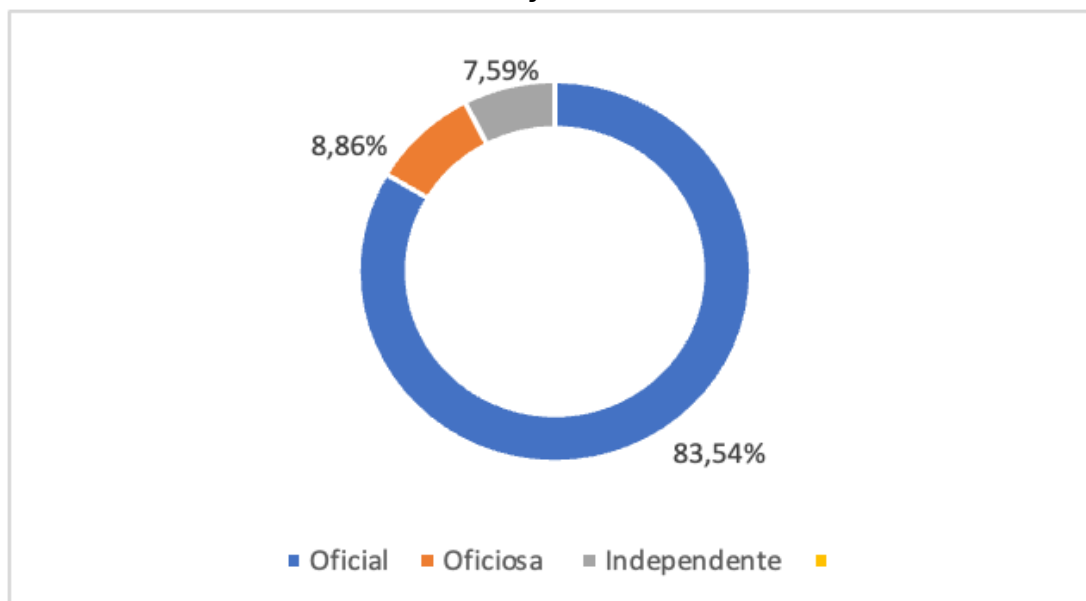
Os presos foram apresentados na delegacia, sem lesões corporais, para autuação em flagrante.

calibre .40 - 3 trouxas de uma substância semelhante a crack - 1 Celular Samsung S9 prateado - 1 celular Samsung J6, cor roxa - 1 celular Xiaomi cor preto - 1 relógio de marca Tissot dourado	- 1 relógio de marca Touch dourado - 3 cordões de cor dourado - 1 chave mestra - 1 aliança de cor dourado - 1 bolsa de cor bege - 1 molho de chaves
---	--

Fonte: Jornal Itaqui-Bacanga (ed. 732, 2019, p. 16).

Conforme Lage (2005), as fontes podem ser classificadas em oficiais, oficiosas e independentes. As fontes oficiais são aquelas que representam algum órgão do Estado ou empresas e organizações. As oficiosas estão relacionadas diretamente com um indivíduo ou entidade, ou seja, possuem algum tipo de relacionamento de interesse com os fatos em questão. Já as independentes não possuem nenhum tipo de proximidade ou ligação com as partes de interesse, permanecendo “neutras” em suas perspectivas acerca das circunstâncias. Quando verificamos quais fontes são consultadas pelo jornal Itaqui-Bacanga, uma tipologia destaca-se: as oficiais. Elas correspondem a 83,5% do *corpus* examinado, estampando, segundo salienta Ramos (2007), a dependência que essas coberturas têm das fontes policiais – principal fonte oficial consultada. Isso acaba por inibir a abertura de discussões entre diferentes fontes especializadas, como em segurança pública, antropologia e direitos humanos. Dessa maneira, excluem-se possíveis explicações e seus respectivos efeitos na atual conjuntura de criminalidade no ambiente social brasileiro, não proporcionando a coexistência de contrapontos na elaboração da notícia.

Gráfico 02 – Classificação das fontes consultadas



Fonte: Autores (2024).

Nossos dados assemelham-se às pesquisas de Sardinha e Santiago (2017) e Edilson Silva (2010), as quais analisaram o uso e a tipologia das fontes reproduzidas em coberturas policiais. Enquanto Edilson Silva (2010) coletou como *corpus* as notícias sobre crimes violentos publicadas em janeiro de 2009 nos cinco jornais impressos de maior circulação em Minas Gerais, Sardinha e Santiago (2017) organizaram um *corpus* formado por notícias publicadas na editoria policial dos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com, ambos do Amapá, no período de 1º a 10 de abril de 2015. Apesar de investigarem mídias distintas em períodos também distintos, os resultados foram bastante semelhantes. Sardinha e Santiago (2017) observaram que os 60 textos coletados produziram um total de 72 fontes, das quais 52 eram oficiais, isto é, 72,2% eram fontes policiais. As outras fontes consultadas foram as populares (familiares, suspeitos e vítima), com 22,2%, e as testemunhais (informantes que presenciaram o fato), com apenas 5,6%.

Edilson Silva (2010), por seu turno, analisou 822 textos cujos fatos abordavam tanto crimes violentos (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão armada) quanto ocorrências ligadas à violência: uso e tráfico de drogas, lesão corporal, furto, sequestro, porte, posse e tráfico de armas, vandalismo, suicídio, tortura, bala perdida e semelhantes. Os resultados apontaram que: a) quanto à multiplicidade de fontes: 84,4% dos textos apresentavam apenas uma fonte; b) quanto à tipologia de fontes: 88,5% eram oficiais, das quais 79,2% representavam a voz policial, e 5,7% eram testemunhais (4,2% para a voz da vítima; 1,5% para a voz do suspeito).

Os dados quantitativos ancoram reflexões bastante esclarecedoras sobre o discurso jornalístico sobre a violência. Uma delas, sem dúvida, refere-se à presença esmagadora da voz oficial, sobretudo a policial, no texto jornalístico. Isso tem implicações deontológicas sobremodo problemáticas: se, nos regimes democráticos, o jornalismo se consolida e fortalece como agente de fiscalização do

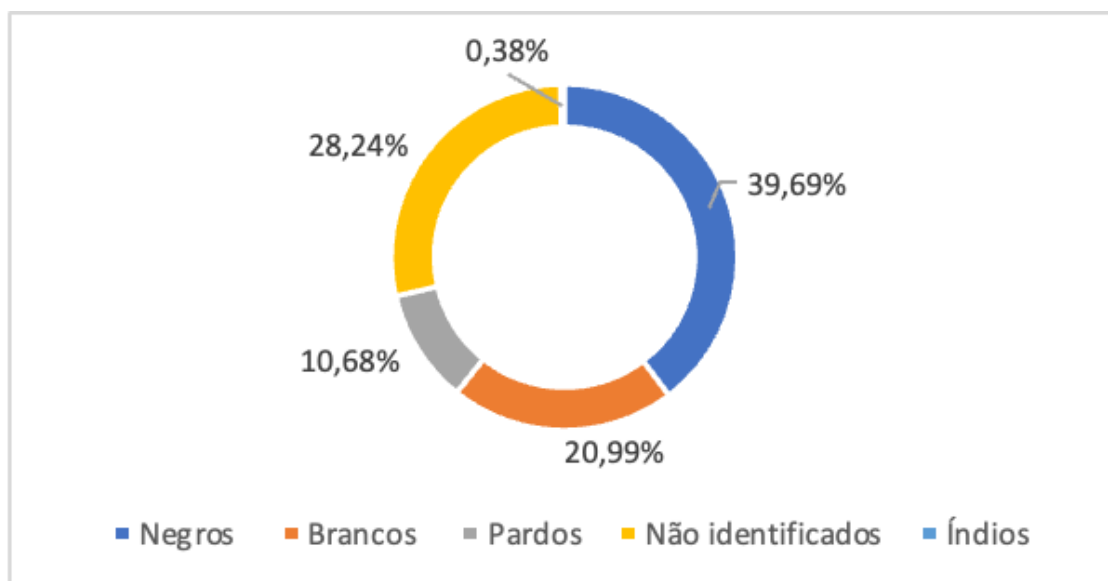
poder estatal (TRAQUINA, 2012), como a cobertura policial cumpre essa função ao privilegiar apenas a voz oficial? Como bem argumentam Ramos e Paiva (2007), a dependência quase exclusiva das fontes oficiais deixa o jornalista refém e incapaz de criticar as ações das forças de segurança.

Em consequência disso, o discurso jornalístico também contribui com a manutenção de estigmas sociais (GOFFMAN, 1988), os quais são reproduzidos, com frequência, pelas fontes oficiais, a exemplo, como já sinalizamos, da relação causal entre pobreza e criminalidade. Nesse ponto, concordamos com Edilson Silva (2010), para quem a imprensa funciona como um instrumento da instituição policial, e com Champagne (2011), quando alerta que o jornalista, ao invés de confrontar a polícia, acaba por “dublar-lhe” a fala. Trata-se do discurso como forma de poder (FOUCAULT, 2010), em que os policiais assumem o papel de autoridade frente a outros grupos sociais. Na prática, a apuração jornalística em campo “limita-se, pela força das circunstâncias, a alguns dias, quando não algumas horas, passadas no local, ‘para dar um pouco de colorido’ às reportagens” (CHAMPAGNE, 2011, p. 70).

4.2 VIOLÊNCIA E AGENTES SOCIAIS

Nesta subseção, pretendemos discutir certos traços do discurso do jornal Itaqui-Bacanga sobre agentes sociais envolvidos em situações de violência. Sendo assim, ao examinar as notícias publicadas no citado jornal, notamos uma diferença considerável quando observamos qual raça/cor desses agentes sociais era representada com maior frequência. Os dados apontam que 41,7% das notícias apresentam pessoas negras como autoras dos crimes, enquanto 22,3%, pessoas brancas.

Gráfico 03 – Raça dos envolvidos em casos de violência



Fonte: Autores (2024)

A diferença é de quase o dobro na quantidade de vezes em que pessoas negras estampam as fotos que ilustram publicações relacionadas à criminalidade. Isso demonstra traços do discurso que reproduz e alimenta o contexto social de que a violência é “negra”, o que acaba por retomar a terceira tese, criticada por Misse (2006): o estigma de que criminalidade presente no ambiente urbano é tributária direta dos quilombos e capoeiras. Como exemplo, registra-se a notícia seguinte, cujas personagens são seis pessoas negras acusadas de assaltar diferentes bairros da região metropolitana de São Luís e a agência de Correios da cidade de São Bento.

Figura 3 – Notícia que ilustra a presença maciça de negros nas publicações



Fonte: Jornal Itaqui-Bacanga (ed. 726, 2019, p. 16).

Os estudos de Champagne (2011) e Ramos e Paiva (2007) concordam que o jornalismo reforça a associação entre pobreza e criminalidade. Em entrevista com profissionais da imprensa, Ramos e Paiva (2007) observaram que os próprios jornalistas reconhecem que possuem grande responsabilidade na estigmatização de favelas e periferias como espaços exclusivos de violência. A cobertura estigmatizante caracteriza os espaços populares como locais de alta periculosidade e onde ocorrem constantes mortes violentas. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas desses espaços, no entanto, “aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de

reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasões execuções” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77).

Ao estudar os subúrbios franceses, Champagne (2011, p. 67) verificou que, quando as populações marginais ou desfavorecidas recebiam a atenção dos jornalistas, o alcance da cobertura estava longe de atender aos interesses desses agentes: “[...] a fabricação do acontecimento foge quase totalmente a essas populações”. Se, no imaginário social, os mal-estares sociais só têm existência visível quando abordados pela mídia (CHAMPAGNE, 2011), o discurso da favela como lócus de conflito potencializa ainda mais a violência simbólica contra os agentes sociais que lá moram.

Pereira *et al.* (2000) argumentam que a difusão, nas redes midiáticas, de casos de violência promove efeitos para além dos agentes e grupos envolvidos em tais atos. Como prática discursiva, os veículos de comunicação conduzem redes de significados que podem “delinear novas possibilidades de identificações e de construção de subjetividades, instaurando novas formas de solidariedade social e novas relações de poder” (PEREIRA *et al.*, 2000, p. 17). Nessa linha, ao invés de dar visibilidade, na cena pública, a esses agentes sociais, a imprensa acaba por cristalizar-lhes uma única representação. Como macrotestemunha privilegiada, Rondelli (2000) defende que a mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (nas formas de enquadramento, edição, construção narrativa), mas também os ressignifica para outros agentes sociais: “Sentidos que não só denunciam suas específicas visões de mundo, como orientam práticas sociais, políticas, culturais. Assim, a violência e suas imagens têm o poder de convocar sujeitos em direção a alguma ação social” (RONDELLI, 2000, p. 154).

Na ordem do discurso, a manutenção de representações sociais estigmatizantes deriva do fato de os “dominados” serem os menos aptos a controlar a sua própria representação. Afinal, “[...] são desprovidos de cultura, e além disso incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia” (CHAMPAGNE, 2011, p. 68). Os impactos dessas representações discursivas são devastadores na vida cotidiana dos agentes sociais. Champagne (2011, p. 73) lembra que jovens que moram em bairros “mal afamados” pela mídia têm vergonha de dizer que moram nesses conjuntos, embora neguem, com veemência, a visão jornalística dos subúrbios. A violência simbólica aí exercida atua, decisivamente, na forma como o agente social se vê e na forma como os outros veem esse agente social. Nos termos de Bourdieu (2005, p. 146), a imprensa usa estratégias simbólicas para “impor a sua visão das divisões do mundo social”, de maneira semelhante ao insulto, constituindo um ponto de vista particular que produz nomeações particulares e interessadas dos outros. Nos termos de Foucault (2010), esse discurso acaba por promover, então, saberes em tom de verdade sobre os sujeitos envolvidos em situações de violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemos uma reflexão sobre as representações da violência urbana materializadas no discurso do jornal Itaqui-Bacanga. Sustentamos que a mídia (e o jornalismo) constrói representações da realidade, conforme um conjunto de estratégias e interesses em relações de interdependência. Afirmamos que a produção jornalística, enquanto prática discursiva, se relaciona, de maneira muito particular, com as fontes e com os modos de construção do discurso, cuja estrutura demanda expedientes para além de procedimentos técnicos.

Discutimos a noção de violência nos estudos sociológicos. Daí passamos a falar em violências, no plural, cujas representações são múltiplas, pois também são múltiplos os agentes sociais que lhes atribuem sentidos próprios. Dialogamos com estudos da Sociologia da Violência e do Crime, para apresentar algumas bases teóricas sobre a violência urbana, noção que caracterizamos em oposição a algumas teses equivocadas e já cristalizadas no imaginário social, entre elas a associação entre pobreza e criminalidade.

Ao tratar, especificamente, do discurso do jornal Itaqui-Bacanga sobre a violência, abordamos duas ordens de representação: de um lado, as representações sobre o fazer jornalístico; do outro, sobre os agentes sociais envolvidos em casos de violência. Na primeira ordem, apontamos que a narrativa sobre a violência apresenta singularidades: recorre a estratégias sensacionalistas, potencializando o efeito trágico e sanguinolento das ocorrências, bem como prioriza as fontes policiais como únicas fontes legítimas a enunciar. Na segunda ordem, problematizamos a representação dos agentes sociais que moram em espaços enquadrados como violentos pela mídia. De maneira geral, observamos que o discurso do referido jornal reforça estigmas sociais de que a violência urbana tem classe social e raça/cor bem definidas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Carlos Alberto. et al. Introdução. In: _____. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto. et al. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SARDINHA, Antonio Carlos; SANTIAGO, Abinoan. O uso de fontes na cobertura policial no jornalismo online no Amapá: estudo dos sites G1 Amapá e Selesnafs.com. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 177-192. 2017

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Mídia e construção social da realidade*: algumas considerações sobre os critérios de representação da “violência urbana” na imprensa carioca. 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/hjlo6>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CHR**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado**: violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

ANÁLISE DO DISCURSO E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NA COMUNICAÇÃO COTIDIANA

Hugo Leonardo Lima de Aguiar

1 INTRODUÇÃO

A linguagem formal é aquela que empregamos em situações que exigem a norma culta, enquanto a linguagem informal é usada quando não há necessidade de formalidades específicas. No entanto, isso não implica que a língua portuguesa seja desigual. Assim como qualquer outra língua, o português distingue entre a fala e a escrita.

Como afirma Faraco (2008), uma língua é composta por um conjunto de variedades. Por isso, não se pode dizer que uma pessoa analfabeta não sabe o português, pois, se assim fosse, ela não falaria fluentemente essa língua, nem conseguiria se comunicar. Um analfabeto desconhece a escrita portuguesa, mas é conhecedor da língua portuguesa. Deve-se considerar que essa pessoa conhece apenas uma parte da língua falada, o que prejudica seu convívio social, uma vez que o prestígio é concedido apenas àqueles que dominam a norma culta.

Pode-se ainda afirmar que a sociedade democrática deveria ser um espaço para a superação de todos os tipos de preconceitos, incluindo o linguístico, que é o foco deste trabalho. No entanto, muitas vezes essa mesma sociedade adota um conceito de linguagem um tanto restrito, priorizando um padrão específico e deixando de lado as diversas variedades linguísticas de cada indivíduo. Segundo Silva (2021), no que diz respeito à língua escrita, é importante perceber a gramática como uma parte da linguística, e não como o todo ou a única faceta. A linguística aborda a língua em sua totalidade, considerando a escrita (e, portanto, a gramática) como um componente importante, mas que se integra à riqueza da linguagem falada.

No entanto, sua importância é evidente quando se trata do conhecimento e do crescimento individual e social de toda uma comunidade. É fundamental compreender a diferença entre fala e língua, mas igualmente essencial reconhecer que ambas são cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade. Assim, o fulcro central deste artigo foi discutir, por meio da revisão bibliográfica, a Análise do discurso e preconceito linguístico, e de como essas duas coisas se associam no cotidiano do povo, imprimindo nas relações sociais a perpetuação de estigmas, como o “falar certo e falar errado”, e de como esses estigmas separam as camadas sociais e as oprimem num ciclo contínuo de preconceitos.

2 BREVE CONCEITUAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Em toda sociedade marcada por divisões de classe, existe uma mentalidade e uma ideologia predominantes que definem os significados das palavras, que também são dominantes. No entanto, a existência de um sentido dominante não exclui a presença de sentidos não dominantes ou alternativos. Nesse contexto, a “polissemia de signos”, conforme Bakhtin (1990), ou a “polissemia de palavras”, segundo Régine Robin (1977), reflete a ideia de que as palavras passam por um contínuo processo de significação e ressignificação. Esse processo, por sua vez, é moldado por relações interpessoais e conflitos sociais.

Dessa forma, de acordo com Viana (2009), a linguagem não é verdadeiramente neutra, e reconhecer essa realidade é essencial para entender a informação transmitida por meio dela. As características sociais da linguagem moldam a análise e a interpretação do discurso. Ao considerar o caráter social da linguagem, o método analítico da linguística estruturalista de Saussure e seus seguidores revela-se inadequado, pois se limita a uma abordagem meramente formal e descritiva, quando a teoria deve ser interpretativa.

Michel Foucault (1996) salienta que as estruturas de poder estão imersas na linguagem, sendo esta utilizada para manter a dominação e as relações hierárquicas. Para o filósofo, o poder não reside em uma instituição específica, nem é algo concedido por contratos legais ou políticos. Ainda segundo Foucault (1996), o poder não apenas suprime o conhecimento e a verdade, mas também gera consequências. Sua investigação sobre o poder não visa criar uma teoria abstrata, mas sim identificar como sujeitos exercem influência e controle sobre outros sujeitos.

Foucault (1979) explica também que o discurso da verdade na sociedade, manifestado por meio de linguagem, ações e valores, está intrinsecamente ligado às relações de poder e, portanto, aprisiona o sujeito. Ele vê a linguagem não como uma entidade neutra, mas como uma forma já estabelecida na sociedade, um discurso em circulação há muito tempo. Ao analisar o próprio discurso, o autor observa que a conexão aparentemente sólida entre palavras e coisas está se desintegrando.

É importante distinguir entre discurso e linguagem, principalmente pelas seguintes razões: em primeiro lugar, discurso e linguagem não são sinônimos, pois a linguagem serve primariamente como um meio de expressão, enquanto o discurso é, por essência, a própria expressão, conforme apontado por Tilio (2008). Em outras palavras, o discurso se manifesta através da linguagem, e a linguagem é o veículo pelo qual o discurso é comunicado. Todo discurso é veiculado pela linguagem, mas a linguagem pode carregar diferentes discursos. Para Foucault (1979), um discurso é um conjunto de enunciados que compartilham a mesma estrutura discursiva.

Essas abordagens sobre o discurso têm seus momentos de validade, mas, pela sua própria natureza e abrangência, não conseguem oferecer uma definição completa e adequada de discurso. Benveniste (1991) define o discurso como aquele que ocorre em um diálogo onde o falante busca influenciar o ouvinte. No entanto, a

conversa é apenas uma característica da comunicação humana e não pode, por si só, caracterizar o discurso como uma forma específica de manifestação. Além disso, a existência do discurso exige uma outra condição: o contexto cultural. Atualmente, o discurso científico não pode emergir diretamente do contexto social; ele necessita da mediação de modos de pensar, palavras e ideias.

Assim, no tocante ao preconceito linguístico, nota-se que o contexto cultural brasileiro perpetua um discurso opressor de “fala e escrita corretas” que servem como instrumentos de poder que determinam as palavras e ideias das pessoas de todas as camadas sociais. Logo, o preconceito linguístico é fruto de uma base ideológica muito sólida que fixa o certo e o errado, de modo a excluir o cidadão comum que não escreva e fale segundo a norma padrão.

3 A BASE DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A língua portuguesa demonstra uma unidade notável, o que constitui um dos maiores e mais sérios equívocos, especialmente por afetar negativamente a educação. Este equívoco desconsidera a diversidade do português falado no Brasil e negligencia o fato de que, apesar das tentativas da escola de estabelecer a norma culta como se fosse um padrão universal para todos os brasileiros, essa uniformidade não é real.

As disparidades de *status* social em nosso país ajudam a compreender o abismo linguístico entre os falantes das variantes não-padrão do português brasileiro, que compõem a maior parte da população, e aqueles que utilizam a variedade culta, a forma da língua que é ensinada nas escolas.

Nessa perspectiva, não é correto afirmar que os brasileiros não sabem português ou que apenas em Portugal a língua portuguesa é falada corretamente. Segundo Marcos Bagno (1999), essas ideias refletem um complexo de inferioridade ligado ao passado colonial e à percepção de que Portugal, sendo mais antigo e “civilizado”, é superior. Na realidade, os brasileiros dominam o português, mas o que acontece é que o português falado no Brasil é diferente do português de Portugal. Linguisticamente, o português no Brasil desenvolveu suas próprias regras, que se afastam progressivamente da gramática do português europeu.

De acordo com Carvalho (2014), Saussure já reconhecia que a língua é uma representação coletiva que exerce uma influência inevitável sobre o indivíduo. Ninguém tem a capacidade de criar ou alterar a língua de forma consciente; ela opera como uma estrutura que guia nossas interações diárias. Assim como qualquer outra instituição social, a língua impõe-se ao indivíduo. No caso do português falado, as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil são tão evidentes que frequentemente causam dificuldades de entendimento. No entanto, a única esfera onde ainda é possível uma compreensão quase total entre brasileiros e portugueses é na língua escrita formal, pois a ortografia é quase idêntica, com apenas algumas variações.

Portanto, conclui-se que nenhuma das variantes do português é mais correta ou incorreta, mais bela ou mais feia; elas são simplesmente diferentes e

atendem às necessidades linguísticas específicas das comunidades que as utilizam, as quais também são distintas.

De acordo com Bagno (1999), o português não é uma língua intrinsecamente difícil; o desafio está na necessidade de decorar conceitos e regras que muitas vezes não têm aplicabilidade prática. Quando a gramática normativa passar a refletir o uso real, autêntico e vivo do português brasileiro, é provável que essas concepções errôneas sejam abandonadas.

Segundo Gomes (2016), todo falante nativo de uma língua a compreende intuitivamente e aplica naturalmente às regras fundamentais de seu uso. Conhecer uma língua, no sentido científico do termo, envolve entender e usar essas regras de forma instintiva. A exigência, muitas vezes infundada, do ensino tradicional por uma norma gramatical que não corresponde à língua falada no Brasil evidencia essa desconexão. Assim, mudar a situação atual requer mais do que apenas a adoção de novas técnicas e métodos de ensino; é necessário desenvolver uma nova abordagem da linguagem que introduza metodologias inovadoras e, principalmente, um novo conteúdo de ensino.

Perini (1996), em sua *Gramática Descritiva do Português*, observa que muitos jovens brasileiros manifestam aversão ao estudo da gramática. A intenção de Perini, ao elaborar essa gramática, é fomentar o pensamento crítico e estimular debates sobre a língua. Para ele, ser um bom escritor não depende exclusivamente do conhecimento das normas gramaticais, pois a gramática por si só não garante uma escrita de qualidade. Em vez disso, é importante desenvolver conhecimento de mundo, habilidades interacionais e cognitivas, principalmente através do hábito da leitura.

É comum a perpetuação da ideia de que pessoas com menor grau de instrução “falam errado”. No entanto, Andrade, Santana e Ribeiro (2012) argumentam que essa visão não é uma questão linguística, mas sim social e política. Aqueles que usam termos como “Cráudia” ou “Pranta” geralmente pertencem a classes sociais marginalizadas e desprivilegiadas, com acesso restrito à educação e aos bens culturais das elites. A língua falada por essas pessoas é frequentemente rotulada como “feia”, quando, na verdade, apenas difere da norma ensinada nas escolas.

Dessa forma, pode-se concluir que o problema não está no que é falado, mas em quem está falando. O preconceito linguístico, portanto, é uma decorrência do preconceito social, refletido em discursos ideológicos de poder que estabelecem o que é certo e errado. Esses discursos se enraízam na memória coletiva, tornando-se um princípio implacável.

4 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO PARA A PERPETUAÇÃO DE DISCURSOS DE PODER

Conforme Orlandi (2003), o preconceito se manifesta tanto em nível individual quanto em pequenos grupos ou raças, mas sua natureza é essencialmente sócio-histórica e é regida por fatores econômicos. Vivemos em uma

sociedade capitalista, marcada por seus valores, hierarquias e verticalizações sociais, em que a distribuição de bens é desigual. Em uma sociedade neoliberal, esse acesso desigual a diferentes bens se torna ainda mais evidente.

O preconceito linguístico pode ser entendido como uma forma de censura, pois, assim como na censura, certos sentidos são possíveis, mas não podem ser expressos. Orlandi (2003) explora a censura como um “silêncio local”, a manifestação mais visível da política da interdição do dizer. Assim, podemos relacionar o preconceito linguístico com a política do silêncio descrita por Orlandi (2003), que se caracteriza pelo fato de que, ao se expressar algo, inevitavelmente eliminamos outros sentidos possíveis, porém indesejáveis, em um determinado contexto discursivo.

Ainda segundo Orlandi (2003), o preconceito linguístico é fundamentado na ideia de que não se pode falar “errado”. Para a autora, esse preconceito é um dos mais eficazes, pois os indivíduos se constituem e se identificam pela linguagem que usam. Assim, o fato de falar de uma maneira que é considerada “errada” é visto como uma marca que define e limita a identidade dos sujeitos.

Bagno (1999) relaciona o preconceito linguístico às práticas sociais dos gregos antigos. Há cerca de 2.500 anos, os gregos associaram a língua culta à escrita literária, estabelecendo uma tradição que remonta ao século III a.C., quando filólogos e filósofos criaram a disciplina conhecida como gramática. Originalmente, a palavra grega para gramática significava “a arte de escrever”. Nesse contexto, a língua falada era desconsiderada, sendo vista como “caótica”, “ilógica” e “estropiada”, e mudanças na língua ao longo do tempo eram classificadas como “ruína” ou “decadência”. Os gregos e seus seguidores foram, de fato, os pioneiros na criação de um preconceito linguístico que viria a gerar muitos e amargos frutos ao longo dos séculos.

Quando se considera o ensino e a circulação da língua nacional como um bem público, reflete-se sobre as práticas sociais ao longo da história e os diversos processos de exclusão e inclusão, bem como a valorização dos indivíduos com base na maneira como falam. Orlandi (2003) argumenta que não é a presença de normas ou regras em si que constitui preconceito, pois sociedades e suas instituições são regidas por normas. No entanto, é nas diferenças reais entre os sujeitos de uma sociedade que se estabelecem hierarquias, atribuições de valor e processos de exclusão.

O preconceito surge, portanto, pela forma como essas diferenças são significadas no imaginário social. A língua é uma parte fundamental desse imaginário social; o que é considerado norma cria uma separação entre os cidadãos, qualificando-os ou desqualificando-os. Ao mesmo tempo, essa norma pode definir o lugar dos indivíduos na convivência social, podendo resultar em sua inclusão ou exclusão do círculo social qualificado.

Segundo Bueno (2006), a intolerância linguística muitas vezes passa despercebida pela opinião pública e não provoca os mesmos abalos sociais que a intolerância religiosa ou política, parecendo quase invisível. No entanto, a intolerância linguística é real e tão agressiva quanto qualquer outra forma de

intolerância, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é a expressão mais íntima do ser humano e representa sua subjetividade. Assim, criticar a linguagem do outro é uma forma de agressão que pode ferir tão profundamente quanto qualquer outra forma de ataque.

Concordamos com Bueno (2006) sobre o cruel impacto do preconceito linguístico, frequentemente silenciado pela sociedade. Contudo, questionamos a afirmação de que a linguagem apenas “representa” a subjetividade. Na nossa visão, a linguagem não só representa, mas também “constitui” a subjetividade. Quando criticamos o modo como alguém fala, estamos na verdade criticando e censurando a maneira como essa pessoa se constitui. Isso ocorre porque sujeito e língua são inseparáveis; somos estruturados pela língua e o nosso dizer é fundamental na nossa constituição como indivíduos.

Em nossa sociedade, onde as normas são como correntes invisíveis, principalmente no que diz respeito à língua, as regras são ditadas e impostas com um peso que não se pode ignorar. Quando alguém se desvia da forma “correta” da língua, acusa-se a pessoa de não saber falar, como se a escola fosse a única detentora do conhecimento. Em outras palavras, o “saber falar” está intrinsecamente atrelado à escolarização. Komesu e Tenani (2009) apontam que, embora a discriminação explícita baseada nas habilidades linguísticas — medidas pelo rigor da gramática normativa e da língua padrão — possa parecer uma questão isolada, a disseminação da educação e do prestígio da variedade linguística superior é promovida como um projeto de democratização. Uma promessa de igualar as oportunidades, uma ilusão de que a educação pode realmente diminuir a distância entre os grupos sociais e criar uma sociedade de oportunidades iguais para todos.

Os autores mencionados indicam que o preconceito linguístico grego, que remonta a quase 2500 anos, pavimentou o caminho para a elaboração ideológica que conferiu prestígio a uma determinada variedade da língua. Esse legado grego ainda ressoa na nossa memória social, nos enunciados em que a noção de “correção” está ligada à língua escrita.

Para Orlandi (2003), considerar a memória sob dois aspectos é importante: a) a memória institucionalizada, que se refere ao arquivo, ao trabalho social da interpretação que define quem tem e quem não tem acesso a essa memória; e b) a memória constitutiva, que abrange o interdiscurso, o trabalho histórico que molda a interpretação — o dizível, o repetível, o saber discursivo.

É entre a memória institucionalizada e os efeitos da memória constitutiva que a interpretação se manifesta. De um lado, há um congelamento de sentidos na repetição, enquanto, do outro, há a possibilidade de novos sentidos emergirem. Em outras palavras, o arquivo é visto como uma memória estabilizada, um espaço onde o dizer se transforma em documento, um testemunho de sentidos e um efeito da relação de forças. O arquivo “repousa” sobre o realizado, focando mais no que deve ser dito do que no que pode ser dito. Nele, há um efeito de fechamento, uma saturação de completude.

Conforme Orlandi (2003), o interdiscurso é o espaço onde se articula o que deve ser dito, o que pode ser dito e até o que poderia ser dito, mas ainda não o foi. É essencial entender que, em nossa sociedade, a história que a constitui tende a sobrepor o arquivo ao interdiscurso no funcionamento discursivo. Essa sobreposição resulta na distinção usual entre a escrita (fixa) e a oralidade (dispersa).

A compreensão do discurso preconceituoso exige, além da noção de memória, a consideração da ideologia. Segundo Orlandi (2003), a ideologia representa uma interpretação do sentido em uma direção específica, criando uma injunção para uma única interpretação que se apresenta como a única possível. O sentido se revela como uma evidência inquestionável, como se sempre tivesse estado lá. Essa perspectiva é corroborada por Pêcheux (1997), que argumenta que a ideologia opera para interpelar os indivíduos como sujeitos de seu discurso, fornecendo a cada um uma “realidade” composta por sistemas de evidências e significações percebidas, aceitas e experimentadas.

Ao examinarmos as práticas linguísticas que se desenrolam nos variados espaços sociais, é notável a forma como a hierarquização se (re)produz continuamente. O que é definido como “língua” geralmente se refere ao registro formal, aquele utilizado pelas pessoas escolarizadas. É a partir desse padrão que se estabelece um modo repressivo de lidar com os sujeitos que se expressam por meio das formas coloquiais, tipicamente associadas àqueles que não tiveram acesso à escolarização. Essa dinâmica revela a perpetuação de uma hierarquia linguística que privilegia a norma culta e marginaliza as variedades menos formalizadas da língua.

Segundo Martins (2017), o que se destaca nas práticas sociais é a ausência de censura em relação à discriminação linguística. Enquanto há punições previstas para aqueles que discriminam com base na cor da pele, por exemplo, não há sanções equivalentes para quem discrimina pela forma como alguém fala. Essa discrepância evidencia uma tolerância implícita à discriminação linguística, contrastando com a vigilância mais rigorosa contra outras formas de preconceito.

5 CONCLUSÃO

A análise do discurso e do preconceito linguístico aponta que a comunicação cotidiana está imersa em uma estrutura de poder que perpetua estigmas relacionados ao uso da língua. Assim, este estudo mostra que o preconceito linguístico é um reflexo das hierarquias sociais, sendo um instrumento na manutenção de desigualdades e na exclusão social. Destarte, ficou evidente que a linguagem não é neutra; ela é profundamente influenciada pelas relações de poder e pelas ideologias dominantes.

Cabe destacar ainda que o preconceito linguístico se manifesta por meio da valorização de uma forma de língua sobre outras, com a norma culta sendo colocada em um pedestal enquanto as variedades não-padrão são desvalorizadas e estigmatizadas. Essa discriminação, além de ser uma questão de diferença

linguística, está intrinsecamente ligada a fatores sociais e econômicos que reforçam a exclusão de certos grupos.

Além disso, evidencia-se que o preconceito linguístico funciona como uma forma de censura, limitando a expressão e reforçando o *status quo*. Com isso, a língua é usada para manter e legitimar relações de poder, com a norma culta funcionando como um mecanismo de controle social.

Portanto, a superação do preconceito linguístico exige uma reavaliação das normas e práticas educacionais que perpetuam essas desigualdades. É necessário promover uma visão mais inclusiva e pluralista da linguagem, que valorize a diversidade linguística e reconheça a riqueza das variantes do português falado no Brasil. Somente através de uma abordagem crítica e reflexiva sobre o papel da linguagem nas relações sociais será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Glícia Kelline; SANTANA, Isabela Marília; RIBEIRO, Jaqueline Santos. O preconceito linguístico: discriminação social ou linguística? **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão -SE/Brasil, 2012.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4636075/mod_resource/content/1/Marxismo%20e%20filosofia%20da%20linguagem%20cap%201.pdf. Acesso em 22 jul. 2024.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991. Disponível em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Benveniste-Problemas-de-Linguistica-Geral.pdf>. Acesso em 22 jul. 2024.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Intolerância linguística e imigração**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-143055/en.php>. Acesso em 22 jul. 2024.

CARVALHO, Castelar. Saussure e a língua portuguesa. **Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 21, n. 34, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraca/article/view/17503>. Acesso em 22 jul. 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Disponível em: https://falaminhalingua.com/wp-content/uploads/2020/05/kupdf.net_norma-culta-brasileira-desatando-alguns-noacutes-carlos-alberto-faraco-1.pdf. Acesso em 22 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Marcela de Lima. **As noções do termo erro para os estudos linguísticos e suas implicações ao ensino de língua portuguesa**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/xmlui/handle/123456789/790>. Acesso em 22 jul. 2024.

KOMESU, Fabiana; TENANI, Luciani. Considerações sobre o conceito de "internetês" nos estudos da linguagem. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 9, p. 621-643, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/DV6yJCjDWsXq7ZsQKkKZZkm/>. Acesso em 22 jul. 2024.

MARTINS, Maridelma. **Preconceito linguístico**. Revista Observatório, v. 3, n. 1, p. 305-326, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em 22 jul. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Editora Ática, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2550645/mod_folder/content/0/Bibliografia%20Fundamental/PERINI_GramaticaDescritivaDoPortugue%CC%82s.pdf. Acesso em 22 jul. 2024.

ROBIN, Régine. **História e lingüística**. São Paulo Editora Cultrix, 1977.

SILVA, Maria Luciléia Gonçalves. O papel da escola como instrumento de combate ao preconceito linguístico. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, p. e324614-e324614, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4614>. Acesso em 22 jul. 2024.

TILIO, Rogério. **Discurso e Linguagem: uma perspectiva social**. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, v. 7, n. 25, p. 99-123, 2008.

VIANA, Nildo. **Linguagem, discurso e poder: ensaios sobre linguagem e sociedade**. Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2009.

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE ACADEMIAS AO AR LIVRE EM SÃO LUÍS (MA)

Juliana Matos Lavra
Mônica da Silva Cruz

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XVIII, a relação entre corpo e poder tornou-se uma questão central nas sociedades modernas. O discurso do corpo saudável tem sido instrumentalizado para regular comportamentos, promovendo padrões de conduta que refletem as prioridades políticas e sociais de cada época. Em São Luís, as academias ao ar livre (AAL) emergem como dispositivos que articulam práticas biopolíticas com estratégias de governança local. Este estudo busca compreender como os discursos midiáticos jornalísticos sobre as AAL não apenas incentivam a prática de atividades físicas, mas também criam subjetividades urbanas que refletem ações de poder.

A inserção das academias ao ar livre em espaços urbanos tem sido amplamente divulgada como solução para questões como o sedentarismo e a promoção da saúde coletiva. Essas iniciativas são acompanhadas de narrativas que destacam a importância de um corpo ativo para a qualidade de vida, criando um imaginário que conecta bem-estar à modernização das cidades. Em São Luís, a revitalização de praças e a instalação de AAL, antes da pandemia, fizeram circular a ideia de que a população teria acesso democratizado à prática de atividades físicas, um elemento central nas políticas de governança local.

Em Lavra (2018), vimos que o discurso midiático jornalístico sobre as AAL não se limitava à saúde física. Ele também refletia e influenciava as dinâmicas de poder na cidade, moldando identidades coletivas e promovendo uma visão de progresso urbano. Sob a perspectiva foucaultiana, essas práticas discursivas atuavam como dispositivos biopolíticos que direcionavam comportamentos e regulavam os corpos da população. Este capítulo apresenta resultados de um estudo discursivo que examinou como esses discursos, articulados às práticas não discursivas, como a inauguração de espaços revitalizados, produziam sentidos que reforçavam a relação entre poder, corpo e cidade.

2 APORTE TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho se apoiou nos conceitos foucaultianos de biopoder e governamentalidade. Segundo Michel Foucault, o biopoder é um tipo de poder que se exerce sobre a vida, regulando populações por meio de práticas que visam disciplinar corpos e otimizar processos biológicos. Como

ele afirma: “O biopoder se preocupa em gerir a vida, tornando-a objeto de intervenções e regulações” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Esse conceito está intrinsecamente ligado à governamentalidade, que se refere às técnicas e estratégias utilizadas pelos governos para conduzir o comportamento das populações, muitas vezes mascaradas sob o discurso do bem-estar coletivo.

A governamentalidade, como discutida por Foucault, está enraizada na ideia de conduzir condutas, o que significa influenciar escolhas individuais em direção a objetivos coletivos. Esse processo se realiza através de dispositivos discursivos e não discursivos que integram práticas de poder em âmbitos como a saúde, a educação e a segurança. As academias ao ar livre são um exemplo contemporâneo de como esses dispositivos operam, incentivando comportamentos específicos sob a premissa de uma vida saudável e ativa.

Ademais, os estudos discursivos foucaultianos, base teórica deste estudo, oferecem ferramentas para compreender como as práticas discursivas articulam poder e saber. Foucault enfatiza que “os discursos não são simples traduções de intenções ou verdades, mas produções que organizam e regulam o que pode ser dito e pensado” (FOUCAULT, 2015, p. 45). Nesse sentido, a mídia atua como um campo privilegiado para a circulação de discursos que formam subjetividades. O conceito de biopoder, central na obra de Michel Foucault, refere-se ao conjunto de práticas que os governos utilizam para gerir a vida das populações, disciplinando corpos e controlando comportamentos. Foucault explica que “o biopoder trata de gerir a vida, em contrapartida ao poder soberano, que se concentrava em decidir sobre a morte” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Essa gestão da vida manifesta-se em diferentes âmbitos, como a saúde, a educação e o urbanismo.

No âmbito das práticas discursivas, Foucault argumenta que os discursos não apenas expressam intenções, mas organizam o campo do saber e do poder. “Os discursos são práticas que formam os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2015, p. 54). Essa perspectiva foi debatida em Lavra (2018) e permite compreender como as academias ao ar livre são promovidas como soluções para problemas de saúde e sedentarismo, criando sentidos que articulam o bem-estar individual e a governança pública.

A governamentalidade, outro conceito foucaultiano essencial para este estudo, refere-se às técnicas e estratégias utilizadas pelos governos para conduzir o comportamento das populações. Foucault define governamentalidade como “o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem exercer uma forma de poder que tem como alvo a população” (FOUCAULT, 2008, p. 120). Esse conceito é útil para entender como as AAL operam como dispositivos de regulação social.

As academias ao ar livre podem ser vistas como uma materialização do biopoder, uma vez que promovem a disciplina dos corpos por meio da atividade física. Segundo Foucault, “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1987, p. 127). Assim, o discurso que exalta as AAL não é neutro, mas faz parte de um projeto de regulação da vida coletiva.

A relação entre biopoder e mídia também merece destaque. Como observa Gregolin (2004), “a mídia desempenha um papel central na difusão de normas e valores, funcionando como uma extensão das práticas de poder”. Em São Luís, a mídia local foi uma importante aliada na promoção das AAL, antes do período pandêmico, reforçando a ideia de que a saúde era uma responsabilidade individual e coletiva. No caso das AAL, as narrativas midiáticas evocavam tanto a revitalização de espaços urbanos quanto a necessidade de uma população mais ativa.

Para compreender como essas narrativas são estruturadas, recorre-se a Foucault, ao sugerir que “a análise dos discursos deve revelar as regras que governam a produção de sentidos em uma dada sociedade” (FOUCAULT, 2015, p. 89). Isso implica analisar não apenas o conteúdo das mensagens, mas também as condições de possibilidade de sua emergência.

Finalmente, a governamentalidade também se relaciona com a produção de subjetividades. Segundo Rose (1999), “os indivíduos tornam-se agentes do poder ao internalizar as normas que lhes são impostas”. As AAL, nesse sentido, não apenas promovem a saúde, mas também configuram modos específicos de ser e agir, moldando os indivíduos como cidadãos saudáveis e produtivos.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa com base no método arqueogenealógico de Michel Foucault, que combina análise histórica e discursiva para investigar as condições de emergência dos discursos sobre as academias ao ar livre em São Luís. O *corpus* foi constituído por textos midiáticos de matérias jornalísticas.

Primeiramente, foram selecionados materiais publicados entre 2015 e 2018, período marcado pela intensificação das ações de revitalização urbana em São Luís, sob a gestão do Prefeito Edvaldo Holanda. As fontes incluíram os dois jornais importantes do Estado, que serão denominados Jornal A e Jornal B. Em seguida, realizou-se a análise discursiva para identificar regularidades e rupturas nos enunciados sobre as AAL. A partir dos conceitos de formação discursiva e positividade do discurso, buscou-se compreender como os sentidos atribuídos às academias articulavam-se a práticas biopolíticas e produção de sujeitos.

O terceiro passo consistiu em relacionar os discursos midiáticos jornalísticos às práticas não discursivas, como a inauguração de praças e instalação de equipamentos de ginástica. A articulação entre essas dimensões foi essencial para entender como as AAL funcionavam como dispositivos de poder.

Por fim, os dados foram interpretados sob uma perspectiva foucaultiana, enfatizando a relação entre biopoder, governamentalidade e subjetividade. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada dos mecanismos que moldam as subjetividades e promovem narrativas específicas sobre a cidade e seus habitantes.

4 DISCURSOS MIDIÁTICOS JORNALÍSTICOS E A PROMOÇÃO DAS AAL

No período de 2015 a 2018, esta pesquisa constatou que os discursos jornalísticos em São Luís destacavam as academias ao ar livre (AAL) como um marco de progresso urbano e bem-estar coletivo. Textos de veículos jornalísticos de grande tradição no estado frequentemente associavam as AAL à revitalização de espaços públicos, destacando sua contribuição para a saúde física e mental da população. Essas matérias reforçavam a imagem das AAL como soluções acessíveis e democráticas para combater o sedentarismo e promover a inclusão social.

A análise de manchetes e textos revelava um padrão discursivo que exaltava a ação governamental como protagonista na transformação dos espaços urbanos. Por exemplo, o título "Praça revitalizada com academia ao ar livre é entregue à comunidade" (Jornal B, 2017) evidenciava a articulação entre poder público e bem-estar social (Figura 1). Essa narrativa também promovia a ideia de que o acesso a esses espaços seria universal, embora desafios como a manutenção dos equipamentos não fossem frequentemente abordados.

Figura 1: Academia ao ar livre, praça Irmã Gabriella Torselli



Fonte: Jornal B, 2017, s/p.

A imagem de espaços renovados e repletos de usuários é uma constante nos textos analisados. Fotografias publicadas pelos jornais geralmente mostram grupos diversos, como idosos, jovens e crianças, utilizando os equipamentos e remetendo o leitor a uma realidade de cuidado com a saúde. Essa representação visual atualiza a ideia de inclusão e participação, como observado por Barthes (1984), que discute como as imagens carregam significados implícitos que moldam a percepção do público.

Outro elemento recorrente nos discursos midiáticos que se investigou refere-se à relação entre as AAL e a saúde pública. As matérias selecionadas frequentemente mencionam a "luta contra o sedentarismo" como um dos principais objetivos dessas instalações. Segundo dados apresentados pelo portal do Jornal B (2018), "as academias ao ar livre têm potencial para reduzir em até 20% os índices de sedentarismo nas comunidades atendidas". Embora esses números sejam apresentados sem detalhamento metodológico, eles ajudam a construir a narrativa de eficácia das políticas públicas ao mesmo tempo em que produzem uma política do corpo populacional, instigado a cuidar de si a partir da divulgação desses feitos políticos.

Em termos linguísticos, no material coletado, observou-se o uso de termos como "inclusão", "democratização" e "saúde" para descrever os benefícios das AAL. Essa escolha lexical não é neutra, mas orientada para consolidar uma imagem positiva das intervenções urbanas. Segundo Fairclough (2001), os discursos políticos e midiáticos são instrumentos fundamentais para naturalizar relações de poder, apresentando-as como consensuais.

A relação entre mídia e poder também pode ser observada na seleção de fontes utilizadas nas matérias. Para a construção da verdade, os sujeitos que falam nesses textos ocupam posições de autoridades públicas, como prefeitos e secretários municipais, enquanto as opiniões dos sujeitos usuários das AAL recebem menos espaço. Essa dinâmica reflete o que Bourdieu (1997) chama de "monopólio simbólico", em que determinados agentes controlam os significados atribuídos aos eventos.

Por outro lado, as matérias também ressaltam histórias individuais de superação e engajamento comunitário. Por exemplo, o relato de um usuário que perdeu peso utilizando as academias é apresentado como prova concreta da eficácia desses espaços. Essas narrativas pessoais ajudam a humanizar o discurso midiático e a criar uma conexão emocional com o leitor, como apontado por Dayan e Katz (1994).

A utilização de imagens também desempenha um papel crucial na construção de sentidos, conforme já observado. Uma análise semiótica das fotografias publicadas revela a predominância de cenas diurnas, com forte iluminação natural e pessoas sorrindo (Figura 2). Essas escolhas estéticas projetam uma realidade em que as AAL são propostas como espaços saudáveis e agradáveis, alinhados às expectativas de um estilo de vida ativo e positivo.

Figura 2: Seção Cidades, Jornal A



Crianças e adultos utilizam equipamentos instalados no Parque do Bom Menino, no centro de São Luís

Parque do Bom Menino é opção de lazer em SL

Espaço público é um dos poucos na capital que a população pode usar para prática de atividades físicas e de lazer

Mais

Pela atual Lei de Zoneamento, o Parque do Bom Menino encon-

Fonte: Jornal A, 2015, p. 6.

Além disso, os discursos jornalísticos frequentemente associam as AAL a outros projetos de infraestrutura urbana, como ciclovias e praças revitalizadas. Essa integração ajuda a consolidar a narrativa de que as intervenções não são isoladas, mas parte de um plano maior de modernização da cidade e de cuidado do governante com o povo. Como observa Lefebvre (2000), o espaço urbano é produzido por relações sociais que se materializam em políticas e estruturas.

Entretanto, há também uma ausência significativa nos discursos analisados: a questão da manutenção dos equipamentos. Embora as inaugurações sejam amplamente divulgadas, pouco é dito sobre os desafios enfrentados para garantir que os espaços permaneçam em boas condições. Essa lacuna pode criar uma desconexão entre a narrativa oficial e a experiência real dos usuários.

Em suma, em Lavra (2018) constatou-se que os discursos midiáticos jornalísticos sobre as AAL em São Luís buscavam construir uma imagem predominantemente positiva desses espaços, destacando sua contribuição para a saúde e a inclusão social. No entanto, a análise revelou também os limites e contradições dessas narrativas, evidenciando como os significados atribuídos aos espaços urbanos são moldados por relações de poder e práticas discursivas. Os textos jornalísticos destacam as AAL como espaços democráticos e acessíveis, reforçando a ideia de que a prática de atividades físicas é essencial para uma vida saudável, e deixa entrever o papel do governo no controle sobre a saúde dos seus súditos. As matérias analisadas frequentemente associam as academias a melhorias urbanas, criando uma narrativa que exalta o papel do poder público na promoção do bem-estar coletivo. Esse discurso não apenas incentiva o uso dos espaços, mas também legitima a atuação governamental como responsável pelo

desenvolvimento local e sua função de conduzir as condutas da população em direção a um estilo de vida mais saudável.

Ao analisar os enunciados, observou-se que as AAL são apresentadas como soluções inclusivas para o sedentarismo, promovendo a participação comunitária e fortalecendo laços sociais. Estas considerações se confirmam quando a matéria apresenta exemplos de frequentadores do parque, como o caso de funcionário público que, segundo o texto (JORNAL A, 2015, p. 6), frequentava o Parque desde o ano de 1996. De acordo com o entrevistado, antes ele ia ao parque somente para namorar, mas agora vai para se exercitar na academia, enquanto seus filhos – Graziela, Anderson e Beatriz, com nove, três e dois anos de idade, respectivamente – brincam, nas tardes de sábado, no período em que sua esposa está trabalhando. O entrevistado/frequentador do parque explica que:

‘As crianças ficam muito presas em casa por causa de toda essa violência na cidade. Então, trago eles para brincar um pouco. Essa é uma área boa para quem sabe aproveitar. O esporte é vida e aqui se pratica de graça, ao ar livre. Se você for a uma academia, vai sair caríssimo e você ainda tem que se exercitar no meio daquele ar-condicionado. Aqui é um lugar onde a gente consegue renovar as energias de forma mais saudável. É bom para os meus filhos e para mim também.’ (ibid., p. 6).

Na fala do funcionário público, é possível refletir sobre muitas questões além da funcionalidade que ele agrega ao parque. A primeira delas é quanto à gratuidade do espaço, tão admirada por ele. Quando compara a uma academia de ginástica privada, afirma que o valor poderia ser altíssimo, enquanto no parque lhe é permitido o usufruto gratuito. No entanto, sabe-se que o valor da construção e da manutenção deste parque já foi e continua sendo pago por todos os contribuintes, e não é um valor desprezível. Vê-se o discurso político sendo reconfigurado pelo sujeito que vê a prestação do serviço público por parte dos administradores como uma dívida, como um presente, e não como uma obrigação para com os habitantes da cidade.

5 PRODUÇÃO DE UMA SÃO LUÍS

A produção de identidades urbanas em torno das academias ao ar livre (AAL) em São Luís revela como esses espaços são representados como instrumentos de transformação social. Sob a perspectiva foucaultiana, as AAL funcionam como dispositivos biopolíticos que regulam comportamentos e moldam subjetividades, promovendo um ideal de cidadão ativo e saudável.

O discurso midiático jornalístico contribui para construir subjetividades associando o uso das AAL a uma visão de progresso e modernidade. Segundo Foucault (1995), o sujeito é formado em um processo de articulação entre o passado e o presente, e no caso da produção de sujeitos saudáveis pelas AAL, essa articulação ocorre por meio da narrativa de revitalização urbana. As praças equipadas com academias são apresentadas como símbolos de uma cidade que

valoriza o bem-estar de seus cidadãos e cuidada por um poder que se preocupa com sua população.

As representações visuais, ao longo das matérias, também desempenham um papel crucial na produção da cidade de São Luís nos jornais. Fotografias que mostram grupos diversos utilizando os equipamentos reforçam a ideia de inclusão e coletividade. Como observa Barthes (1984), as imagens não apenas ilustram, mas também criam significados, contribuindo para a consolidação de um imaginário urbano positivo.

Outro aspecto relevante é a relação entre as AAL e a construção de sujeitos individuais. Histórias pessoais de transformação, como usuários que melhoraram sua saúde ou alcançaram metas físicas, foram frequentemente destacadas pela mídia. Essas narrativas contribuem para a criação de um modelo de cidadão ideal, alinhado às normas de saúde e produtividade.

Além disso, um dos casais entrevistados também destacou o fato de não haver muitos “espaços públicos na cidade tão arejados e com estrutura semelhante ao Parque do Bom Menino.” (Jornal A, 2015, p. 6), uma voz que pode ter sido escolhida para representar outras. É possível observar um domínio de memória nesse enunciado, no qual esta posição sujeito selecionada pelos jornalistas e editores da matéria fala por muitas e interage com outras subjetividades. Para Foucault, o sujeito não é o indivíduo que toma posse da palavra naquele instante, mas é quem ocupa determinado lugar na função enunciativa (FOUCAULT, 2015a). O sujeito, portanto, desse dizer não seria José Garcia, tal como se identifica, ou apenas ele, mas um espaço ocupado por sujeitos que sentem falta de mais espaços arejados, mais parques com AAL, mais áreas verdes espalhadas pela cidade. Já a memória do enunciado consiste na relação deste com outros já ditos, e é possível contemplar um exemplo no próprio título da matéria, que também critica a falta de outros espaços como o Parque do Bom Menino na cidade: “Espaço público é um dos poucos na capital que a população pode usar para prática de atividades físicas e de lazer” (Jornal A, 2015, p. 6).

O papel da linguagem nos discursos também é significativo. Termos como “progresso”, “inclusão” e “bem-estar” são usados para descrever os benefícios das AAL, moldando as percepções sobre esses espaços. Segundo Fairclough (2001), a linguagem é uma ferramenta central na produção e reprodução de relações de poder.

A inclusão social é outro elemento central na produção discursiva da cidade. As AAL são frequentemente apresentadas como espaços democráticos, acessíveis a todas as camadas sociais. No entanto, uma análise mais profunda revela que fatores como localização e condições de manutenção podem limitar o acesso efetivo, criando disparidades que nem sempre são visíveis nos discursos midiáticos jornalísticos.

As narrativas também contribuem para reforçar padrões específicos de comportamento. O uso das AAL é frequentemente associado a valores como disciplina, responsabilidade e engajamento comunitário. Esses valores são

alinhados ao que Foucault (1987) chama de "governamentalidade", ou seja, as estratégias utilizadas para conduzir os indivíduos a comportamentos desejados.

Em termos simbólicos, as AAL funcionam como marcadores de identidade para os bairros onde estão localizadas. Praças revitalizadas e equipadas com academias tornam-se pontos de referência para as comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento e orgulho local. Essa dinâmica reflete o conceito de "topofilia" de Tuan (1980), que descreve a conexão emocional entre as pessoas e os lugares.

A participação da comunidade também é um aspecto importante na produção de identidades locais. Eventos como inaugurações e atividades organizadas em torno das AAL reforçam os laços sociais e promovem o engajamento coletivo. Essas iniciativas ajudam a consolidar as AAL como espaços não apenas de atividade física, mas também de convivência e interação social.

No entanto, as identidades produzidas para São Luís em torno das AAL também enfrentam desafios. A falta de representação de certos grupos, como pessoas com deficiência, nos discursos e imagens midiáticas, revela lacunas na inclusão. Essa exclusão simbólica pode limitar o impacto das AAL como espaços verdadeiramente democráticos.

As AAL também são representadas como soluções para problemas estruturais, como a falta de acesso a academias tradicionais. Essa narrativa reforça a ideia de que os indivíduos devem assumir a responsabilidade por sua saúde, alinhando-se ao que Rose (1999) descreve como a "responsabilização neoliberal".

Em suma, a produção de identidades urbanas em torno das AAL em São Luís é um processo complexo que envolve narrativas midiáticas, experiências cotidianas, produção de sujeitos e dinâmicas de poder. Esses espaços não apenas promovem a saúde, mas também configuram modos de ser e agir, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva alinhada aos ideais de progresso e modernidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que o corpo e a cidade se conectam através de práticas biopolíticas que regulam espaços e comportamentos. As Academias ao Ar Livre (AAL), no período de 2015 a 2018, são apresentadas como ferramentas de controle do corpo, ligadas ao interesse do Estado em manter a produtividade da população, mostrando que o biopoder não substitui, mas aprimora o poder disciplinar existente.

O estudo observa que os discursos midiáticos jornalísticos constroem uma narrativa histórica e política sobre o corpo, revelando como ele é regulado e direcionado. A análise demonstra que esses discursos, ao abordarem as AAL, gerenciam o corpo e produzem sentidos específicos para a cidade, utilizando o método arqueogenealógico foucaultiano.

O texto reforça a importância de analisar as condições discursivas e espaciais na construção das identidades para a capital maranhense. A revitalização de espaços públicos é vista como um meio de disciplinar os sujeitos e regular seus

comportamentos, destacando o papel das intervenções urbanas no controle e direcionamento da população por meio de dispositivos biopolíticos.

Conclui-se que as AAL em São Luís operaram como dispositivos biopolíticos que, através de discursos midiáticos e institucionais, promovem um ideal de corpo ativo e saudável. Esses discursos não apenas incentivam práticas de saúde, mas também moldam subjetividades que refletem ações de governança local. Ao articular memórias sociais e produzir novas redes de significados, as AAL consolidaram-se como espaços simbólicos de poder, contribuindo para o entendimento das dinâmicas contemporâneas de biopolítica e governamentalidade.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **Media events: the live broadcasting of history**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A produção discursiva da mídia: relações de poder e resistência. In: _____. **Discurso, identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2000.

ROSE, Nikolas. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FIGURAS DE PENSAMENTO COMO ESTRATÉGIA PERSUASIVA NA RELAÇÃO SIPAT/COLABORADOR: SLOGAN DE SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

Andréia Dellano Mendes Nunes
Marize Barros Rocha Aranha

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva da Segurança do Trabalho, eixo do mundo trabalhista que tem ganhado destaque na atualidade, temos a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), uma semana voltada para a conscientização de colaboradores¹ sobre assuntos pertinentes à segurança e saúde no trabalho e qualidade de vida por meio de palestras, teatros, dinâmicas, concursos etc. Daí a relevância em tecermos estudos acerca da linguagem, pois, quando nos relacionamos a essa área, a comunicação é fator presente. Para Greimas (1979, p. 45-48), “A comunicação não deve ser entendida apenas como um fazer informativo, mas também e principalmente como uma estrutura complexa de manipulação, em que o enunciador exerce um fazer persuasivo e o enunciatário, um fazer interpretativo”. Para isso, é importante fazermos um percurso histórico de como a SIPAT se instituiu. Em 1953, foi publicado o Decreto-Lei nº 34.715, instituindo a SPAT (Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho), que seria sempre realizada na quarta semana de novembro de cada ano (BRASIL, 1953).

Em 1955, foi elaborada a Portaria 157, que uniformiza as atividades da SPAT. Assim, em 1971, por meio do Decreto 68.255, foi instituída em caráter permanente a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CANPAT). A Portaria 3.214, de 1978, instituiu a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT, organizada regionalmente pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) no mês de maio. (BRASIL, 1955; 1978).

Em 1978, com a Portaria nº 3.214, foram aprovadas 28 (vinte e oito). No entanto, até o presente ano, temos 38 (trinta e oito) NRs aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Conforme a NR – 5 (COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA): 5.16 A CIPA terá por atribuição: promover, anualmente, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT; (BRASIL, 1978).

¹ Aqui, tomamos ‘colaborador’ em lugar de ‘trabalhador’, pois é um termo que vem sendo usado pelas empresas, sobretudo a partir dos anos 1990, como sinônimo de funcionário ou empregado. **Ao contrário do funcionário, que é aquele que executa uma função, a palavra ‘colaborador’ possui uma dimensão mais participativa.** Os colaboradores de uma empresa são, portanto, aqueles que colaboram, ajudam, auxiliam. (**O QUE** é um colaborador em uma empresa? Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/colaborador/>>. Acesso em: 20 maio 2018).

Muitas estratégias são utilizadas durante a SIPAT, para informar e também persuadir os colaboradores sobre atitudes seguras no ambiente de trabalho. O *slogan* é uma delas. É também por meio desse gênero que o tema principal é divulgado. Segundo Reboul (1975 *apud* BARONAS, 2000), o *slogan* possui traços característicos específicos. Citamos alguns: a) é uma fórmula; b) apresenta-se como uma frase, uma palavra, um sintagma; c) destina-se em fazer agir uma coletividade ou multidão; d) prende a atenção; e) serve à publicidade, à propaganda e, sobretudo, à ideologia; f) repetível, fácil e agradável de reproduzi-lo; g) satisfaz as necessidades; h) frustra a censura e seduz a criança que há em cada um de nós; i) age pelo que diz e pelo que não diz; j) pode ser verdadeiro ou falso e k) impede a reflexão.

Considerando a relevância do *slogan* na realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, doravante SIPAT, almejamos, com este trabalho, tratar das figuras de pensamento da retórica clássica como uma das estratégias empregadas pelo(s) enunciador(es) da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do trabalho para persuadir o enunciatário, então colaborador, para fazê-lo acreditar em seu discurso.

É importante frisar que, como o *slogan* de SIPAT objetiva persuadir os colaboradores a fim de que esses mantenham atitudes seguras, nossa questão norteadora é: de que forma o(s) enunciador(es) da SIPAT faz(em) uso das figuras de pensamento na enunciação, a fim de levar o enunciatário a acreditar em seu discurso? As figuras retóricas dividem-se em dois grupos: as primeiras nascem do desacordo entre as instâncias do enunciado e da enunciação, afirma-se algo no enunciado e se nega na enunciação; enquanto as segundas resultam de uma combinação, na sucessividade do sintagma, de figuras do discurso em disjunção. Com as figuras de pensamento, o enunciador diz sem ter dito, aparenta moderar para enfatizar o dizer, apresenta uma nova combinação de figuras do discurso para levar o enunciatário a assumir o que lhe está sendo comunicado. Quanto ao *corpus*, selecionamos quatro enunciados que foram propostos para temas de SIPAT em 2018 de um site de domínio público especialista em atividades inovadores e criativas para os programas de Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho SIPAT. Para isso, tomaremos como literatura base no que concerne à SIPAT documentos oficiais (BRASIL, 1953; 1971; 1978; 1991), *slogan* com Reboul (1977) e Baronas (2007); e figuras de retórica com Fiorin (2014). É sobre as perspectivas teóricas que iremos tratar adiante.

2 O SLOGAN

Lançamos olhar, agora, ao *slogan*, termo que, etimologicamente, vem do gaélico, língua do povo celta, e significa “grito de guerra”, “slugh-ghairm”. Por volta do século XIV, os ingleses adotaram o termo para modificá-lo, no século XIX, em divisa de partido e, a seguir, em palavra de ordem eleitoral. Os americanos deram ao termo o sentido de divisa comercial, e é com esse sentido publicitário que a

palavra chegou à França, por volta de 1927, adquirindo, em seguida, um sentido político. Assim, foi usada por pregoeiros ambulantes, nas legendas e nas insígnias, até se identificar com anúncios de jornais, revistas e *outdoors*.

Os meios de comunicação desenvolvem-se, e torna-se o *slogan* um instrumento de propaganda, instrumento cujo alcance ultrapassou os limites de um grupo restrito. Reflexo disso é a utilização deste na SIPAT. Saímos da esfera do político e adentramos o ambiente institucional e empresarial, interligado às não menos relevantes motivações legais que circundam a produção do *slogan* de SIPAT. Seu significado varia de autor para autor; entretanto, é sempre um ato verbal construído linguisticamente por uma frase ou um grupo de frases: “Frase concisa, de fácil percepção e memorização, que resume as características de um produto ou serviço, ou uma de suas qualidades ou ponto de venda, usada e repetida nos anúncios de uma firma” (Michaelis, 1998: 1954).

Para definir o slogan, convém determinar o seu estatuto gramatical. Aparentemente, trata-se de uma frase, ou de um grupo de frases, pois do ponto de vista semântico, acredita-se que o slogan se baste a si mesmo e que pode ser verdadeiro ou falso. Enfim, chamo de slogan a uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e freqüentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo, quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional, que ele comporta (Reboul, 1977).

Para Baronas (2007), nos *slogans* políticos o enunciador é, quase sempre, um sujeito institucional; e o destinatário, mesmo quando especificado, pode ser qualquer um. O autor afirma que essa modalidade publicitária é produzida com linguagem de fácil leitura, tendo como um de seus objetivos atingir toda a população. Assim também, dá-se o *slogan* de SIPAT, a linguagem utilizada é a que possa chegar ao enunciatário de forma mais facilitada, o enunciador é institucional, pois muitos dos envolvidos na realização de uma SIPAT são componentes da CIPA, gestores, como também os dispositivos legais que perpassam a construção dos enunciados, mas o enunciatário, ao contrário do público do slogan político, não é qualquer um, sempre é o colaborador, que, imergido nas atividades laborais, possui ligação direta com a empresa. É nesse sentido que o *slogan* da SIPAT não deve ser reconhecido apenas como frase², como já mencionado por Reboul, há toda uma historicidade permeando a produção desses enunciados, e é nesse caminhar que devemos interpretar os enunciados.

3 À GUIA DOS PROCEDIMENTOS RETÓRICOS

A Retórica ou a arte de convencer e persuadir foi muito difundida pela sociedade grega, era utilizada como uma técnica que visava convencer o ouvinte

² No site da empresa Conceito Zen há referência a esses enunciados pelo nome de frases. Ressalvamos essa informação, pois aqui nos cabe ‘enunciado’, visto que nossa perspectiva teórica são ‘os gêneros do discurso’ de Mikhail Bakhtin. (BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2011).

do discurso, valendo-se de determinadas regras. A princípio, os estudos sobre Retórica eram realizados por mestres itinerantes, que se intitulavam sofistas ou mestres da retórica, e que se julgavam com competência para ensinar essa arte. Posteriormente, a Retórica tornou-se disciplina obrigatória em instituições de ensino.

Segundo Abreu (2006) *apud* Aranha (2010), os mestres mais importantes foram Protágoras Abdera e Górgias de Leontino – famosos sofistas, os sábios, que professavam a sabedoria. Em razão de fazerem muitas viagens, conheciam diversos usos e costumes, o que lhes proporcionava uma visão de mundo muito mais ampla que a dos atenienses da época, possibilitando, desse modo, mostrar aos seus alunos que uma questão podia admitir diversos pontos de vista.

A Retórica clássica visava descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório. Para tanto, tinha como questão basilar a diversidade de pontos de vista, o verossímil ou provável, não o necessário ou as verdades absolutas. Entendimento esse, contrário ao do filósofo Platão, que em sua obra intitulada “Górgias” procurou mostrar que a retórica visava à produção de persuasão, ou seja, aos resultados, que se prendia somente à crença, que podia ser verdadeira ou falsa, e jamais ao saber, que é sempre verdadeiro, pois, para ele, falso conhecimento não existe. Todavia, Aristóteles entendia a Retórica como uma “techné”. Ele afirmava que:

Assim como existe uma arte arquitetural, que é o mesmo que uma qualidade racional criadora, não existe techné que não seja uma qualidade racionalmente criadora, nem uma tal qualidade que não seja uma techné; esta é o mesmo que uma qualidade criadora racionando segundo a verdade. Toda techné é relativa à produção; instituir uma techné é buscar especulativamente os meios de produzir as coisas que podem indiferentemente ser ou não ser, ou cuja origem está no agente criador, não no objeto criado; de fato, não existe techné das coisas que existem ou são produzidas necessariamente, não mais que aquelas que são produzidas naturalmente; estas têm seu princípio em si mesmas. (Aristóteles, 1966, p. 30 *apud* Aranha, 2010, p. 68).³

Para Aristóteles, a techné interessava-se pelo fundo (teoria da argumentação, invenção de provas) e pela forma (diferentes modos de expressão dessas provas e o lugar que elas deveriam ocupar na ordenação do discurso), e jamais poderia ser reduzida somente à forma. Era uma retórica da prova, do raciocínio, da dedução – entimema.

A princípio, falamos que as chamadas figuras de retórica, no contexto das propostas de *slogans* para Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, constituem um dos mecanismos empregados na estratégia de persuasão do enunciatório pelo enunciador com a finalidade de fazê-lo crer. O querer fazer-crer do enunciador determina a produção discursiva e impõe o estabelecimento de um dado contrato enunciativo. Para explicar melhor esse fato, estudaremos algumas figuras de retórica.

³ Tradução de Antonio Pinto de Carvalho (1966).

A retórica, durante muito tempo, pretendeu-se a "ciência da persuasão", a "arte do discurso eficaz" (*ars bene dicendi*). Constitui, da época clássica até a Idade Média, com a gramática e a dialética, o *trivium*, base de todo um projeto pedagógico. Depois, cai no quase total esquecimento, perde o prestígio de que desfrutava, e é relegada a segundo plano.

Há dois lados a serem postos: se, de um, é verdade que a retórica foi tomada do que Genette denominou "fúria de nomear", o que a conduziu à elaboração de taxonomias cada vez mais exaustivas de casos particulares, de outro, é também certo que buscou estudar, com bastante precisão, os mecanismos discursivos que permitem "provocar ou incrementar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas". Hoje, embora concordemos integralmente com o enunciado que expõe o objetivo da retórica, apresentá-lo-íamos com outra linguagem: estuda os mecanismos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido, que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito. É preciso, pois, estudar a retórica à luz de uma teoria da geração do sentido, para descobrir as operações básicas de produção de efeitos de sentido, de que as figuras ou tropos são casos particulares.

Neste texto, pretendemos apresentar algumas operações geradoras de efeitos de sentido englobados pela retórica na classe denominada *figurae sententiae*. Deixemos, pois, de lado as *figurae elocutionis*, bem como as *figurae in verbis singulis* (Lausberg, p. 141-257). Devemos, antes de analisar alguns mecanismos produtores de efeitos de sentido, tecer algumas considerações gerais:

a) A retórica trata de "figuras vazias", ou seja, estuda formas fixas que geram determinado efeito de sentido, e não os investimentos semânticos particulares nessas "formas vazias". Em outras palavras, opera sobre a forma do conteúdo e não sobre sua substância. Como a sintaxe discursiva tem caráter conceitual, uma vez que trata das variedades do plano do conteúdo, alguns efeitos a serem estudados são criados por operações sintáticas. Outros, porém, pertencem ao componente semântico do discurso.

b) Todos os manuais de retórica aludem à dificuldade de sistematizar as figuras de pensamento (Lausberg, 1976, p. 190). Lausberg e o grupo de Liège (Dubois, 1974, p. 174-201), por exemplo, apesar de suas diferenças, partem do mesmo fundamento para estabelecer uma sistematização dessas figuras: a *quadripartita ratio*, que se compunha de quatro operações, *adiectio*, *detractio*, *immutatio* e *transmutatio* (Quintiliano, 1934, 38). No entanto, assim que começam a sistematizá-las, diversas dificuldades se apresentam. Uma delas é o fato de que uma figura pode ser constituída de outra ou outras figuras. Por exemplo, uma antítese pode constituir-se de duas hipérboles (Dubois, 1974, p. 191), o que significa que essas figuras não pertencem à mesma ordem de fenômenos, mas a ordens distintas de fatos. É possível, pois, distinguir dois tipos de figuras que serão detalhadas: as que se constituem a partir de relações estabelecidas entre o enunciado e a enunciação, que são relações sintáticas; e as que se produzem a partir de relações estabelecidas entre as figuras do discurso, que são relações semânticas.

4 DA RELAÇÃO ENTRE ENUNCIÇÃO E ENUNCIADO: as figuras estabelecidas

Tomamos, aqui, as contribuições, em sua Retórica geral, do grupo de Liège, que ao estudar os metalogismos (as chamadas figuras de pensamento), defende que o critério para percebê-los é uma referência necessária a um dado extralinguístico, pois eles se fundam no espaço exterior que se estabelece entre o signo e o referente. Só o conhecimento do referente permite apreendê-los. O metalogismo consiste numa "falsificação ostensiva" da correspondência entre o signo e o referente, "transgride a relação normal entre o conceito e a coisa significada", "contesta a verdade dos fatos". A norma em relação à qual o metalogismo é um desvio constitui a verdade do referente (Dubois, 1974, p. 174-187). Além disso, o metalogismo é sempre particular, está sempre ligado a um circunstancial egocêntrico e, por isso, nunca aparece dicionarizado (Dubois, 1974, p. 174-177).

Os efeitos de sentido produzidos pelos chamados metalogismos são sempre circunstanciais e, portanto, nunca dicionarizados. Isso ocorre porque pertencem à performance discursiva, estando ligados, portanto, ao *ego-hic-nunc* da enunciação. Não alteram o conteúdo sêmico de uma figura do discurso, como a metáfora e a metonímia, mas se afirmam como uma maneira de construir o discurso (Fiorin, 1988).

Não é possível, no entanto, aceitar que os metalogismos constituam um desvio em relação a um referente, a um dado extralinguístico, e que sua norma seja a verdade dos fatos, pois todo referente é semiotizado, e cada discurso constrói sua verdade. Fica difícil falar em verdade neutra dos fatos, pois a verdade dos fatos consiste na verdade construída pelo enunciador. Além disso, a própria noção de desvio é extremamente problemática, na medida em que pressupõe uma norma dada como algo natural. Na verdade, tanto norma como desvio são efeitos de sentido gerados pelo discurso. É preciso, pois, pensar de outra maneira a questão das figuras de pensamento. (Fiorin, 1988).

O enunciador pode, em função de suas estratégias para fazer-crer, construir discursos em que haja um acordo entre enunciado e enunciação ou discursos em que haja um desacordo entre essas duas instâncias. A discordância entre enunciado e enunciação não é um desacordo entre um conteúdo manifesto e uma intenção comunicativa inefável, pois as únicas intenções do sujeito que se podem apreender são as inscritas no discurso. Assim, esse conflito se estabelece entre a enunciação enunciada e o enunciado. Aquela não deve ser entendida meramente como a construção de um simulacro da enunciação no enunciado, mas sim como o conjunto de marcas que remetem à instância da enunciação (por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos). É evidente que se não pode tomar, por exemplo, qualquer adjetivo avaliativo como elemento da enunciação enunciada, pois, num discurso, há aqueles que participam do enunciado, uma vez que não remetem à instância da enunciação. Mais adiante esse fato será exemplificado (Fiorin, 1988).

Essas duas maneiras de construir o discurso impõem dois contratos enunciativos diferentes. No caso de acordo entre enunciado e enunciação, ele se explicita como "o enunciado X deve ser lido como X"; no caso oposto, como "o enunciado X deve ser interpretado como não X". Esses contratos determinam a atribuição de estatutos veridictórios distintos aos dois tipos de discurso. Porque essas figuras retóricas são usadas como estratégias de persuasão, não há nenhum interesse em apreender exemplos isolados delas, como faziam os antigos manuais escolares. O que importa é mostrar qual sua função na economia geral de produção do sentido de um texto. O conflito entre enunciação e enunciado pode ser gradual ou categórico. Será gradual quando a oposição entre as duas instâncias consistir numa diferença que se expressa como mais ou menos. Será categórico quando a oposição se fizer bom dois termos polares de uma categoria sêmica (Fiorin, 1988).

A partir dessa base, podem-se compor algumas relações que produzem diferentes efeitos de sentido. Tais relações serão apresentadas à medida que as propostas do site Conceito Zen de slogans para SIPAT forem analisadas. Desse domínio quatro foram selecionadas. Metodologicamente, assumimos a pesquisa qualitativa em que "o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações" (Deslauriers, 1991, p. 58, tradução nossa). Mais uma vez frisamos que o *slogan* da SIPAT objetiva persuadir os colaboradores a fim de que esses mantenham atitudes seguras.

4.1 Das oposições categóricas em *slogan* de Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

Slogan 1 - Descuido é um risco! Pense bem nisto...!

Quando não se diz no enunciado e se diz na enunciação, constitui-se uma figura aparentada daquela que a retórica chamou reticência. Nesse caso, suspende-se o enunciado, e é a enunciação enunciada que nos indica o que seria dito se o enunciado fosse construído. Essa figura é perceptível em 'Pense bem nisto...!', muitos são os casos de acidentes nas empresas em decorrência do descuido, da falta de atenção, da autoconfiança, no momento em que o colaborador tem acesso a esse enunciado, o extralinguístico entre em cena. Estudos da área de Segurança do Trabalho apontam que o excesso de autoconfiança é um dos maiores geradores de incidentes e acidentes do trabalho, o fato de a atividade ser corriqueira e o colaborador já estar familiarizado com ela e com o ambiente de trabalho, os colegas de trabalho e também os riscos, caracterizam o 'descuido' nas áreas laborais.

Com o uso do ponto de exclamação e das reticências, o enunciador remete o enunciatário as possibilidades do que seria o descuido, o risco, quais atitudes inseguras a evitar, como também faz com que o enunciatário, em frente ao não dito, reflita sobre as consequências das atitudes inseguras.

4.2 Das oposições graduais em *slogan* de Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

Slogan 2 - Um ato sem prevenção pode ser o fim de uma profissão

A análise desse *slogan* destaca a presença das oposições graduais. Quando se atenua no enunciado e se intensifica na enunciação, ocorre a figura denominada eufemismo pela retórica. Essa figura ocorre quando se afirma, por exemplo, em determinado contexto, que alguém é pouco delicado para dizer que é francamente grosseiro.

Ao falar que um ato sem prevenção pode ser o fim de uma profissão, o que se quer dizer é que, se não houver prevenção, não apenas o acidente é a consequência, mas algo muito mais grave, a morte. Além da possibilidade de morte, muitos são os acidentes que causam invalidez aos colaboradores, perda de membros, perda de audição parcial ou total, perda de visão. Muitos são os casos de colaboradores remanejados a outras atividades por motivo de limitações físicas. É importante frisar que existe um discurso institucional que atravessa o *slogan* da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Os acidentes ocasionam às empresas multas homéricas. Dessa forma, não é do interesse delas que acidentes aconteçam com frequência, mesmo que haja a possibilidade de descuido em virtude da autoconfiança dos colaboradores na realização das atividades laborais.

5 DAS RELAÇÕES ENTRE AS FIGURAS DO DISCURSO: as figuras retóricas instauradas

Slogan 3 - Para ter futuro pratique hoje o comportamento seguro

Slogan 4 - Se o acidente é um problemão, a prevenção é a solução

Chamar a atenção do enunciatário em uma Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho é o principal objetivo do enunciador. Nesse viés, ele pode combinar figuras do discurso de tal maneira que o enunciatário desperte para aspectos novos da "realidade". Uma nova maneira de analisar a semiótica do mundo natural é estabelecida, pois, para criar esses efeitos de sentido, trabalha-se com figuras do discurso que criam uma ilusão de referencialidade. Ao estabelecer uma "surpresa", o enunciador pretende levar o enunciatário a aceitar seu discurso. Essas figuras retóricas, em geral, transformam relações ou...ou em relações e...e. (Fiorin, 1988).

Quando se proclama uma relação de disjunção sêmica na sucessividade do sintagma, constrói-se a figura que a retórica denomina antítese. É indispensável lembrar que só podem opor-se elementos semânticos que tiverem algum sema em comum. No *slogan 3*, as palavras hoje e futuro demonstram a oposição semântica, pois possuem o mesmo sema, o mesmo no *slogan 4*, com as palavras problemão e solução.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por utilizar-se de recursos retóricos é que, no fazer persuasivo, o enunciador busca criar efeitos de estranhamento com a finalidade de chamar a atenção do enunciatário para seu discurso. Por isso, utiliza-se de recursos retóricos. Assim, o enunciatário, por meio de uma percepção inédita e inesperada, pode atentar melhor para certos elementos que estão sendo comunicados e aceitar mais facilmente o enunciado. Dizendo sem ter dito, simulando moderação para afirmar de maneira enfática, fingindo ênfase para dizer de maneira atenuada, apresentando uma nova combinação de figuras, o enunciador mostra outras maneiras de ver o mundo. Deixa de trabalhar no campo da verdade (/ser/ + /parecer/) ou da falsidade (/não-ser/ + /não-parecer/) enunciativas, para manipular o segredo ou a mentira. Com efeito, esses procedimentos retóricos operam no âmbito da simulação (/parecer/ + /não-ser/) ou da dissimulação (/não-parecer/ + /ser/). Cabe ao enunciatário perceber o segredo ou a mentira no seu fazer interpretativo, no caso do *slogan* de SIPAT, como as bases legais são um dos principais aportes teóricos, a mentira talvez fique marginalizada. A verdade e a falsidade no domínio da sintaxe e da semântica do discurso constituem o reino da competência, da previsibilidade, da certeza, da normalidade, da não contraditoriedade, enquanto o segredo e a mentira fundam a imprevisibilidade, a incerteza, a anormalidade, a labilidade, a contraditoriedade.

É mister falar que nem todas as figuras retóricas foram possíveis de serem identificadas nas propostas de *slogando* site Conceito Zen, o que não os torna menos persuasivos. Desse ponto de vista, os mecanismos retóricos não são ornatos que se possam suprimir, mas constituem uma maneira insubstituível de dizer. Fazem parte dos recursos de persuasão do enunciatário pelo enunciador, uma vez que, instaurando o segredo e a mentira no discurso, desvelam uma nova verdade, produzem um novo saber, descobrem significados, encobrendo-os. Na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, o que se almeja com ato comunicativo na produção do *slogan* é fazer com que o enunciatário, nas palavras de Fiorin (1988, p. 66), “sobremodalize esse saber, essa verdade, esses significados com a certeza, que ele creia no enunciado produzido”. E que os efeitos de sentido produzidos pelos *slogans* sejam transformadores de atitudes, mantenedores da segurança no trabalho, a fim de evitar acidentes.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Marize Barros Rocha. **Do pregoeiro ao camelô: a construção dos gêneros pregão tradicional e pregão pós-moderno**. 2010. 219 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103503>>.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- BARONAS, R. L. **Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 34.715**, de 27 de novembro de 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34715-27-novembro-1953-328911-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 68.255**, de 16 de fevereiro de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68255-16-fevereiro-1971-409990-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n. 3.214**, 08 de junho de 1978. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8213cons.htm>. Acesso em 12 jan. 2025.
- DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991.
- FIORIN, José Luis. **As figuras de pensamento**: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário. Alfa, São Paulo, 32: 53 - 67, 1988.
- FRASES SIPAT. 2018. Disponível em: <<https://www.conceitozen.com.br/sipat-frases.html>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- REBOUL, Olivier. **O slogan**. São Paulo: Cultrix, 1977.

A MODALIDADE PATÊMICA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE TEXTUAL

Luzia Rufino de Matos Cirqueira
Maria da Graça dos Santos Faria

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), proposta por Ruth Amossy, destaca a presença de modos ou modalidades argumentativas que variam entre a persuasão explícita e a orientação indireta de modos de ver e sentir. Desse modo, Amossy (2018) estabelece módulos argumentativos em um *continuum*, enfatizando que nem sempre esse *continuum* de modalidades objetiva mudar o modo de pensar de alguém, mas simplesmente apontar algum ponto de vista.

Dentre essas modalidades, trataremos da modalidade argumentativa patêmica, que tem a finalidade de persuadir pelas vias do sentimento, pelo apelo às emoções do interlocutor. Essa modalidade pode estar presente em vários gêneros como, por exemplo, em campanhas educativas, em anúncios publicitários e também em contexto de violência, em especial no contexto escolar. Para esta pesquisa, partimos da seguinte questão norteadora: como a modalidade argumentativa patêmica pode promover o engajamento na mobilização e conscientização da população contra a violência escolar?

Marcamos nossa área de investigação no âmbito da Linguística Textual (LT). Isto não significa que a LT teoriza a argumentação, mas que inclui a argumentação como um pressuposto constitutivo e como uma motivação para a análise de variadas estratégias de organização textual, como o fenômeno da referenciação, para o qual tomamos como base Mondada (2020), Mondada e Dubois (2022) e Martins (2019), destacando, neste trabalho, as expressões referenciais, em especial, introdução referencial, anáfora indireta e dêixis.

A metodologia deste estudo adota o método indutivo, que se caracteriza por partir de observações particulares para a formulação de relações gerais, conforme apontado por Lakatos (2017). Os dados são analisados de forma qualitativa, uma vez que o foco da investigação está na discussão e na explicação de questões previamente estabelecidas. De acordo com a classificação de Gil (2002), trata-se de uma pesquisa explicativa, pois busca compreender os fatores que contribuem para o fenômeno em análise. Ademais, apresenta um caráter descritivo, uma vez que, ao explicar o fenômeno, torna-se necessário descrevê-lo em suas especificidades.

O presente artigo está organizado em três seções. Na primeira seção, apresentamos uma breve discussão sobre as noções de argumentação na Teoria da Argumentação no Discurso (TAD). Na segunda seção, descrevemos a concepção de referenciação destacando as expressões referenciais enquanto

estratégias argumentativas textuais, com o intuito de provocar emoção, e na terceira e última seção, analisamos em uma postagem do *site* cotiatododia como o *pathos* atrelado à referência pode contribuir para o engajamento da comunidade no enfrentamento da violência nas escolas, e, por fim, as considerações finais.

2 NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO (TAD)

Aristóteles (2011) propõe uma retórica que mantém a busca pelo consenso, ao insistir na negociação das diferenças. Assim, o autor define a retórica como “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão” (ARISTÓTELES, 2011, p. 44). Dessa forma, o autor apresenta três meios essenciais que levam ao convencimento, ou seja, três meios intrínsecos ao processo retórico de persuasão: *ethos*, *logos* e *pathos*.

Conforme o filósofo, o *ethos* está relacionado à credibilidade do orador, visto que o orador precisa utilizar-se de algum método ou estratégia para demonstrar sua credibilidade perante seu auditório no sentido de que este venha acreditar em seu projeto de fala, e, conseqüentemente, conseguir sua adesão. O *pathos* relaciona-se à sensibilidade emocional do outro, visto sob outra perspectiva, é o ponto em que o orador tenta comover o outro por meio de seu discurso. O *logos*, por sua vez, é o princípio racional ordenador do discurso, pois o discurso, para ser convincente, precisa ser provado logicamente o que está sendo dito.

A Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 4) retoma essa noção de retórica no âmbito da comunicação, mantendo essa busca pelo acordo, levando em conta as “técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao sentimento”.

Nesta pesquisa, utilizamos a Teoria da Argumentação no Discurso de Ruth Amossy que, embora se fundamente na retórica aristotélica e na Nova Retórica, amplia a noção de argumentação de tal forma que engloba um imenso *corpus*, da conversação espontânea ao discurso literário, político etc. Essa ampliação da argumentação de Amossy (2018) resulta de dois postulados: o primeiro diz respeito à resignificação do sujeito retórico frente ao seu modo de agir intencionalmente com o objetivo de persuadir o outro; e o segundo postulado amplia a noção de argumentação ao se articular à noção de persuasão.

Desse modo, a analista do discurso afirma que argumentar é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais, simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130). Em outras palavras, a argumentação é constitutiva de todo discurso, o que anula a concepção tradicional entre textos argumentativos e não argumentativos, reconhecendo que a argumentação se realiza em um contínuo.

A noção de contínuo na argumentação, defendida por Amossy (2018), reconhece dois modos distintos de organizar a argumentatividade no discurso: a de *visada argumentativa* e a de *dimensão argumentativa*. Conforme a autora, há

discursos/textos com propósito persuasivo explícito e aqueles que orientam apenas um modo de ver as coisas. Em outras palavras, nos discursos nos quais há um empreendimento persuasivo segundo a autora, há uma visada argumentativa, por outro lado, nos discursos em que não há esse empreendimento, há uma dimensão argumentativa. Dessa forma, a autora chega à conclusão de que todos os discursos/textos comportam uma dimensão argumentativa, mas apenas alguns têm visada argumentativa.

Logo, consoante Amossy (2018), o uso das palavras empregadas nos atos discursivos de *visada argumentativa*, necessariamente, aqueles que intencionalmente defendem uma tese fundamentada em argumentos dentro de uma sequência argumentativa dominante, isto é, há uma estratégia de persuasão programada que manifesta no discurso uma intenção argumentativa, a exemplo do discurso eleitoral e da redação do ENEM.

Por sua vez, a autora define *dimensão argumentativa* como o texto que procura apenas orientar os modos de ver e de sentir do outro, ou seja, há uma tendência para que todo discurso oriente as formas de ver do(s) parceiro(s) da comunicação. Isso acontece, por exemplo, com a postagem que aqui será analisada.

Para melhor entendimento sobre a diferença entre visada argumentativa e dimensão argumentativa, consideremos a charge que trata do Pix e a circulação de dinheiro físico do chargista Luiz Fernando Cazo. O chargista, em seus trabalhos, busca sempre as contradições, com um olhar bem-humorado. O exemplo, a seguir, foi publicado pelo Grupo Editores do Blog do AFTM, no dia 02 de julho de 2023, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Charge, o Pix e a circulação de dinheiro físico



Fonte: <https://blogdoaftm.com.br/chargepix-e-a-circulacao-de-dinheiro/>. Acesso em: 11 de jul. 2023.

A charge de Cazo, em análise, trata de uma questão cotidiana, com fundo político e econômico, em uma abordagem crítica de forma humorada sobre a implementação do Pix frente à não circulação de dinheiro físico. O humor proposto pelo chargista advém das figuras dos mendigos, em que um se atualiza no

panorama monetário (usando QR Code) dos tempos atuais em contradição ao outro que permanece no sistema antigo (pedindo dinheiro com o chapéu na mão).

Podemos assim dizer que a charge não corresponde a uma visada argumentativa, mas a uma dimensão argumentativa, visto que não é possível ter a atenção direcionada à defesa de uma tese, mas a uma sugestão, a um ponto de vista ancorado na atualidade.

A TAD considera a argumentação a partir de um *continuum* de modalidades argumentativas, observando desde uma situação de confronto a uma simples troca dialogal cotidiana (Amossy, 2018). A modalidade argumentativa é, portanto, definida como a “troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

A autora identifica seis modalidades argumentativas. A primeira é a **modalidade demonstrativa**, que tem natureza argumentativa, posto que esta interação discursiva refere-se à construção de uma tese e ao objetivo do locutor de persuadir um auditório por meio de argumentos racionais e bem fundamentados (Amossy, 2008). Exemplos típicos dessa modalidade incluem discursos parlamentares e artigos científicos, conforme mencionado pela autora.

A segunda é a **modalidade pedagógica**, que ocorre quando o locutor ocupa uma posição de superioridade em relação ao auditório, transmitindo um saber por meio de diálogo ou troca verbal monogerida, com o objetivo de provocar reflexão nos ouvintes (Amossy, 2008). Essa modalidade é comumente observada em contextos como a sala de aula e em perfis de redes sociais digitais que envolvem a presença de um especialista em determinado tema.

A **modalidade de coconstrução**, conforme Amossy (2008, p. 234), manifesta-se em “interações concretas ao longo das quais os participantes coconstruem as respostas para o problema levantado em conjunto”. Desse modo, infere-se que, em um contexto de interação, os participantes não são apenas receptores passivos de informações, mas sim coautores da construção de respostas ou soluções, especialmente quando enfrentam um problema ou desafio. Essa modalidade se manifesta em interações dialogais, como em reuniões de condomínio ou colegiados, onde as soluções são elaboradas coletivamente.

A autora francesa descreve a **modalidade negociada** como aquela que ocorre quando os participantes, ao ocuparem posições divergentes e até conflituosas, se dedicam a encontrar uma solução comum para o problema que os divide, buscando alcançar um consenso por meio de compromisso (Amossy, 2008). Assim, exemplos de interações que envolvem essa modalidade incluem trocas diplomáticas, tanto orais quanto escritas, audiências de conciliação e negociações comerciais.

A **modalidade polêmica**, abordada por Amossy (2008), ganha destaque em sua obra *Apologia da Polêmica* (2017), caracteriza-se pelo confronto de opiniões antagônicas e é marcada por traços específicos como dicotomização, polarização e desqualificação do outro. Nessa modalidade, que é a única do dissenso, ocorre uma divisão do público, criando campos opostos que buscam desacreditar tanto a

imagem quanto as teses uns dos outros, como por exemplo, nos debates políticos, nas discussões alimentadas pelas mídias, entre outros.

Por fim, destacamos a **modalidade patêmica**, que é o foco desta pesquisa. Nessa modalidade, Amossy (2008) destaca a ideia de que no discurso argumentativo, tanto monogerido (quando o locutor tem controle total sobre o discurso, como em palestras ou textos escritos) como dialógico (em interações mais interativas), o objetivo principal é "tocar" o auditório.

Esse "tocar" refere-se a um apelo que vai além do simples uso de argumentos racionais, envolvendo também aspectos emocionais e culturais, a fim de conquistar a adesão do público. Em outras palavras, essa modalidade visa persuadir por meio dos sentimentos, apelando para as emoções do interlocutor, como exemplificado no discurso lírico, em discursos que solicitam ajuda humanitária e nos apelos presentes em anúncios publicitários direcionados ao consumidor.

Vale destacar que, embora a modalidade patêmica constitua-se da mobilização do *pathos*, não fica restrito a este módulo argumentativo, visto que o *pathos* atravessa toda e qualquer dimensão humana. A respeito disso, Oliveira, Cavalcante e Silveira (2020) ressaltam que em muitos casos, porém, a mobilização do *pathos* é puramente uma estratégia, uma forma de persuasão em determinada modalidade. Os autores afirmam, ainda, que o apelo às emoções surge como uma possível característica em outras modalidades argumentativas como a polêmica, visto que se observa uma frequência considerável de uso dessa estratégia em interações relativas a esse tipo de troca argumentativa.

É imperioso ressaltar que verificamos, em Amossy (2008), que as modalidades argumentativas podem coexistir perpassando não apenas uma, mas sim, duas ou três modalidades em um determinado gênero discursivo. Considerando a premissa da coexistência de modalidades argumentativas, buscamos identificar como tal fenômeno pode ocorrer em um discurso de uma campanha educativa de trânsito, conforme a Figura 2 (em captura de tela).

Figura 2 - Campanha educativa de trânsito sobre o uso do celular



Fonte: YouTube. Disponível em: [Detran-DF Celular 2021](#). Acesso em: 20 de jan. 2024.

Tomamos como exemplo a campanha realizada em dezembro de 2021 pelo Departamento de Trânsito (DETRAN) do Distrito Federal (DF) sobre a prática do manuseio de celular enquanto se dirige. O objetivo da referida campanha realizada e disponibilizada em forma de vídeo, no canal do DETRAN-DF pelo YouTube, visava à conscientização da população sobre os riscos que esta prática representa para a segurança no trânsito.

A partir da Figura 2, infere-se que a campanha do DETRAN-DF serve-se da **modalidade pedagógica** por meio de fatos e dados reais que estabelecem uma reflexão sobre o ato de manusear o celular enquanto se dirige, pois vem de uma instituição que se coloca como um agente regulador do tráfego nas cidades e nas rodovias, e que tem acesso às estatísticas dos números e das causas que ocasionam acidentes fatais no trânsito.

Nessa campanha educativa, o DETRAN aponta que o celular está entre as três principais causas de acidente. Além disso, mediante as histórias trágicas e as reações das pessoas que assistiram ao vídeo, registra-se, também, a presença de outra modalidade concomitante, visto que, no vídeo, por exemplo, há uma mãe chorando e falando sobre ter presenciado a morte de seu filho num acidente de trânsito por conta de um motorista que dirigia falando ao celular, o que implica reconhecer que a campanha busca sensibilizar para os riscos que o aparelho representa para a vida no trânsito. Diante desse apelo ao sentimento do outro, como podemos observar com mais atenção na reprodução do áudio do vídeo, manifesta-se a **modalidade patêmica**, que, pelos sentimentos, busca conscientizar a população, motoristas e pedestres, de que uma imprudência, como usar o celular no trânsito, torna-se uma causa mortal.

Assim, pode-se constatar que uma modalidade não exclui a outra, pois a coexistência de modalidades argumentativas, em determinados gêneros discursivos, é essencial para a obtenção de um dado resultado almejado, como o caso do exemplo supracitado, no qual identificamos duas modalidades.

3 REFERENCIAÇÃO

O fenômeno da referenciação é, para Cavalcante (2012), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) e Mondada e Dubois (2022), considerada como algo que não está ligada aos objetos do mundo, mas a um objeto de discurso, sempre evocado na situação discursiva entre os interlocutores.

Conforme Mondada e Dubois (2022), os estudos direcionados à referenciação são muito antigos em linguística, todavia, o referente apresentava-se ligado à percepção de referência. Para as autoras, o referente é sempre estruturado discursivamente, de forma que, quando um referente é transformado em linguagem, esse referente deixa de ser uma coisa do mundo, passando a ser um objeto de discurso.

Desta maneira, a ocorrência de um referente, contanto que seja construído discursivamente, independe da existência de uma coisa do mundo, visto que ocorre

através da construção de textos. Essa modificação conceitual de referente desloca as autoras de uma concepção de referência que se encontra mais atrelada à semântica dos objetos para uma concepção de referenciação vinculada à pragmática da enunciação.

Vale destacar que “o processo de referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) apreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais” (Cavalcante, 2012, p. 98). As expressões referenciais são fundamentais para o desenvolvimento do texto, além de ligarem os processos referenciais ao processo de referenciação. Tais expressões referenciais são subdivididas em: **introdução referencial, anáforas e dêixis**.

A **introdução referencial** é caracterizada pela introdução de um novo referente ao texto, que desempenha o papel de estreitar um referente totalmente novo no texto. Dito de outro modo, a **introdução referencial** ocorre quando um objeto de discurso não apresentado é introduzido no texto sem qualquer outro elemento que o ancore, mas quando há pelo menos uma âncora, isto é, um elemento anterior a qual a **expressão referencial** está associada, chamamos de **anáfora**.

Assim, a **anáfora** é definida como um processo de retomada de um referente já mencionado no texto, possuindo um papel importante para a progressão textual. De acordo com a classificação proposta por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), a **anáfora** subdivide-se em três tipos: **anáfora direta ou correferencial, anáfora indireta ou não correferencial e anáfora encapsuladora**.

A **anáfora direta** caracteriza-se por retomar um mesmo referente já explicitado no texto e contribui para a sua manutenção e evolução ao longo do texto, como explicitado pelos autores supracitados:

Assim, o referente pode permanecer o mesmo nas anáforas correferenciais, mas, com acréscimo de informações, sentimentos, opiniões, esperável na progressão das ideias do texto, ele se transforma, isto é, vai sendo recategorizado, tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 63).

Já a **anáfora indireta** ocorre de uma forma peculiar. A princípio, ela não retoma um objeto de discurso e aparenta introduzir um objeto novo, mas podemos observar que esse tipo de **anáfora** remete ou a outros referentes já expressos ou a pistas cotextuais de qualquer espécie, como, por exemplo, ao referirmos ao mar, podemos fazer uso de expressões como “ondas”, “areia” etc.

Por sua vez, as **anáforas encapsuladoras** possuem como característica básica resumir porções cotextuais, assim, ela não retoma um referente expresso, mas sim sintetiza informações esparsadas no texto, a partir de expressões como “tudo isso”, “isso significa” etc. (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014).

Para além dos processos referenciais de introdução e retomada, existem outras expressões referenciais. Em relação a **dêixis**, Mondada (2020, p. 187) afirma que:

Na literatura mais antiga, a dêixis foi descrita a partir de abordagens baseadas no sistema, dentro da linguística, como sofisticados conjuntos gramaticais de possibilidades em várias línguas. Depois, abordagens baseadas no uso têm focado em traços culturais, sociais e discursivos da dêixis como ela é realmente empregada por falantes em contextos e atividades específicas. Abordagens interacionais têm trabalhado com tais aspectos mostrando de que modo formas dêíticas são usadas como recursos incorporados na fala em interação, e como a seleção afinada e o uso da dêixis contribuem para a ação em andamento em que os participantes estão engajados.

Em sua caracterização da classificação **dêítica**, Martins (2019) considera as **dêixis pessoal, espacial e temporal** as mais subjetivas, ligadas à instância do eu-aqui-agora da enunciação. As demais dêixis caracterizadas pela autora são: **dêixis social, dêixis textual, dêixis memorial, dêixis fictiva** e a **dêixis modal**.

A **dêixis pessoal** instaura o eu/tu, ou seja, estabelece a relação comunicativa entre quem fala e quem escuta, sendo um elemento essencial na estrutura da enunciação. A **dêixis espacial** indica um lugar específico em relação a um ponto de referência dentro da enunciação. A **dêixis temporal** ancora-se no momento da fala do locutor pressupondo “o ‘agora’ do locutor” referindo-se ao “agora” do eu falante (Martins, 2019, p. 85).

A **dêixis social**, de acordo com Martins (2019), expressa as relações sociais entre os interlocutores, esse tipo de dêixis evidencia hierarquias, níveis de formalidade, respeito, intimidade e outros aspectos da interação social. A **dêixis textual**, conforme a autora, determina como o locutor organiza sua enunciação e constrói significado dentro da interação verbal. A **dêixis memorial** está relacionada à comunicação em memórias compartilhadas. Nesse caso, a *origo* não está apenas no tempo e espaço imediatos da fala, mas também em experiências passadas, lembranças coletivas e eventos anteriormente vividos.

A **dêixis fictiva** permite a criação de imagens mentais e exige uma negociação de sentidos entre os interlocutores, tornando-se essencial para a construção de discursos hipotéticos, lúdicos e narrativos. Por fim, temos **adêixis modal** que está relacionada à forma como os interlocutores utilizam elementos linguísticos para indicar **movimentos corporais, atitudes e sensações**, muitas vezes de maneira implícita e dependente do contexto situacional (Martins, 2019).

Dito isto, destacamos que procuramos verificar e descrever como as expressões referenciais são usadas no intuito de conscientizar o leitor perante o problema da violência escolar.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Tomando a perspectiva patêmica da argumentação que recorre ao *pathos*, buscando convencer seu auditório, é que procuramos refletir sobre a argumentatividade em textos que apelam às emoções do seu interlocutor. Nesse sentido, enfatizamos que o início do ano de 2023 foi um período em que as escolas

do nosso país se tornaram alvo de uma onda de ataques violentos que resultaram em mortes e ferimentos de alguns alunos e professores. Logo, uma situação delicada como essa requer uma mobilização que sensibilize a todos, no sentido de que população e autoridades se voltem para uma tomada de atitude que garanta a segurança dos alunos e dos professores dentro do ambiente escolar.

Logo, diante desse contexto preocupante e na tentativa de fazer algumas ponderações sobre a temática, ilustramos com a imagem publicada no artigo de opinião intitulado *Mobilização contra violência nas escolas é urgente*, pelo site “CotiaTodoDia”.

Cabe destacar que esse exemplo não é determinante para despertar emoções no interlocutor, mas, com certeza, há um forte apelo, verbal e não verbal, para suscitar sentimentos no interlocutor, conforme podemos observar na imagem a seguir.

Figura 3 - Violência nas escolas



Fonte: <https://cotiatododia.com.br/2023/03/29/mobilizacao-contraviolencia-nas-escolas-e-urgente/>.
Acesso em: 06 de jul. 2023.

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), é inadequado afirmar que a introdução referencial estará sempre na imagem que vem antes do texto verbal, e que o texto verbal será anáfora, ou vice-versa, uma vez que o processo de leitura em si é muito individual. Com isso, torna-se muito difícil dizer com certeza o que vem primeiro.

Assim sendo, supondo esses dois processos de leitura, considerando o processo de leitura em que o texto verbal venha antes da introdução imagética, nesse caso, toda a expressão "**VIOLÊNCIA nas ESCOLAS**" seria considerada uma **Introdução Referencial**, pois a expressão estaria sendo mencionada pela primeira vez no texto, sem precisar de explicações adicionais, pois a palavra "**VIOLÊNCIA**" em si pode ser referida a atos de agressão física, psicológica ou simbólica e "**nas ESCOLAS**" estabelece o local onde ocorre a violência, sem precisar de um contexto prévio. Cabe destacar que o uso estratégico dessa expressão e dos elementos visuais reforça a compreensão de que o contexto trata-se de atos de agressão física que ceifa vidas dentro das escolas, causando um impacto emocional imediato.

Ademais, a palavra **"VIOLÊNCIA"** destacada em branco em caixa alta, enfatiza o tema central da mensagem e a palavra **"ESCOLAS"** em vermelho em caixa alta reforça a seriedade do problema introduzindo a referência do espaço específico onde o problema ocorre, o ambiente escolar. Desse modo, o uso do **quadro negro** e **do giz** seria uma retomada **anafórica indireta** da palavra **"ESCOLAS"**, reforçando de forma explícita que se trata do ambiente escolar.

Agora, supondo que a introdução da imagem venha antes do texto verbal, nesse caso, temos que a parte imagética seria a **introdução referencial** e a palavra **"VIOLÊNCIA"** destacada em branco em caixa alta caracterizaria uma retomada **anafórica indireta** que retoma e nomeia o fenômeno abordado. A expressão **"nas ESCOLAS"** também seria uma **anáfora indireta** que retoma indiretamente a ideia de que a violência ocorre dentro do ambiente educacional, conectando os elementos semânticos do enunciado.

Ademais, independentemente de que a introdução da imagem venha antes do texto verbal, ou vice-versa, constatamos a presença da expressão referencial **dêitica espacial**, pois a palavra **"nas"** (contração de "em" + "as") indica um lugar específico: **"AS ESCOLAS"**. Esse termo aponta para um espaço determinado. Além disso, à medida que eu/enunciador busca comover o seu interlocutor, observamos também a presença da **dêixis pessoal** e pelo contexto em que foi realizada a publicação a presença da **dêixis temporal**.

Vale destacar que as operações languageiras, que constituem o texto, atribuem informações objetivas e subjetivas revelando o ponto de vista do enunciador em relação ao fato anunciado. Para tanto, eu/enunciador recorre a um texto de multimodalidade revelado pela combinação da imagem com o texto e as cores. Começando pelo **quadro-negro**, literalmente "negro" na **cor preta**, propositadamente, atribuindo ao leitor uma carga semântica negativa sobre a atual situação a qual a sociedade brasileira passa, levando o interlocutor a refletir sobre as circunstâncias, pois a **cor preta** remete ao luto dentro do ambiente escolar.

Dois elementos são colocados em oposição: **paz** e **violência**. Essa é uma interpretação inferida ligeiramente pela presença do giz nas cores: **branca, preta e vermelha**, pois, comumente, dentre essas cores de giz apresentadas, somente a **cor branca** é encontrada em sala de aula, as outras duas cores foram colocadas para contemplar o contexto enunciativo e assim reforçar a ideia transmitida sobre o que está se passando dentro do ambiente escolar, mostrando que a tarefa pedida no **quadro-negro**, nesse momento, não está voltada para nenhuma questão de conteúdo didático, mas sim de clamor por **paz**.

O clamor mencionado anteriormente é reforçado pela mão na **cor branca** emergindo por entre o **sangue derramado** (vermelho). O substantivo abstrato **violência** apresenta-se na **cor branca** marcando mais uma vez o pedido de **paz**, contrapondo-se ao próprio substantivo **violência** que automaticamente relacionamos à dor. Além disso, chama atenção o substantivo comum **escola** (lugar que teoricamente seria um lugar de paz) na **cor vermelha** que, entre outros significados, representa raiva, agressão, perigo, sangue, guerra, **violência**, ou seja, tudo o que teoricamente não caberia no ambiente escolar.

A Figura 3 tem por objetivo sensibilizar o leitor recorrendo ao *pathos* por meio de recursos que favorecem a evocação de um sentimento, em uma situação vivenciada que está sendo anunciada, o **luto** e o **sangue derramado** nas escolas brasileiras. As cores auxiliam as expressões referenciais e o imagético contidos na estrutura do texto supracitado funcionando como estratégias que possibilitam uma construção argumentativa patêmica que impulsiona o apelo às emoções do interlocutor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa reafirma a relevância da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) ao demonstrar que todo texto/discurso é constitutivamente argumentativo, e sempre manifesto por uma modalidade, neste caso, a patêmica que busca sensibilizar, apelar a comunidade para uma tomada de consciência em torno da violência escolar.

O estudo revelou que as modalidades argumentativas frequentemente coexistem, complementando-se para atender aos propósitos retóricos do discurso. Exemplos de campanhas educativas e apelos humanitários demonstraram como a modalidade patêmica pode ser eficaz na sensibilização do público, promovendo reflexões e engajamento para a construção de soluções.

A análise confirmou ainda que a modalidade patêmica construída pelas expressões referenciais têm potencial de impactar emocionalmente o interlocutor, evidenciando a interação indissociável entre razão e emoção no discurso patêmico. Ademais, a análise do texto-imagem demonstrou que a multimodalidade pode estar presente em todo texto/discurso, que auxilia o uso de uma linguagem visual, verbal e uso de cores que criam um impacto visual que dialoga com o texto no intuito de impactar emocionalmente o leitor, provocando reflexão e conscientização sobre a violência nas escolas.

Nesse sentido, este trabalho contribui para ampliar o entendimento da argumentação como um processo contínuo que abrange aspectos racionais e emocionais. Reforça também a necessidade de práticas discursivas éticas, voltadas para a conscientização e transformação social. A combinação entre *pathos* e *logos*, quando utilizada de forma estratégica, oferece uma ferramenta poderosa para lidar com problemáticas contemporâneas, como a violência nas escolas, despertando a empatia e o senso de responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no discurso**. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M.S.Corrêa...[et al.]. - 1.ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018. 288 p.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação de tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; Tradução: Rosalice Botelho, Walkim Souza Pinto ... [et al.]. - São Paulo: Contexto, 2017. 224 p.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus**, n.1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4864523/mod_resource/content/1/Amony%20R.%20Argumenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20An%C3%A1lise%20do%20discurso%20perspectivas%20teorias%20e%20recortes%20disciplinares.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. (Universidade de Tel-Aviv). In: **Análise do discurso hoje**, volume 1 / Glaucia Muniz Proença Lara, Ida Lucia Machado, Wander Emediato (organizadores). - Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008. - (Lucerna; 2). 231-254p.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões** / Aristóteles; prefácio Michel Meyer; introdução, notas e tradução do grego Isis Borges B. da Fonseca. - São Paulo: Martins Fontes, 2011. - (Clássicos). 128p.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014. 170p.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012. 176p.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2002. 176p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: **Atlas**, 2017. 333p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

MARTINS, Mayara Arruda. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42634>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: **Referenciação** / organizadoras Mônica Magalhães Cavalcante, Bernardete Biasi Rodrigues, Alena Ciula. - 1. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022. - (Coleção Clássicos da Linguística). p. 17-52.

MONDADA, Lorenza. Interação social. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Mayara Arruda Martins e Hélio Leonam Barroso Silva. In: **Texto, Discurso e Argumentação**: traduções / Organizadoras: Mônica Magalhães Cavalcante e Mariza Brito. - 1. ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 187-218.

OLIVEIRA, Rafael Lima de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SILVEIRA, Geana Barbosa da. **O apelo ao pathos em textos e a modalidade argumentativa patêmica**. Revista Investigações, Recife, v. 33, Nº especial, Texto: gêneros, interação e argumentação - III Workshop de Linguística Textual, p. 7 - 26, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 680p.

SEÇÃO 03:

O TEXTO LITERÁRIO EM SUAS MATERIALIDADES

ENDEREÇAMENTO LÍRICO E INVOCÇÃO EM AS *MARINHAS* DE NEIDE ARCHANJO

Gabriela de Santana Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Neide Archanjo nasceu em São Paulo, em 1940, e radicou-se no Rio de Janeiro onde faleceu em 2022. Ela estreou na cena literária nacional nos anos 60, tendo sido uma importante representante dessa geração. Poeta, advogada, psicóloga, foi também ativista cultural, criou e participou de movimentos como a "poesia na praça", "varais" de poesia, espetáculos e festivais, além de ter implantado a Oficina Literária da Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo. Ao longo dos mais de quarenta anos dedicados à poesia, publicou diversos livros e ganhou prêmios importantes¹, tendo a sua obra reunida, em 2004, sob o título *Todas as Horas e Antes*, pela editora A girafa.

Ao percorrer o conjunto da obra da poeta, percebemos um movimento de abertura que vai sendo construído por diferentes caminhos. Desde seu primeiro livro, Neide Archanjo põe sua palavra em diálogo, o que radicaliza tanto no livro *Quixote, tango e foxtrote* (1975), onde o sujeito poético dialoga ora com o Quixote, ora com Sancho, bem como no exercício de ir, literalmente, ao encontro do leitor/ouvinte em praças e teatros por ocasião da publicação de *Poesia na praça* (1970). Esses e outros gestos de abertura evidenciam o desejo da autora de manter aberto o canal de comunicação com o público e possibilitam a transitividade do texto, o que configura essa poesia como endereçada.

Tal deslocamento, convém destacar, não se dá somente como uma força centrífuga, mas também como força centrípeta pois, assim como vai ao encontro do outro, também solicita a sua presença, inserindo-o no poema. Na escrita de Archanjo, esse outro que é interpelado pode ser um personagem real ou fictício - como no caso do Quixote que citamos há pouco - consiste também em uma figura indeterminada, que surge ocultada por apelidos ou representada por formas pronominais, tantos aquelas que sinalizam mais diretamente as situações de alocação, como o tu, o você, ou até o nós, quanto pela terceira pessoa que, de maneira mais oblíqua, também mobiliza o outro.

Para pensar o endereçamento na dicção de Neide Archanjo, é necessário atentar-se às várias estratégias que ela aciona. Neste trabalho, nos concentraremos na complexa presentidade suscitada por meio *invocatio* em *As marinhas*, poema épico-lírico publicado em 1984 e reeditado em 2001 e em 2014. Através da leitura analítica-interpretativa do poema, examinaremos os procedimentos que colocam

¹ Em 1980 e em 2000 recebeu da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) o prêmio de melhor poeta. Em 2005, com o livro "*Todas as horas e antes*", recebeu o Prêmio Jabuti de Poesia (2º lugar) e o Prêmio de Poesia da Academia Brasileira de Letras, dentre outros.

essa palavra poética em trânsito, a fim de compreender os sentidos por eles construídos, suas implicações éticas e estéticas e os desdobramentos desses movimentos sobre a configuração da subjetividade dessa lírica.

2 O ENDEREÇAMENTO LÍRICO

Partindo da pergunta “A quem se dirige a poesia?”, Giorgio Agamben (2018, p. 611) assinala que é fundamental entender o destinatário do poema como, antes de mais nada, uma *exigência*. Em vista disso, esse destinatário não se restringiria a uma pessoa real, uma vez que “o objeto da exigência não é nem necessário nem contingente, não é possível nem impossível”. Essa proposição conduz a duas conclusões: 1) todo “poema exige ser lido”; 2) a posição do destinatário é extremamente elástica (Agamben, 2018, p. 611). De início, a primeira conclusão parece um tanto óbvia, enquanto a segunda oferece algumas complicações, na medida em que apresenta o destinatário a partir de uma desconcertante indeterminação. Essas duas noções se revelam fecundas pela possibilidade de desdobramentos que oferecem. Ao destacar uma exigência de ser lido, Agamben está falando de algo que é inerente ao texto poético, a saber, o ato de dirigir-se a uma instância fora dele. Esse movimento diz respeito ao endereçamento lírico, um tema que vem ganhando relevo nos estudos literários e que permite a abordagem do texto poético por um viés que se articula com questões importantes como o estatuto do sujeito lírico, a relação entre literatura e público, entre outras. Em relação ao tratamento que Agamben dá ao destinatário do poema, não seria demais inferir que, assim como o destinatário é plural e elástico, em sentido análogo, as formas de endereçamento também o são.

Em torno das reflexões sobre endereçamento está implicada a problemática da voz, o que tem sido um elemento fundamental das reflexões literárias, especialmente, no âmbito da lírica. Retrocedendo aos gregos, vemos que na *República*, Platão (2014, p. 107- 110) define os gêneros literários, distinguindo-os pelos modos de enunciação. A epopeia mescla o discurso direto (falas dos personagens) e o indireto (partes narrativas), enquanto no drama, só os personagens falam, sem a figura de um narrador. Platão salienta que existe uma terceira modalidade de composição onde quem fala é o poeta, esse é o ditirambo², forma que mais se aproximaria do que, posteriormente, passamos a chamar de gênero lírico. Aqui é fácil perceber que a ênfase recai em *quem fala*. Considerando a abordagem clássica sobre os gêneros, Jonathan Culler (1999, p. 75) propõe uma nova forma diferenciá-los, que enfoque “a relação do falante com o público”:

² Os estudiosos não são unânimes quanto a uma definição para ditirambo. Aventa-se, porém que, na Antiguidade, o ditirambo fosse um canto coral que, em tom entusiástico, faria parte dos ritos de louvor a Dioniso. Com o passar do tempo, esse gênero teria evoluído e passado a acolher outros mitos e motivos profanos, assemelhando a um tipo de mélica.

Na épica, há a recitação oral: um poeta que confronta diretamente o público ouvinte. No drama, o autor está oculto do público e os personagens no palco falam. Na lírica – o caso mais complicado – o poeta, ao cantar ou entoar, dá as costas aos ouvintes, por assim dizer, e “finge estar falando consigo mesmo ou com outra pessoa: um espírito da Natureza, uma Musa, um amigo pessoal, um amante, um deus, uma abstração personificada, ou um objeto natural” (Culler, 1999, p. 75).

A partir da leitura do excerto, observamos que, em oposição à épica e ao drama, em uma primeira apreensão, o texto poético parece dar totalmente as costas à audiência, constituindo-se, nessa perspectiva, como um discurso fechado em si mesmo. No entanto, Culler evidencia a feição dialógica da lírica ao insistir que o poeta está sempre fingindo falar com alguém. Nesse ponto, não é demais retomar a proposição de Agamben: o destinatário do poema não é uma possibilidade e sim uma exigência.

Culler (1999, p. 79) acentua que, ao jogar com o circuito da comunicação, mesmo quando se dirige ao que não é um ouvinte (o vento ou um animal, por exemplo), “a voz chama a fim de estar chamando. Chama a fim de dramatizar a voz”. É bem verdade que, a esse respeito, o autor argumenta que a apóstrofe serviria para que o poeta se afirmasse como um visionário ou um artista sublime, isto é, alguém capaz de fazer com que até os ventos obedecessem ao seu comando (Culler, 1999, p. 78-79). Cumpre ressaltar que o tom grandiloquente que reveste o poeta e o poema de uma aura de excepcionalidade soa-nos, hoje, como algo bastante fora de lugar, uma vez que parece indicar uma prática que busca um esteticismo acrítico e alienado do enfrentamento da contemporaneidade. Os debates atuais sobre o endereçamento lírico, assim como a postura que aqui adotamos, não o colocam na perspectiva da sublimação, se considerarmos, por exemplo, o sublime de Kant (2008) que coloca o objeto artístico em uma posição elevada, afastada, de grande superioridade em relação à esfera humana, e que, por isso mesmo, causa assombro e profunda admiração. Em sentido oposto, o endereçamento, conforme o pensamos, estabelece a aproximação, visto que aponta para um exercício de travessia rumo ao outro.

Como vimos, Jonathan Culler aborda a lírica pelo viés da relação com o público. Por sua vez, T. S. Eliot, no ensaio *As três vozes da poesia*, investiga a natureza da voz poética, articulando também a dimensão comunicativa do texto e a questão dos gêneros, mas estipula que:

A primeira voz é a voz do poeta falando para si mesmo, ou sozinho. A segunda é a voz do poeta dirigindo-se a um auditório, quer seja este grande ou pequeno. A terceira é a voz do poeta quando tenta criar um personagem teatral que fala em verso [...] A distinção entre a primeira e a segunda vozes, entre o poeta que fala para si mesmo e o poeta que fala para outras pessoas, ressalta o problema da comunicação poética (Eliot, 1972, p. 129).

Nesses termos, a primeira categoria consiste em uma voz ensimesmada, que fala para si ou para ninguém e corresponde àquela da poesia lírica, gênero que exprime os “sentimentos e pensamentos do poeta” (Eliot, 1972, p. 140). Ao ajuizar

que nos poemas líricos não há um propósito de se comunicar com outra pessoa, o ensaísta volta o olhar para a gênese do processo de criação. Por esse ângulo, Eliot (1972, p. 142) argumenta que a preocupação do poeta é exprimir em verso algo como um impulso obscuro. Dizendo de outra forma, o ato de fazer o poema serviria para expurgar um demônio (como Eliot traduz essa pulsão) que teria enfeitiçado o autor. É difícil não associar essa ideia ao princípio da inspiração poética, segundo o qual o poeta é tomado por uma força exógena que move sua escrita. Vale notar que embora Eliot enfatize que as três vozes, com frequência, se mesclam, ele apresenta uma visão bastante limitadora em relação à poesia lírica. A insistência em falar de uma voz que não se dirige a ninguém nos levaria a pensar que o ponto de vista de Eliot iria de encontro ao pensamento de Agamben, para quem a existência de um destinatário dos poemas é incontornável, porém, as coisas não são tão simples assim. Isso porque Eliot (1972, p. 144) faz uma ressalva interessante: mesmo que, a princípio, o poeta não tenha se preocupado com a audiência, a “entrega final, por assim dizer, ao grande público desconhecido [...] parece-me a consumação do processo iniciado na solidão e sem a ideia de público”. No final, vemos que a concepção puramente solipsista da poesia lírica não se sustenta, pois, o poeta não escreve só para si, ele anseia pelo leitor e “gostará de saber” o que seu poema “tem a dizer às demais pessoas” (Eliot, 1972, p. 144).

Conforme demonstramos, a preocupação com o público, em alguma medida, sempre se fez presente na crítica de poesia, mesmo que de forma mais ou menos consciente. Podemos dizer algo semelhante sobre a própria poesia, que desde seus albores já manifestava formas de destinação. À guisa de ilustração, retornemos uma vez mais aos gregos. Giuliana Ragusa (2013, p. 20) fala que os temas abarcados na mélica monódica³ “são colocados em direta relação com a voz poética geralmente em 1ª pessoa do singular - a *persona* -, que, nas canções, e de resto na poesia grega antiga como um todo, sempre se endereça a alguém – um ‘tu’ ou ‘vós’”. De fato, manifestações de poesia endereçada podem ser encontradas na mélica grega, nas odes de Horácio, nos *carmina* de Catulo, nas formas dialogadas das cantigas trovadorescas, enfim, os exemplos são numerosos.

Os autores do verbete “Endereçamento”, inserido no *Indiccionário do contemporâneo*, explicam que a reatualização da discussão em torno do endereçamento extrapola o exame sobre a “presença do pronome em segunda pessoa na retórica da correspondência e da conversação”, e passa a investigar a voz poetante, estando, portanto, ligada “a uma problemática mais ampla sobre o lugar da ‘sinceridade’, da ‘intimidade’, da ‘experiência pessoal’, isto é, sobre a enunciação na poesia desde a modernidade” (Pedrosa et al, 2018, p. 98-99). Destarte, o foco da investigação não se concentra apenas no destinatário, ou no leitor, mas se volta para esse “eu” que ao falar, insistentemente, busca o outro.

³ A mélica era um tipo de poesia cantada com acompanhamento musical. As composições podiam ser corais (em coro) ou monódicas (cantadas em solo).

Nota-se também que o debate atual sobre a poesia endereçada é atravessado pelas discussões sobre a linguagem e a experiência, além de trazer à tona uma preocupação que ocupa não somente o campo das artes, mas também o pensamento filosófico, e diz respeito ao aspecto relacional, comunitário e aos modos de viver juntos. (Pedrosa et al, 2018, p. 101).

A noção de endereçamento lírico não conta com uma teoria pronta, “ainda que a referência ao termo evoque figuras tradicionais da poesia, como a apóstrofe e a invocação” (Siscar, 2023, p. 12). No cenário brasileiro, o interesse pelo tema ganhou força a partir de leituras da poesia de Ana Cristina Cesar que investigam a prática da conversação e da correspondência. A propósito da escrita da poeta carioca, em seu conhecido ensaio *Singular e anônimo*, Silviano Santiago (1986, p. 95) contradiz o pressuposto da “intransitividade” da palavra poética conforme postulado por Roman Jakobson e pelo Formalismo Russo, e defende que “a linguagem poética existe em estado de contínua travessia para o outro”, demonstrando como essa travessia acontece em um jogo ambivalente de ternura e desafio. Extrapolando os estudos sobre a poesia de Ana Cristina Cesar, percebemos, hoje, na investigação sobre a poesia endereçada, o interesse no modo que se dá a relação do eu com o outro e no gesto de ir ao encontro:

Trata-se, então, de pensar o endereçamento como algo que produz no texto um movimento, um deslocamento, através de uma conversação ou de uma correspondência em aberto, uma palavra em trânsito, poderíamos dizer, que não tem um destino certo, um remetente certo, um leitor, o leitor, mas trabalha, segundo a sugestão de Siscar, com a estratégia de irritação e sedução do leitor, constituindo-se e modulando-se nesse encontro, como ocorre na escrita de cartas (Pedrosa et al, 2018, p. 104).

No ensaio *Poesia, crítica e endereçamento*, Celia Pedrosa (2014, p. 71) também atesta que os estudos recentes sobre o endereçamento não têm se detido, apenas, “no vínculo entre essa marca discursiva e a relação com o destinatário e leitor, preferindo enfatizar de outros modos seus efeitos sobre a performatização pluralizada da subjetividade lírica.”

Indo na mesma direção que Agamben (2018, p. 611), para quem o destinatário do poema é uma exigência, o que por sua vez “é simplesmente algo além de toda necessidade e de toda possibilidade”, Celia Pedrosa (2014, p. 70) enfatiza que, apesar desses destinatários às vezes surgirem nomeados, na maior parte das situações, eles são “insistentemente indeterminados”, chegando mesmo a se confundirem “seja com o próprio sujeito da enunciação, seja com um leitor desconhecido”. Pedrosa (2014, p. 70) demonstra que essas incertezas acerca dos interlocutores, analogamente, se mesclam com a distensão identitária do eu, o que permite associar a abordagem sobre o endereçamento “tanto às problematizações da subjetividade, quanto às transformações na relação entre literatura e público, ambas características da modernidade”, pois:

O investimento na primeira pessoa endereçada pode ser compreendido então como modo paradoxal de a poesia solicitar e colocar em crise a

lógica da copresença e da identidade que preside a comunicação linguística; e também a transitividade do eu ao outro, do individual ao coletivo, do singular ao comum, bem como o sentido de cada uma dessas instâncias e categorias (Pedrosa, 2014, p. 70).

A partir desses apontamentos, notamos que a investigação sobre o endereçamento na atualidade mobiliza questões importantes como os movimentos de abertura e aproximação que surgem das complexas relações encetadas por uma subjetividade em franca instabilidade. Tudo isso, ao ser tecido na linguagem poética, desvela matizes estéticas, bem como políticas e sociais.

3 LEVO -TE COMIGO PARA O MAR

As marinhas, poema épico-lírico, publicado em 1984 e reeditado em 2001 e em 2014, é dividido em quatro longos cantos e obedecendo ao esquema clássico de uma epopeia, comporta *propositio*, *invocatio* e *narratio*. Na proposição, apresenta o mar como elemento central: “Canto o mar” (Archanjo, 1984, p. 27). Em vista disso, Rafael Quevedo (2020) propõe uma leitura do poema a partir do cotejo com o arcabouço simbólico do tema náutico e da metáfora marinha, visando investigar como se dá uma reconfiguração feminina desse *topos*. No estudo, que explora a releitura da metáfora marinha na poesia de cinco autoras contemporâneas (Ana Cristina Cesar, Orides Fontela, Neide Archanjo, Hilda Hilst e Maria Lúcia dal Farra), Quevedo (2020, p. 326) chega a uma conclusão que interessa para a nossa discussão: as mulheres tecem em seus textos “um entrecruzamento de subjetividades”, o que não se percebe na abordagem tradicional e masculina desse *topos*:

A metáfora náutica apresenta-se, nesse e nos demais poemas, fincada numa intersubjetividade radical entre o eu poético e o outro, ao passo que nos exemplos estocados pela tradição nota-se uma tendência ao apagamento do outro. Expliquemos. No comentário à citação extraída d’**O livro dos símbolos**, procuramos assinalar a ideia de relação de poder que a metáfora náutica carrega consigo em grande parte das suas formulações. A figura do timoneiro, em suas diversas manifestações [...] representa aquele que capitaneia a nau e, ainda que ela dependa da “cooperação das partes” (MARTIN, 2012, p. 452), quase sempre é a força do “capitão” que prevalece sobre as demais (as paixões da alma, os entraves da criação literária, os obstáculos da aventura etc.) (Quevedo, 2020, p. 322-323).

Quevedo (2020) assevera que a escrita dessas mulheres, em sentido diverso, revela uma ênfase no trânsito entre o eu poético e o outro. Nesse ponto, convém assinalar que o recorte de *As marinhas* que Quevedo analisa possui um forte teor metapoético, e é por esse viés que ele interpreta o uso da metáfora, motivo pelo qual não destaca no poema de Archanjo a dialética eu-tu, como faz no caso das outras mulheres estudadas. Por sua vez, em sua apreciação do livro, Christina Ramalho (2003, p. 223) investiga a intenção épica do poema e salienta que a viagem oceânica propicia a relação do eu com o mundo, argumentando que “Neide Archanjo faz da experiência marítima um jogo de espelhos, no qual o eu abstrai-se

de si próprio para vivenciar o outro até a chegada ao porto seguro da terra, quando a identidade é retomada numa nova perspectiva: a da consciência da incompletude”.

De fato, em *As marinhas* é fácil perceber a presença de uma “imensa legião não-apaziguada” através da qual o eu lírico-narrador se pluraliza (Archanjo, 1984, p. 67). Aqui, a noção de endereçamento ganha relevo por meio do recurso da invocação poética. Como já dissemos, a *invocatio* constitui um dos elementos estruturais das epopeias clássicas que Neide Archanjo inclui em seu texto, porém, o faz de maneira a promover rasuras no modelo tradicional dessa figura retórica, o que, além de revelar opções estéticas, introduz uma questão ética, conforme veremos adiante. Ao comentar que *As marinhas* “procura recuperar o épico em formas novas, despido dos vezos estilísticos e formais das epopeias antigas”, José Carlos Barcellos (1994, p. 161) nos dá pistas sobre a natureza desviante dessa obra, que tem o mar como motor, de onde afloram tanto a consciência da história despida de artificiosos heroísmos, quanto a dimensão comunitária, base da relação do eu com o mundo.

Na concepção grega, a invocação está ligada à noção de canto inspirado e consiste no chamamento de deidades com o intento de pedir auxílio na feitura do poema. Em trechos particularmente difíceis ou importantes, quando sente que lhe faltam as forças ou como forma de legitimar sua missão, o poeta precisa “da *invocatio* porque tem de pedir o ‘dom divino’ às ‘substâncias superiores’” (Curtius, 2013, p. 301). Christina Ramalho sublinha que na Modernidade:

O tom de uma invocação pode remontar à mera artificialidade de um recurso retórico propositalmente inserido para tornar a obra compatível com um pressuposto “modelo épico” como pode trazer o sentido da deprecação (súplica a alguém), do comando, da cominação (imprecação, ameaça), da apóstrofe (interpelação direcionada a alguém), da evocação (que apela para a memória ou para o sobrenatural), da convocação, da exaltação, da submissão, da fragilidade, etc. [...] Muitas vezes, principalmente nas epopeias mais modernas, é visível a importância do chamamento no sentido de provocar, por exemplo, a aderência do invocado a intenção do texto, criando uma espécie de “cumplicidade” épica (Ramalho, 2013, p. 375).

Encontramos em *As marinhas* a ocorrência de, pelo menos, três momentos de interpelação. Christina Ramalho (2003;2013) comenta um deles, aquele que considera a invocação mais explícita e que se assemelha mais de perto ao modelo clássico. Ei-la:

A nostalgia com que vos contemplo
terra minha é imensa,
debruçada que estou
aqui onde a terra se acaba
e o mar começa
neste cabo avançado
cheio de uivos e tantos ventos
roca de gemidos
e ainda assim silêncios

lúmen breu trevas
em que invoco
a Senhora destes Continentes
pois me faço ao largo
onde Deus está perenemente só.

Senhora Conceição
Senhora dos Navegantes
ouvi meu apelo enclausurado
em torno destas dunas
e fazei cantar o coro de Oxum
vossas sereias
mágico lamento a me espinhar
sob a oferenda que espalhei
saudando as estrelas-guias
as ondinas e os indaiás
os calungas e os tarimás
enfunada procissão que abre agora
esta estrada de mar.
Oh, bela Uiara,
vem coberta de esperança
que preciso contornar o labirinto
e entrar no vosso reino
rosácea azul brilhante
onde há centenas de milhões de anos
fez-se a vida
onde sentada em seu mistério
a eterna mãe me espera
marinha água cintilante (Archanjo, 1984, p. 60-61)

Os versos “*aqui onde a terra se acaba / e o mar começa*”, extraídos de *Os Lusíadas*, situam o lugar de onde o eu lírico-narrador fala: a costa portuguesa. De lá, esse eu divisa o Brasil que deseja ardentemente cantar. É nesse momento, em que a matéria do poema passa a ser o Brasil, que a primeira invocação ganha lugar. Consideramos que Neide adere, em parte, ao modelo clássico na medida em que as destinatárias da invocação estão ligadas ao universo da sagrado, contudo, é significativo que as entidades sejam todas femininas, ligadas às águas e que façam parte da religiosidade brasileira. O aspecto sincrético-cristão dessa invocação - que apela a Nossa Senhora da Conceição dos Navegantes, associada a Oxum nas religiões de matriz africana, a quem o eu lírico-narrador também convoca com seu séquito de sereias, e, por fim, a Uiara, conhecida como Mãe-d'água, criatura híbrida da mitologia indígena – denota um desejo de abarcar a diversidade cultural que forma o povo brasileiro.

A inspiração para o canto associada a figuras míticas de três origens - cristã, afro-brasileira e indígena -, somada ao fato de que essa interpelação entrelaça elementos de universos referenciais distintos sem o jugo do juízo valor que discrimina e hierarquiza as manifestações religiosas e os grupos sociais a elas vinculados, demonstra, nessas escolhas um gesto político. Ademais, notamos que esse chamamento, além da evocação da ancestralidade, estabelece também um regime de alteridade, o que se percebe mais claramente no trecho abaixo:

Ah, mundo inicial a que assisto

desta esquina do planeta
eu, selvagem, mulher silvestre
manuelinamente descoberta
no painel da primeira missa
rezada por um franciscano
no ilhéu da Coroa Vermelha
em Porto Seguro
Bahia- Brasil
no dia vinte e seis de abril
dos anos de mil e quinhentos
da idade de Pentecostes. (Archanjo, 1984, p. 71)

Na autoidentificação “eu, selvagem, mulher silvestre”, ocorre uma espécie de dobra no tempo na qual um eu poético feminino do século XX se funde às mulheres que habitavam o país em pleno século XV. Estamos diante de um sujeito que retrata uma cena, assiste a ela e, paradoxalmente, se insere nela, confundindo (ou fundindo) sujeito lírico e personagem. Ao investigar as influências da alteridade sobre a subjetividade lírica, Michel Collot (2013) fala do estado “fora-de-si” que implica, a um só tempo, possessão e privação, isto é, ao ser possuído, o sujeito perde o controle de si mesmo. Isso é o que testemunhamos aqui, quando o sujeito do poema cede lugar à “mulher selvagem”. Configura-se, dessa forma, um movimento em dupla direção. De um lado, temos um sujeito que sai de si, em direção a um fora que é espacial - lembramos que o lugar de onde fala (“desta esquina do planeta”) é Portugal, enquanto a cena se passa no Brasil - e temporal – do presente para o passado. Por outro lado, vemos um deslocamento para dentro, ou seja, que presentifica essa “mulher selvagem e silvestre”.

Ao tratar da apóstrofe, figura retórica muito utilizada nas invocações, José Luiz Fiorin comenta como esse recurso traz à cena enunciativa o duplo perto e longe, pois para que haja a apóstrofe é preciso, em primeiro lugar, que haja um distanciamento do interlocutor em relação à situação da enunciação. Fiorin (2022, p. 57) explica que a ação de interpelar “implica uma presentidade criada pelo discurso”. É essa presentidade que permite que o eu do poema seja “possuído” por essa outra mulher. É significativo que a aproximação anacrônica dessas realidades tenha sido, em alguma medida, desencadeada pela convocação que teve início na invocação poética. Vemos, assim, que essa primeira invocação funciona muito mais que um artifício retórico, inserido simplesmente para complementar as partes estruturais de uma epopeia.

Ao lançar um olhar sobre *As marinhas*, observamos que, na dimensão temporal, fragmentos do passado e do presente se articulam, enquanto no plano espacial, notamos que, apesar de a aventura épica-lírica atravessar vários territórios, Portugal e Brasil são os destinos principais desse itinerário. Outro dado digno de menção é o fato de que, sem apresentar um percurso heroico nos moldes antigos, a obra afigura-se, em várias passagens, a uma viagem em busca de conhecimento pessoal e coletivo. Sobre isso, Neide Archanjo (1987, p. 8) comenta que o livro consistiria em “uma odisseia interior do ser contemporâneo à procura de

sua Ítaca”. Em outro depoimento⁴, evocando Lacan, para quem a análise é uma espécie de epopeia, a autora confirma que *As marinhas* se trata de “uma viagem em que como turista aprendiz procurei me aprofundar no saber quem eu sou”, revelando que o motor inicial poema foi esse desejo de autodescobrimento, cuja realização (ou tentativa) só é viável através da reflexão sobre seu país e sua cultura.

Com isso em mente, consideramos que a invocação e seus desdobramentos sobre a subjetividade lírica demonstram como esse eu se relaciona eticamente com o mundo.

Como dissemos anteriormente, *As marinhas* apresenta mais dois momentos de invocação, cada um com seu propósito. Nesse ponto, as considerações de Christina Ramalho sobre a invocação épica e seus conteúdos nos auxiliarão. Ramalho (2013, p. 377) observa que o conteúdo da invocação pode ser tanto metatextual, quando o foco consiste no fazer poético, quanto convocatório quando

faz um chamamento aberto à participação dos(as) destinatários(as) ou dos(as) ouvintes na matéria-épica, constituindo um efeito retórico que tanto busca aproximar o poema que se escreve do leitor coletivo ao qual se destina como, muitas vezes, chamar um ou mais destinatários a serem coautores simbólicos do que se escreve (Ramalho, 2013, p. 377).

Com base nesses apontamentos, diríamos que a segunda invocação do poema é metatextual. Nela, o eu lírico-narrador invoca o Sol como guia:

Sol
rota que persigo
dá-me a tua luz
nesta viagem
e afasta qualquer venda
que torne opaco
o bosque destas sílabas.
[...]
E mais permita-me sol
que preciso de artes
daquelas de marear
eu
mareante inexplicada
ínsula tantas vezes sucumbida
debaixo de símbolos recentes
hiato entre vozes viajantes
nascidas de escuridões medonhas
que não queria ver
que não queria ver
pois a descida é funda
e a dor tamanha
que só posso aspirar
à emersão e à superfície. (Archanjo, 1984, p. 68-69)

Ao dirigir-se ao sol, um elemento inanimado, o sujeito pede: “dá-me tua luz”. Para não se perder em meio ao “bosque destas sílabas”, esse apelo por iluminação

⁴ Depoimento contido no espólio da autora, ao qual tivemos acesso no decorrer da pesquisa.

parece indicar a opção por um fazer pautado na lucidez. Contudo, como atesta Quevedo (2020, p. 320; 324), a noção da criação como um trabalho consciente não se sustenta e vai “por água abaixo”, pois no jogo entre fundo e superfície marinhas, a lógica cartesiana apenas “arranha a borda das funduras”, onde essa subjetividade se vê: “metida nesses abismos” (Archanjo, 1984, p. 38). É certo que ao expor a tensão entre fundo e superfície e, assim, colocar em xeque o papel da razão como (único) agente regulador do processo criativo, a situação dessa interpelação está tematizando a composição poética, porém, é possível observar que essa invocação extrapola a reflexão metapoética, na medida em que coloca no centro da discussão um eu que parece estar em descompasso, assim como o próprio poema. Explicamos. Se o fazer do poema está na encruzilhada entre a luz do sol e a escuridão e os mistérios das profundezas oceânicas, entre o que se deseja e o que efetivamente se faz, de maneira semelhante, o eu dessa escrita vê frustrada sua vontade de mear a embarcação, ou seja, controlar os rumos do poema e, por extensão, da própria vida e de si mesmo. Mesmo que não se destine a uma pessoa (ou a pessoas), essa invocação poética permite um olhar sobre a questão da subjetividade lírica, uma vez que traz à tona um eu em trânsito e inconsistente (“mareante inexplicada”) que, apesar de tentar resistir (“não queria ver”), é, irremediavelmente, atravessado por outras vozes viajantes.

Considerando a classificação estabelecida por Christina Ramalho sobre o conteúdo da invocação, diríamos que a terceira interpelação de *As marinhas* tem um caráter convocatório. Passemos a ela:

Ó vultos e espectros
desta tarde flagelada
copulai comigo.
Entre lençóis íntimos e sudários
beijai meu corpo longamente
que tenho a solidão
de alguém perdido
emigrado para dentro
vós que sois
história e pensamento
antecedentes do poeta e do poema
retrato agora devolvido
estrela que desova. (Archanjo, 1984, p. 73-74)

Aqui, o “Ó” apóstrófico introduz a interpelação às muitas figuras que vão sendo rememoradas ao longo do poema, desde personagens históricos envolvidos na expansão ultramarina portuguesa, assim como personagens literários e míticos, poetas, frotas de humanos desconhecidos que desbravaram territórios, a povos nativos e povos feitos cativos, todos são convocados “a serem coautores simbólicos do que se escreve” (Ramalho, 2013, p. 377). E mais, a súplica “copulai comigo” sugere uma radicalização da comunhão do sujeito lírico-narrador a essa multiplicidade de outros, com quem procura se fundir. A contradição presente no verso “emigrado para dentro” - a lógica diz que o emigrado é aquele que saiu de seu lugar de origem, em um deslocamento para fora e não para dentro - nos mostra

que o vínculo da subjetividade com a alteridade é a regra e não a exceção. Ademais, a cópula diz respeito a uma união de corpos, o que aponta para o domínio da carne. Isso nos ensina a aproximação, mais uma vez, com o pensamento de Michel Collot (2013), que partindo das observações de Merleau-Ponty, analisa como as relações do sujeito lírico em suas experiências de pertencimento ao outro, ao mundo e à linguagem fazem dele um corpo estranho:

A noção de *carne*, elaborada por Merleau-Ponty, permite pensar, ao mesmo tempo, o pertencimento ao mundo, ao outro, à linguagem, não no modo da exterioridade, mas em uma **relação de inclusão recíproca**. É pelo corpo que o sujeito se comunica com a carne do mundo, que ele abrange pelo olhar e pela qual é envolvido. Ele lhe abre um horizonte que o engloba e o ultrapassa [...] Corpo próprio e, contudo, impróprio, que participa de uma intercorporeidade complexa, fundamento da intersubjetividade que se manifesta na palavra. Ora, este é, para Merleau-Ponty, um gesto do corpo (Collot, 2013, p. 223, grifo nosso).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao pensamento de Collot, observamos que as três invocações de *As marinhas*, mesmo que por diferentes caminhos, ou seja, até quando o conteúdo do apelo parece orbitar somente no plano metatextual, funcionam como mecanismos de abertura a uma identidade plural e como sintoma de uma voz que quer abarcar e é abarcada pela diversidade do mundo. Na escrita de Neide Archanjo, inexistente a pretensão de um eu estável e é fácil perceber que, apesar de a relação com a realidade circundante, seja ela histórica, geográfica, lendária ou literária, nem sempre ser harmoniosa, e se dar, muitas vezes, no modo da discordância, ainda assim, essa realidade marca e atravessa profundamente a subjetividade, a ponto do seu corpo, pensamento e linguagem não lhe pertencerem unicamente.

REFERÊNCIAS

ARCHANJO, Neide. *As marinhas*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

ARCHANJO, Neide. *Poesia 1964 a 1984*: antologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

AGAMBEN, G. A quem se dirige a poesia? Trad. DE OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier et al. *Direitos humanos às beiras do abismo*: Interlocuções entre Direito, Filosofia e Arte. Vila Velha: Praia Editora, 2018, p. 611-615.

BARCELOS, José Carlos. A retomada das raízes portuguesas pela literatura brasileira contemporânea (1960-1985). *Máthesis*, Lisboa, n. 3, p. 151-165, 1994.

COLLOT, Michel. O sujeito lírico fora de si. Trad. Zênia de Faria e Patrícia Souza Silva Cesaro. *Signótica*, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 221-241, 2013.

CULLER, J. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. Tradução Teodoro Cabral (com colaboração de Paulo Rónai). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

ELIOT, T. S. “As três vozes da poesia”. In: ELIOT, T. S. **A essência da poesia**. Trad. Maria Luiza Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova S.A., 1972, p. 129-147.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2022.

GARRAMÚNO, Flôrencia. (Orgs.). **Expansões contemporâneas**. Literatura e outras formas. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2014. p. 69-89.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valerio Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

PEDROSA, Celia. Poesia, crítica e endereçamento. In: In: KIFFER, A. P.; GARRAMUÑO, F. (Org.) **expansões contemporâneas**: literatura e outras formas. Belo Horizonte, EdUFMG, 2015. (Col. Babel).

PEDROSA, Celia et al. “Endereçamento”. In: PEDROSA, Celia et al. **Indicionário do contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 97-124.

PLATÃO. **A república de Platão**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

QUEVEDO, Rafael. Metáforas da navegação na lírica brasileira contemporânea de autoria feminina. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 24, n. 52, p. 303-328, 2020.

RAGUSA, Giuliana. **Lira grega**: antologia de poesia arcaica. Tradução e organização Giuliana Ragusa. São Paulo: Hedra, 2013.

RAMALHO, Christina. “As marinhas, de Neide Archanjo: um mergulho luso-brasileiro”. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé. **Refazendo nós**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.199-224.

_____. Sobre a invocação épica. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 23, n. 47, p. 373-391, 2013.

SANTIAGO, Silviano. Singular e anônimo. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 5, p.95- 105, 1986.

SISCAR, Marcos. “Apresentação”. In: SISCAR, Marcos (org). **Escrever para quem**: Ana Cristina Cesar e o endereçamento. Campinas: Asa da Palavra, 2023. p. 9-20.

A MORTALHA DE ALZIRA: ANÁLISE DE UMA *FEMME FATALE* À LUZ DE RENÉ GIRARD

Bruna Letícia Menezes Ferreira
Naiara Sales Araújo Santos

1 INTRODUÇÃO

A teoria do desejo mimético de René Girard (2009) é uma contribuição significativa para a compreensão do comportamento humano, dinâmicas sociais e fenômenos culturais. Desenvolvida na segunda metade do século XX, essa teoria oferece uma visão profunda sobre a intrincada interação entre desejos humanos, rivalidade, conflito e a formação de estruturas sociais. O trabalho do filósofo francês tem suscitado notável interesse em diversas áreas, incluindo antropologia, sociologia, psicologia e crítica literária, gerando uma gama significativa de avaliações críticas e discussões dentro do contexto da comunidade acadêmica.

Na raiz da teoria de Girard (2009) está o conceito de "desejo mimético", um termo derivado da palavra *mimesis*, que se refere à imitação. O referido autor postula que os desejos humanos são fundamentalmente moldados pelos desejos dos outros ao seu redor, em vez de serem expressões exclusivamente autônomas de anseio individual. Essa natureza mimética do desejo implica no fato de que os indivíduos tendem a imitar as preferências, aspirações e comportamentos daqueles que fazem parte de seu meio social e cultural.

Para a estrutura de Girard está a noção do "triângulo do desejo". Essa dinâmica triangular envolve três componentes-chave: o sujeito, o modelo e o objeto. O sujeito imita os desejos do modelo, levando a uma competição pelo mesmo objeto desejado. Esse processo de imitação e competição pode potencialmente escalar para rivalidade e conflito, caso seja resultante de uma mediação interna. Ao focar nessa estrutura triangular, ele revela um mecanismo subjacente que permeia várias formas de tensão social e animosidade.

Nessa perspectiva, o teórico distingue mediação externa e mediação interna como duas formas de influência que moldam as relações sociais e os desejos humanos. A mediação externa, conforme concebida por Girard, refere-se à influência exercida por um terceiro indivíduo ou elemento externo em uma interação social. Esse terceiro age como um mediador ao criar um objeto de desejo ou uma referência que é imitada por dois ou mais indivíduos. O desejo direcionado para o objeto mediador é imitado pelos indivíduos, o que, por sua vez, não culmina em um cenário de rivalidade, uma vez que o objeto desejado não ostenta uma proximidade espiritual iminente e, dessa forma, impossibilita a realização de um vínculo direto com "seu Deus". Nesse contexto, emerge uma mediação que assume uma dinâmica saudável.

Por outro lado, a mediação interna refere-se à influência que os próprios indivíduos exercem uns sobre os outros dentro de uma interação. Aqui, a rivalidade e a imitação ocorrem entre os próprios desejos dos indivíduos, sem a necessidade de um mediador externo. Um indivíduo pode imitar o desejo de outro indivíduo, levando a uma competição direta pelo mesmo objeto de desejo e, consequentemente, à dinâmica de rivalidade:

Falaremos de mediação externa quando a distância é suficiente para que as duas esferas de possíveis, cujo centro está ocupado cada qual pelo mediador e pelo sujeito, não estejam em contato. Falaremos de mediação interna quando essa mesma distância está suficientemente reduzida para que as duas esferas penetrem com maior ou menor profundidade uma na outra (Girard, 2009, p. 33).

Girard estende sua análise ao âmbito da cultura explorando como as sociedades humanas estabelecem normas, rituais e sistemas de crenças. Ele introduz o conceito do "mecanismo do bode expiatório" para elucidar a resolução de rivalidades e conflitos crescentes. Nesse contexto, um bode expiatório se torna o alvo de culpa coletiva, desviando e difundindo as tensões subjacentes dentro de uma sociedade. Esse fenômeno tem um efeito duplo: restaura uma aparência de harmonia e unidade, ao mesmo tempo em que dá origem a mitos, práticas religiosas e rituais que servem para reforçar a coesão social.

A teoria do desejo mimético, conforme exposta pelo filósofo francês, encontra solo fértil para aplicação na análise de literatura, mitologias e narrativas culturais. A interpretação girardiana busca descobrir as tensões miméticas e conflitos latentes dentro dessas narrativas, lançando luz sobre as dinâmicas subjacentes que impulsionam as motivações e ações dos personagens.

Dessa forma, a teoria do desejo mimético de René Girard nos oferece uma compreensão matizada do comportamento humano e da interação social. Sua exploração de como os desejos são influenciados, como os conflitos surgem e como as sociedades estabelecem ordem e coesão oferece um arcabouço valioso para analisar uma ampla variedade de fenômenos, desde relacionamentos interpessoais até tendências culturais mais amplas.

Embora a teoria de Girard tenha despertado tanto entusiasmo quanto críticas, ela enriquece inegavelmente o discurso acadêmico sobre a natureza humana e as dinâmicas sociais. Entenderemos mais à frente um pouco mais sobre essas dinâmicas a partir da análise da obra *A mortalha de Alzira* do escritor maranhense Aluísio Azevedo.

2 A OBRA A MORTALHA DE ALZIRA

A mortalha de Alzira é um romance escrito pelo autor maranhense Aluísio Azevedo que foi publicado em 1893. A obra é conhecida por sua exploração de temas góticos, sobrenaturais e eróticos e foi inspirada no conto "La Morte Amoureuse" de Théophile Gautier. A história envolve elementos de vampirismo e

romance sombrio. O enredo de *A mortalha de Alzira* gira em torno de Ângelo, um jovem e promissor pároco que é enviado para substituir um padre na cidade de Paris. Lá, ele é imediatamente cativado pela beleza e graça de uma mulher misteriosa, jovem e atraente, chamada Alzira, a qual associamos ao arquétipo da *femme fatale*, caracterizada por sua beleza e magnetismo, mas também por seu poder de destruição.

Azevedo utiliza a personagem de Alzira para explorar temas como o poder da sedução, a influência do desejo e as dinâmicas sociais da época. A protagonista é envolvida em uma teia de relações complexas, muitas vezes movidas por paixões e interesses ocultos. Sua presença provoca uma série de conflitos, rivalidades e tragédias entre os personagens, evidenciando a maneira como os desejos miméticos podem se manifestar na sociedade.

Ângelo fica profundamente atraído por Alzira e, ao conhecê-la, desenvolve sentimentos intensos por ela. No entanto, ele também percebe que há algo incomum em sua natureza. A verdadeira identidade de Alzira e seu relacionamento com Ângelo tornam-se o cerne do mistério da novela. O título "*A Mortalha de Alzira*" sugere um elemento simbólico importante na obra. A "mortalha" alude à mortalidade e à inevitabilidade da morte, servindo como uma metáfora para a influência de Alzira sobre as pessoas ao seu redor e as consequências trágicas de seus desejos e ações.

Conforme a história se desenrola, podemos deduzir que Alzira é, na verdade, uma vampira, uma criatura sobrenatural que se alimenta da vida de Ângelo para sustentar sua própria existência. Apesar de saber do perigo e da natureza sombria de seu relacionamento, Ângelo se entrega ao amor e à paixão por Alzira. A obra explora temas de desejo, morte, sedução e sacrifício, combinando elementos góticos, românticos e eróticos para criar uma narrativa intensamente emocional. A relação entre Ângelo e Alzira é marcada por um senso de inevitabilidade e tragédia, culminando em um final que traz revelações surpreendentes e uma sensação de desespero.

A narrativa também apresenta críticas sociais e reflexões sobre a condição humana, especialmente no contexto das relações interpessoais e das pressões sociais que moldam o comportamento das personagens. Azevedo utiliza o cenário parisiense e os personagens para explorar questões como a hipocrisia, a decadência moral e a busca por status social em uma sociedade em transformação.

A mortalha de Alzira é uma obra que retrata de forma impactante as interações complexas e muitas vezes destrutivas entre os personagens, evidenciando a influência dos desejos miméticos e a exploração das dinâmicas sociais em um contexto naturalista. Através dessa narrativa, Aluísio Azevedo apresenta um retrato crítico da sociedade e da natureza humana, deixando uma marca significativa no cânone da literatura brasileira.

3 ROMÂNTICO OU ROMANESCO?

Para classificar *A mortalha de Alzira* como obra romântica ou romanesca, nos baseamos na teoria de René Girard. Em seu ensaio *Mentira Romântica, Verdade Romanesca* (2009), Girard aponta que as distinções entre o "romântico" e o "romanesco" são fundamentais para a compreensão das dinâmicas humanas retratadas na literatura. O autor utiliza esses conceitos para analisar a relação entre o desejo, a imitação e a rivalidade presentes nas narrativas ficcionais.

Aqui, o termo "romântico" não se refere ao movimento literário ou cultural, mas sim ao impulso inicial de desejo que motiva a ação de um personagem. Girard argumenta que o desejo romântico é frequentemente modelado por outros indivíduos, funcionando como um mecanismo de imitação. O desejo inicial é muitas vezes despertado por um modelo, alguém que o personagem considera atraente ou digno de admiração. Por exemplo, o personagem principal de um romance pode ser inspirado pelo desejo de outro personagem por um objeto ou pessoa específica.

Por outro lado, o "romanesco" se refere à progressão da trama que ocorre quando esse desejo inicial dá lugar à rivalidade e ao conflito entre personagens. A imitação mútua dos desejos pode levar a uma competição pelo mesmo objeto ou pessoa desejada, gerando tensão dramática na narrativa. Essa rivalidade é o cerne do enredo romanesco. À medida que a trama se desenrola, os personagens confrontam as consequências do desejo mimético e, eventualmente, alcançam uma resolução ou revelação que expõe a ilusão do objeto desejado.

Para ilustrar essas distinções, Girard analisa várias obras literárias. Um exemplo é *Dom Quixote* (1605) de Miguel de Cervantes, em que o protagonista é inspirado pelo ideal romântico de se tornar um cavaleiro andante após ler romances de cavalaria. No entanto, o desenvolvimento romanesco ocorre à medida que suas aspirações colidem com a realidade, levando a situações cômicas e conflitos com outros personagens. Nesse sentido, no contexto do ensaio de René Girard, o "romântico" refere-se à ilusão do desejo autônomo, enquanto o "romanesco" se relaciona com o desenrolar da trama, envolvendo rivalidade e conflito como resultado desses desejos imitativos por conta da presença de um mediador. Esses conceitos oferecem uma estrutura analítica para entender como as dinâmicas do desejo e da imitação são retratadas na literatura e como elas influenciam as relações entre personagens.

O tópico subsequente se destina a uma investigação mais abrangente do conceito de *femme fatale*, com o propósito de estabelecer uma compreensão aprofundada da personagem Alzira em sua relação com a teoria proposta por René Girard. Adicionalmente, no âmbito da análise da obra, examinaremos a natureza da interação entre Alzira e Ângelo, visando discernir se esta se fundamenta nos princípios do romântico ou do romanesco.

4 CONCEITUANDO A MULHER FATAL

A arte medieval costumava deixar em evidência um paradoxo feminino: temos de um lado Eva, como o portal para chegar ao diabo, mais conhecida como a mulher responsável pelo fracasso da espécie humana; e de outro, Maria, a rainha do céu, a virgem que auxilia Deus na redenção da humanidade. O objetivo da sociedade daquela época, ao destacar esses dois modelos femininos, era principalmente influenciar as mulheres a adotar comportamentos dóceis e obedientes, com o propósito, por vezes, de mantê-las na posição de subordinação, conforme aponta Roche Coleman (2021).

Ao longo da história da humanidade, existiram mulheres que impuseram suas opiniões e vontades quando algo não lhes agradava, mostrando que era possível transcender esse estereótipo de subordinação e obediência ao homem mas, por questões sociais elas não receberam destaque conforme a história foi se sucedendo. Entretanto, a literatura prova que muitas mulheres foram protagonistas de suas histórias, subvertendo os paradoxos tradicionais.

Na mitologia grega, essas mulheres são as criadoras do universo e adoradas pelas suas criaturas. Reverenciadas pelo rejuvenescimento e proteção da natureza, pela procriação da humanidade, bem como temidas pela destruição dessa mesma natureza e humanidade, conforme observa Tuğçe Özdiç (2020). No entanto, de acordo com as considerações de Leeming e Page (1994, p. 51), ao longo da história, a percepção masculina da importância na procriação foi um fator que desafiou o domínio tradicionalmente atribuído às figuras femininas na sociedade.

A mulher fatal tem suas origens nos mitos. Podemos perceber marcas desse *topos* feminino em Eva, que peca e faz Adão pecar; em Jezabel, que não mede esforços para conseguir o que quer; em Dalila, que trai Sansão por dinheiro; em Salomé, que seduz e leva Herodes a matar. Elas não necessariamente precisam matar, mas são perversas, sedutoras e cruéis. A partir disso, podemos perceber que a *femme fatale* habitava a terra e caçava homens em diferentes narrativas desde a criação do mundo, antes de ganhar seu “sexy título francês” (Braun, 2012, p. 2).

Tendo em vista que um dos objetivos da pesquisa é analisar uma mulher fatal à luz da teoria de René Girard, façamos uma breve discussão sobre o significado do termo *femme fatale* que foi mencionado há pouco e suas figurações ao longo do tempo. A expressão vem do francês que significa “mulher fatal”. Trata-se de uma mulher independente, bela e sagaz, que utiliza seu corpo e a sua sensualidade para conseguir vantagens, como riquezas e poder sobre outrem, além disso, é capaz de fazer com que o homem caia em infortúnio, enlouqueça e/ou morra:

a *femme fatale* assusta, ameaça, mas nunca cansa o leitor, suscitando uma curiosidade crescente sobre ela, para desvendar o seu mistério, para ter poder sobre ela, à medida que se torna mais um enigma. Não é de

estranhar, portanto, que a *femme fatale* seja muitas vezes recompensada pelos seus esquemas sem escrúpulos, colhendo os benefícios da riqueza dos homens que ela destrói com astúcia, embora a sua vitória seja geralmente de curta duração (Hedgecock, 2008, p. 1, tradução nossa).¹

Ainda, a *femme fatale* normalmente foge das normais sociais da época em que vive: ela mostra sinais de dominância e independência, bem como a capacidade de alcançar seus desejos físicos e emocionais. Na maioria dos textos literários, ela leva seu parceiro à destruição. O crítico italiano Mario Praz (1961) comenta que, comumente, a *femme fatale* exerce seu poder sobre homens jovens que possuem uma beleza física, castidade sexual e inexperiência em assuntos amorosos. Eles se apaixonam pela mulher fatal sem saber que ela pode ser inatingível. Podemos perceber Alzira como uma mulher fatal a partir deste excerto:

[...] condessa Alzira, bela, cínica e espirituosa cortesã, célebre por ser nessa época a mulher mais insensível e mais fria de Paris. Juravam todos que a formosa condessa jamais sentira por ninguém a menor partícula de amor, e que o seu melhor momento de alegria era quando, por causa dela, algum dos seus inúmeros apaixonados caía morto em duelo ou metia uma bala nos miolos (Azevedo, 1895, p. 43).

Mario Praz (1951, p. 189) afirma que o tema da mulher fatal sempre foi explorado, até mesmo na Antiguidade clássica, porém esse topos ainda não estaria firmado até a metade do século XIX, mesmo já existindo várias figurações de mulheres fatais na literatura. O crítico afirma que, para que o topos da *femme fatale* fosse fixado nessa época, seria necessário que essa “figura tivesse criado uma profunda impressão na mente popular” (*Ibidem*).

De acordo com Hedgecock (2008), escritores do século XIX surgem com várias versões da *femme fatale*, em que muitas vezes a sexualidade pode estar de fora, evidenciando apenas uma vontade de se tornar independente e autônoma que caracteriza uma oposição para os padrões da época e ameaça a ideologia da sociedade burguesa da metade do século XIX:

Os escritores de meados do século XIX mostram que o seu desejo de independência e autonomia ameaça agora a ideologia da nova classe burguesa emergente. Ao longo do século XIX, os escritores introduzem diversas variações da *femme fatale*, mostrando que ela é paradigmática, perigosa, mas vulnerável, incitando ao medo, mas levada à ação pelo medo. [...], ela nem sempre é portadora de uma sexualidade que é descaradamente predatória; em vez disso, ela representa as mudanças sociais e culturais (Hedgecock, 2008, p. 6 e 7, tradução nossa).²

¹ [...] the *femme fatale* scares, threatens, but never wearies the reader, arousing an increased curiosity about her, to untangle her mystery, to have power over her, as she becomes more of an enigma. It is no surprise, then, that the *femme fatale* is often rewarded for her unscrupulous scheming, reaping the benefits of wealth from men whom she guilefully destroys, even though her victory is usually short lived (Hedgecock, 2008, p. 1).

² Mid-nineteenth-century writers show that her desire for independence and autonomy now threatens the ideology of the new emerging bourgeois class. Over the course of the nineteenth century, writers introduce several variations of the *femme fatale*, showing that she is paradigmatic, dangerous, yet

Dessa forma, a *femme fatale* não é apenas um elemento de perigo e sedução nas obras do século XIX, mas também serve como um reflexo intrigante das mudanças e contradições que moldaram essa época. Ela personifica tanto a busca por independência individual quanto as ansiedades e complexidades que surgiram no processo de transformação social e cultural desse período.

No artigo “De perseguidas a fatais”, França & Silva (2016) afirmam que na literatura de horror, a mulher fatal adota uma posição significativa, ela é a personagem central da narrativa uma vez que é um elemento dotado de uma sexualidade incontrolável e cheia de ira. Por quebrar paradigmas sociais que decretavam o controle da sexualidade feminina, a mulher fatal é vista como uma ameaça ao homem, capaz de levá-lo ao infortúnio, à loucura e até mesmo à morte. Além disso, por muitas vezes foi identificada como o próprio diabo.

A autora Camille Paglia (1992) também aborda a natureza feminina, observando que o enigma e potencial ameaçador da mulher estão relacionados à sua característica anatômica de ter seu aparelho reprodutor de forma interna, que é percebido como um enigma capaz de exercer uma influência física e espiritual sobre o homem, bem como de consumir sua energia durante o ato sexual. De acordo com essa perspectiva, a expressão de uma sexualidade intensa é vista como um elemento potencialmente ameaçador para o homem.

Por conta disso, a maioria das mulheres fatais são representadas em seres sobrenaturais como vampiros, sereias, deusas, medusas e até mesmo aparições fantasmagóricas, exibindo-se por fora como uma mulher atraente e por dentro escondendo vários perigos e mistérios. Além disso, o fato de a mulher fatal ser inalcançável, fria e sedutora é o que configura o convite para o homem e marca o início da sua destruição.

5 ANÁLISE DA OBRA À LUZ DO DESEJO MIMÉTICO

Conforme mencionado anteriormente, Mário Praz (1961) expõe a observação de que, frequentemente, a figura da *femme fatale* exerce seu fascínio sobre indivíduos jovens do sexo masculino que apresentam atributos de beleza física, virtude sexual e vivências amorosas limitadas. Esta situação encontra eco no contexto do pároco Ângelo, notadamente formado dentro das restrições monásticas, jamais tendo tido contato com o sexo oposto, “Ângelo era um inocente, ou, pelo menos, nunca tinha visto uma mulher” (Azevedo, 1985, p. 32).

O autor salienta que tais homens se veem enredados em um sentimento de atração por essa figura sedutora, alheios à possibilidade de sua inalcançabilidade. Tal dinâmica é discernível na abordagem inicial que Azevedo confere à cortesã Alzira nas primeiras páginas da narrativa: [...] por causa dela,

vulnerable, inciting fear, yet driven into action by fear. [...], she does not always bear a sexuality that is blatantly predatory; instead she represents the social and cultural changes (Hedgecock, 2008, p. 6 e 7).

algun dos seus inúmeros apaixonados caía morto em duelo ou metia uma bala nos miolos (1895, p. 43).

Além disso, no que tange à análise do caráter romântico ou romanesco da obra, de acordo com as considerações de Girard, observamos a intensa paixão que une Alzira e Ângelo. Em uma primeira análise, poderíamos equivocadamente inferir que a narrativa se insere no paradigma romântico, em que a complexidade do desejo triangular é simplificada para uma relação bilateral e espontânea. Tal percepção é influenciada pelo fato de que a atração entre Alzira e Ângelo surge imediatamente e reciprocamente, manifestando-se por meio de um breve contato visual, o que pode ser interpretado, literalmente, como amor à primeira vista:

Mas, quando Ângelo, terminado o divino sacrifício, erguia o olhar pela derradeira vez, procurando o céu, seus olhos de repente se fecharam fulminados, e todo o seu corpo estremeceu da cabeça aos pés. Em vez do céu, seus olhos tinham encontrado o olhar de Alzira. [...] E ficou por longo tempo a fitar, ameaçadoramente, a linda cortesã (Azevedo, 1895, p. 68).

Conforme afirmam Nogueira e Torres (2021) a dinâmica da mediação externa é exemplificada por Girard na obra *Dom Quixote* (1605), cujo protagonista, que leva o mesmo nome da obra, vê em Amadis de Gaula o modelo ideal de cavaleiro. Contudo, não há conflito nessa relação, já que Dom Quixote nunca se envolve diretamente com seu mediador.

É crucial lembrar que essa separação é de natureza espiritual e existencial; apesar da distância física, evita-se o confronto real. É notável como, em situações de mediação externa, a impossibilidade de realizar desejos e alcançar uma transformação metafísica leva o indivíduo a um estado de desilusão ou melancolia, como observado nos casos de Dom Quixote e Emma Bovary.

Da mesma maneira, esse estado melancólico também se manifesta em Ângelo, que, por ser padre, não pode nutrir sentimentos românticos por uma mulher. Ele é forçado a escapar da agitação emocional que Alzira lhe causa, visto que ela é uma mulher sedutora e ninguém é capaz de detê-la quando ela está em busca de seus objetivos, conforme aponta Feliks Shteinbuk (2022). Dessa forma, Ângelo busca refúgio em um pequeno vilarejo chamado Monteli, situado a poucos quilômetros de Paris.

E Ângelo, arrastando a sua melancolia, entrou no pequeno aposento que lhe era destinado. Um triste quarto, em que a formosa imagem da Virgem se destacava, como na outra cela do convento de S. Francisco de Paula. Paredes nuas e velhas, teto esborcinado e sem forro. Ângelo sentou-se no catre que havia a um canto, e começou a soluçar, com o rosto afogado nas mãos. Chorava, e não sabia dizer por quê. Sofria e não se animava a confessar a si mesmo de onde lhe vinha aquela dor, que assim lhe arrancava tão quentes lágrimas do coração. (Azevedo, 1895, p. 130).

No entanto, ao contrário do que ocorre em *Dom Quixote*, torna-se evidente a presença da mediação interna da obra uma vez que, antes da condessa Alzira

participar da missa, já havia circulado informações sobre Ângelo entre as pessoas que frequentavam o seu salão. Ademais, a decisão dela em buscar Ângelo, mesmo que sem uma motivação amorosa imediata, sugere que seu interesse pelo jovem pároco foi incitado por influência externa, de acordo com a teoria do triângulo do desejo proposta por Girard. Este desenvolvimento, por sua vez, confere à narrativa características romanescas, uma vez que, nessa ótica, o desejo é estimulado por meio da intervenção de um terceiro elemento, possivelmente encarnado pelo doutor Cobalt:

Sim, meus caros amigos. A verdadeira convicção nas suas crenças, o verdadeiro sentimento do que ele afirmou no púlpito. Foi só daí que lhe veio aquela poderosa e dominadora eloquência. Ângelo falou mais com o coração do que com a cabeça, e só por isso Paris o ouviu tão comovido (Azevedo, 1895, p. 47).

Girard afirma que “para que um vaidoso deseje um objeto, basta convencê-lo de que esse objeto já é desejado por um terceiro a que se agrega um certo prestígio” (2009, p. 31). Nesse sentido, é cabível estabelecer que o interesse de Alzira por Ângelo se manifestou por meio de um processo mediado. Isso se evidencia pelo fato de que, previamente à realização da segunda missa, diversos indivíduos já haviam conduzido conversas na residência de Alzira, abordando o tópico referente ao pároco.

Quevedo e Rodrigues (2022) consideram que as reflexões de René Girard “pretendem chamar a atenção para a principal intuição girardiana: a de que sempre desejamos à luz, por assim dizer, do desejo alheio”. Dessa forma, a principal função do mediador é iluminar o objeto desejado. Sendo assim, Alzira era mediada em seu recinto. Cada palavra proferida acerca do jovem Ângelo era recebida por ela com notável importância e atenção:

Foi escutado com o máximo interesse. A formosa e fria dona da casa, essa mulher que diziam de coração surdo a todas as ternuras e de olhos secos e fechados para todas as dores, era todavia a que se mostrava presa dos lábios do narrador, e a que mais avidamente lhe bebia as palavras [...] Alzira, que não deixara o canto do seu divã, ia cada vez mais se mostrando empenhada no que dizia o médico. Agora tinha o cotovelo fincado na almofada, a mão amparando o rosto, e os olhos espetados no teto. (Azevedo, 1895, p. 51).

Quevedo e Rodrigues (2022) também destacam a importância da figura do mediador na teoria de Girard, observando que a natureza da mediação e sua dinâmica influenciam a manifestação de diversas emoções e paixões, como ciúmes, rivalidades, ódio, vaidade, masoquismo e até mesmo psicopatologias. Assim podemos perceber o quão complexas são as interações humanas sob a perspectiva girardiana.

Com base na análise apresentada, é pertinente justificar o envolvimento amoroso entre Alzira, caracterizada como uma figura de mulher fatal, e sua relação com Ângelo, enquanto decorrente de uma mediação interna, em que por

vezes o doutor Cobalt e/ou a sociedade parisiense tomam o lugar de modelo, Alzira, de sujeito e Ângelo, de objeto. Nesse sentido, Girard afirma:

[...] eis o pecado original do mimetismo: como aprendo a comportar-me a partir da reprodução de comportamentos já existentes, sou levado, consciente ou inconsciente, a adotar modelos e a segui-los como se fossem expressões do meu desejo autônomo (Girard, 2009, p. 18).

Esta forma de mediação internalizada se manifesta por meio dos sentimentos de ciúme, inveja e comportamentos agressivos, engendrados a partir do momento em que a realização do objeto de desejo se revela inatingível. A presença da figura da mulher fatal, associada ao dinamismo do desejo mediado, desencadeou uma série de consequências, culminando na deterioração da saúde mental de Ângelo e, em última instância, em seu trágico desfecho: o jovem pároco se suicida quando percebe que perdeu Alzira. Assim, ela cumpre seu papel de mulher fatal, visto que, conforme aponta Özding (2020), a *femme fatale* pode levar seu parceiro à morte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos acerca do desejo mimético no contexto de uma obra literária, como é o caso de *A mortalha de Alzira*, a atmosfera se compõe menos de eventos concretos e mais de sugestões, demandando a consideração de uma série de aspectos internos e, por vezes, externos. Essa análise concentra-se particularmente na abordagem do autor em relação à natureza mimética do desejo, isto é, se ele resulta em uma falsidade romântica ou em uma verdade romanesca.

Aluísio Azevedo em sua obra cria uma ligação entre Alzira e Ângelo baseada numa falsidade romântica, porém, nossa análise revelou a presença da mediação externa ao longo da narrativa. No decorrer da obra, emerge um desejo triangular central entre Alzira, o doutor Cobalt (juntamente à sociedade parisiense) e Ângelo. Conforme a narrativa avança, esse desejo desencadeia o ciúme, a violência e a inveja entre as personagens, especialmente no que tange ao desejo da cortesã Alzira, o qual torna-se evidente no declínio do sujeito desejante.

Nesse contexto, é possível perceber mais uma vez a relevância da noção de romântico e romanesco, além dos autores que a concebem, como Azevedo, para a identificação da verdadeira natureza do desejo. Este, por sua vez, não emerge de maneira autônoma, mas é intrinsecamente ligado ao objeto, derivando de uma relação triangular complexa em que a presença efetiva do mediador se torna indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **A Mortalha de Alzira**. Rio de Janeiro: Fauchon & Cie, 1895

BRAUN, Heather The Rise and Fall of the Femme Fatale in British Literature, 1790-1910. Madison [N.J.]: Fairleigh Dickinson University Press, 2012.
COLEMAN, Roche. Was Eve the first femme fatale?. **Verbum et Ecclesia**, v. 42, n. 1, p. 1-9, 2021.

GIRARD, René. **Mentira romântica e verdade romanesca** Tradução de Lilia Ledon da Silva. São Paulo: É Realizações, 2009.

HEDGECOCK, Jennifer. **The femme fatale in Victorian literature**: the danger and the sexual threat. Amherst: Cambria Press, 2008.

LEEMING, David, and PAGE Jake. **Goddess**: Myths of the Female Divine. New York: Oxford University Press, 1994.

LIMA TORRES, José Wanderson; RODRIGUES NOGUEIRA, Romério. **Poesia, mimese e crítica literária**: uma reflexão a partir da obra de René Girard. LETRAS EM REVISTA, [S.l.], v. 12, n. 02, dez. 2021. ISSN 2318-1788. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/488>>. Acesso em: 07 out. 2023.

ÖZDİNÇ, Tuğçe. FEMME FATALE 101: THE BASIC CHARACTERISTICS OF THE FEMME FATALE ARCHETYPE. **Journal of International Social Research**, v. 13, n. 73, 2020.

PRAZ, Mario, 1896-1982. **The romantic agony**. London: Oxford University Press, H. Milford, 1933.

QUEVEDO, Rafael, RODRIGUES, Emily. **Em virtude do muito desejar**: a personagem Flora, do romance Esaú e Jacó, de Machado de Assis, à luz do desejo mimético, 2022.

SHTEINBUK, Feliks et al. Transgressive Character of the Femme Fatale Image in Oles Ulianenko's Novel "Seraphim". **Respectus Philologicus**, n. 41 (46), p. 107-119, 2022.

ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS NA FICÇÃO: A VOZ NARRATIVA EM A TIRANIA DO AMOR DE CRISTOVÃO TEZZA

Jéssica Souza Pereira Marques

1 INTRODUÇÃO

De maneira sucinta, podemos dizer que o uso da argumentação e sua aplicação na vida diária começa com os sofistas, na Grécia antiga, que gostavam de utilizar da Retórica, em uma linguagem persuasiva para quando os indivíduos recorressem na justiça em situações de posses de terras alheias. Assim, surgiu o manual de Córax para orientar essas pessoas. Portanto, esse início do estudo da argumentação pode ser relacionado ao Direito. Logo depois, foi Platão que desconsiderou totalmente os Sofistas, entregando-os ao esquecimento, pois o filósofo acreditava que eles faltavam com a verdade, falseavam-na.

Desse modo, há um afastamento entre a Filosofia e a Retórica e, por conseguinte, entre a razão e a emoção, já que Platão considerava que tal arte deveria estar baseada na verdade. Após este, ainda na Grécia antiga, surge Aristóteles que modificou toda a Retórica. O filósofo foi fundamental para garantir novamente o espaço de destaque da arte do bem falar, com manuais didáticos e elementos que fundamentam esse estudo. “Com ele, a argumentação retórica passou a ser mais rigorosa e menos propagandística, pois, ao conferir uma definição mais modesta à disciplina, o mestre a tornou mais plausível e, portanto, mais eficaz” (Lima, 2016, p. 245). Assim, em Aristóteles podemos observar o surgimento de um estudo mais completo sobre a argumentação e a partir dele, outras teorias que surgiram séculos depois.

Dado esse breve contexto histórico, pensamos agora em relação à Argumentação, à Análise do Discurso e à Literatura, trazendo o que Lima (2016, p. 245) chama de “provas inerentes ao discurso: *pathos*, *ethos* e *logos*”.

A partir dos estudos de Amossy (2016), no texto, *A interação argumentativa no discurso literário: da literatura das ideias ao relato de ficção*, entre outras obras da referida autora, podemos discorrer sobre as configurações argumentativas em textos literários. Neste estudo, escolhemos o romance *A tirania do amor* (2018), de Cristovão Tezza como objeto de análise. Logo, é necessário questionar: é possível observar tópicos argumentativos em textos ficcionais como os romances?

Amossy (2016) traz, de início, o pensamento de Aristóteles para basear sua teoria, no qual o filósofo grego distingue três gêneros oratórios: o judiciário, o demonstrativo e o deliberativo. O gênero deliberativo compreende aspectos como a persuasão e a dissuasão. Na atualidade, podemos afirmar que há uma gama de textos que utilizam a argumentação como recurso persuasivo, por exemplo, os textos publicitários. Entretanto, a autora afirma “[...] só são argumentativos,

excluindo todo o resto, os discursos que explicitamente buscam a adesão do público.” (Amossy, 2016, p.7).

Sendo assim, nos textos ficcionais, é possível observar, no discurso dos personagens, operações argumentativas, nas quais se quer fazer valer um discurso para determinado auditório e acrescenta-se aqui, neste estudo, que quem utiliza da voz na obra é tanto o narrador (quando em 3ª pessoa) quanto o personagem, com o objetivo de dissuadir o leitor.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que o objetivo de um texto literário não é *somente* fazer com que o leitor adira, por meio de narradores e personagens, a uma tese apresentada por estes, de modo que esse tipo de texto não possui estritamente uma configuração argumentativa. Sobre esse aspecto, desde o século XIX, a literatura tem se voltado predominantemente para a dimensão estética, privilegiando a inovação e a experimentação formal. Nesse contexto, produções que assumem explicitamente um propósito persuasivo tendem a ser mal recebidas. Dessa forma, a conexão entre o discurso literário e a argumentação se apresenta como um dilema: se a obra não tem uma intenção persuasiva direta, não se enquadra como argumentativa; por outro lado, se busca adesão a uma tese de maneira manifesta, sua legitimidade como produção literária é questionada (Amossy, 2016).

Não obstante, a autora considera os textos de Anscrombre e Ducrot para fundamentar que, em uma análise semântica, sempre se considerará os modos argumentativos dos enunciados, e que, sendo assim, pode-se observar a argumentatividade nos textos literários. Todavia, a atenção dada pela argumentação aos textos literários ainda não é tão abordada, especialmente considerando a retórica tradicional e a pragmática integrada, no qual o primeiro autor “[...] somente observa a argumentação em um número limitado de discursos[...]” (Amossy, 2016, p.8) e o segundo “dilui o funcionamento argumentativo do relato de ficção no mais geral da linguagem” (Amossy, 2016, p.8).

Ainda que não haja muita atenção em relação a teoria da argumentação atrelada a Literatura, Amossy (2016) traz uma terceira via, no qual se baseia seu estudo. Assim, segundo a autora, a argumentação é um fenômeno discursivo, e não um elemento da língua em si, sendo constitutiva de toda interação verbal, sem se restringir apenas a atos explícitos de persuasão. Sua presença não depende de uma manifestação isolada para ser reconhecida. Da mesma forma que a descrição se insere na estrutura narrativa e desempenha diferentes funções, a argumentação na ficção pode estar implícita na caracterização de personagens ou integrada ao desenvolvimento do enredo.

Sendo assim, compreende-se que, a partir do discurso de personagens e narradores, é possível observar uma dimensão argumentativa. Essas duas figuras ocupam o centro do discurso e são permeadas de intenção, sendo a sua capacidade de persuadir o leitor por meio do discurso o que movimenta a estrutura narrativa fazendo com que este leitor esteja atento e prossiga na leitura da obra.

Charaudeau (2010), ao entender o ato de linguagem como a interseção de dois processos que envolvem quatro agentes, conectados por um duplo circuito – interno e externo –, percebe que esses sujeitos são, inevitavelmente, condicionados

pelas circunstâncias discursivas que os transcendem. Portanto, traz os componentes que fazem parte da encenação narrativa, a qual compõe os agentes dentro da obra (Narrador e leitor destinatário) e os que estão no extratexto (leitor real e autor indivíduo). Assim, é importante destacar esses componentes, a fim de saber suas atuações dentro da narrativa.

A obra, por se tratar de uma situação comunicativa, é, portanto, passível de uma análise mais profunda, especialmente no que diz respeito às teses apresentadas pelo narrador/personagem.

Dada essa breve contextualização entre Teoria Argumentativa e a Literatura, parte-se para a compreensão dos elementos narrativos no texto literário, com o intuito de observar como a posição de um narrador, a partir do seu discurso, constitui o centro de análise da argumentação, e o personagem é aquele que apresenta os diálogos a serem analisados.

2 A ANÁLISE DO DISCURSO: NARRADOR E PERSONAGEM EM A TIRANIA DO AMOR

É necessário ressaltar que, na presente análise, o desenvolvimento da argumentatividade se dará a partir da Análise do Discurso, já que, segundo Amossy (2007) nesse campo de estudo, é possível compreender o funcionamento do discurso em questão, de modo que não é possível separá-lo da dimensão argumentativa.

Segundo a autora,

Sem dúvida, o ato de tomar a palavra nem sempre se destina a conduzir o público a aprovar uma tese. Da conversa cotidiana aos textos literários, muitos são os discursos que não têm orientação argumentativa. Entretanto, a fala que não tem a intenção de convencer acaba por exercer alguma influência, orientando maneiras de ver e de pensar (Amossy, 2007, p.121-122).

Certamente, esta será uma das premissas colocadas neste estudo, visto que, como afirma Amossy (2007), o discurso influencia as formas de pensamento do leitor.

Portanto, entende-se que, a partir de textos narrativos, onde há as figuras do narrador e do personagem, a presença de uma característica essencial em seus discursos, a intenção de persuadir o outro.

Nesse contexto, trazemos a dimensão argumentativa proposta por Ruth Amossy (2007), cuja abordagem distingue as estratégias de persuasão intencionais da tendência do discurso de levar o outro a ver de outra maneira. A essa tendência, Amossy (2007, p. 122) diz “ele comporta simplesmente uma dimensão argumentativa (Amossy, 2006 [2000], 2005): assim acontece com o artigo informativo que preza por sua neutralidade, a conversa coloquial ou o texto ficcional.”

Dessa forma, a autora afirma que a argumentação, seja ela intencional ou não no discurso proferido, é manifesta no discurso. Partindo desse pressuposto, descreveremos os oradores do discurso no texto literário e os textos que manifestam essa dimensão argumentativa a partir da tríplice persuasiva, descrita por Aristóteles.

Primeiramente, tem-se o narrador, que é uma figura controversa na contemporaneidade, entretanto, antes, essa figura era aquele com quem o leitor estabelecia uma relação de confiabilidade. Desde Balzac, Austen, Machado de Assis e José de Alencar, somos apresentados a narradores que, ao longo dos movimentos literários, transformaram-se. Na contemporaneidade, os narradores são discutidos como uma problemática a ser resolvida.

Nesse contexto, insere-se o narrador da obra *A tirania do amor*, do autor Cristovão Tezza, que interrompe a narrativa utilizando o discurso indireto livre, apropriando-se da mensagem ali colocada, quando é o personagem que está em um momento de “palestra”. Ademais, esse personagem ocupa o centro da narrativa, uma vez que detém boa parte da narração centrado em seus discursos e devaneios.

A obra é sobre um economista altamente racional, que busca na matemática todas as soluções aos percalços da vida. Esse é Otávio Espinhosa, que está em uma crise no casamento, com os filhos, com o trabalho e consigo mesmo. A prática de calcular surge nos primeiros momentos da obra “Antes de chegar ao outro lado da rua, calculou a distância e espichou o passo de modo a completar os dezenove passos regulamentares de todas as manhãs, o prazer do número primo, e prosseguir até o escritório.” (Tezza, 2018, p.6).

Assim vive esse personagem e como se pôde observar, o narrador é em 3º pessoa. Entretanto, no discurso narrativo, pode-se observar vários momentos em que esse narrador dialoga com o personagem, ou que Espinhosa entra no chamado fluxo de consciência.

Diante disso, em relação à análise argumentativa, o foco de análise serão esses dois discursos, o do personagem e o do narrador. Além disso, o auditório a quem é direcionado a obra será o próprio leitor destinatário, a saber, a atualidade desde o momento do lançamento do livro em 2018. Esses são os elementos da dimensão argumentativa conforme Amossy (2016, 2011):

Assim, o auditório construído pelo discurso argumentativo no relato de ficção se coloca em diversos níveis que cor-respondem aos diferentes níveis da enunciação. Vai desde o personagem a quem se dirige um protagonista até o leitor possível que o autor levou em conta, passando pelo narratário a quem se dirige o discurso do narrador principal.

Nesse contexto, podemos trazer o Modo de Organização Narrativo descrito por Charaudeau (2008) em sua Teoria Semiolinguística na obra *Linguagem e discurso: modos de organização*. Nela, o autor afirma que o narrador é uma figura apenas “de papel” que vive na narrativa desempenhando uma função de *sujeito que conta* (Charaudeau, 2008, p. 187). E para quem se desenvolve essa narrativa? Para

o *leitor possível*, que é aquele que se exige o reconhecimento da natureza do ato da escrita do autor-escritor (Charaudeau, 2008, p.185).

Na obra *A tirania do Amor*, os diálogos são parcos, uma vez que a narrativa é quase autodiegética¹, muitas das conversações passam-se diretamente na cabeça do personagem principal, Espinhosa, o que dá à narrativa um caráter confessional, fundindo narrador e personagem e por meio do olhar do narrador, simpatiza-se com a crise do personagem principal, deixando os demais antipáticos à vista do leitor.

Portanto, a partir dessa visão, podemos situar a seguinte problemática: será o narrador/personagem aquele que quer, por meio do discurso, fazer com que o leitor aceite apenas um ponto de vista, persuadindo-o a “defender”, por meio do *pathos, logos e ethos*, elementos que serão apresentados mais adiante em nossa análise, *que* o personagem central seria o mais “correto”? Ou seja, o narrador pretende gerar no leitor simpatia por esse personagem de caráter dúbio?

A narrativa em questão revela um estruturado por meio das memórias do personagem principal, em seus diálogos com a filha adolescente, nas crises com o filho esquerdista e em suas interações com a esposa infiel.

Entretanto, Espinhosa se apresenta como alguém egoísta, incapaz de sair de sua própria crise e ainda se estabelece como pessoa idônea, mesmo tendo sido infiel primeiro.

Desse modo, o narrador conduz, por meio do seu discurso, o leitor em uma trama de situações que o induzem a considerar Espinhosa como alguém “melhor” que os outros personagens ali dispostos, pois o ponto de vista predominante é do protagonista. Logo, o leitor compreende que esse caminho não é tão seguro, pois se trata de um narrador suspeito, ou seja, não confiável.

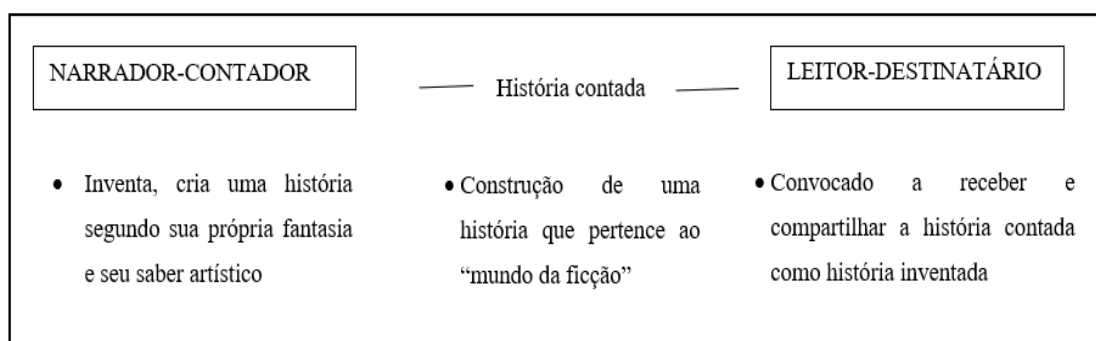
A constatação dessas assertivas se dão com o auxílio da Análise do Discurso, que fundamenta a presente análise a partir dos três modos persuasivos dispostos por Aristóteles, coadunado às obras de Amossy e Charaudeau.

3 O LUGAR DA ARGUMENTAÇÃO: *ETHOS, PATHOS E LOGOS* EM *A TIRANIA DO AMOR*

Inicialmente, é importante frisar a encenação narrativa dada por Charaudeau (2008), na qual o autor destaca parceiros e protagonistas desta encenação, já citados nesse estudo, no qual destacamos o Narrador-contador e o Leitor-destinatário. Vejamos a disposição desses elementos na visão de Charaudeau (2008):

¹ Autodiegético é o narrador que conta sua própria história de acordo com seu ponto de vista. Termo cunhado pelo crítico francês Gerard Genette, é a figura responsável por uma configuração narrativa particular, na qual o narrador expõe suas vivências pessoais ao assumir o papel de protagonista da própria história (Reis; Lopes, 1980).

Quadro 01: Elementos da argumentação



Fonte: CHARAUDEAU, 2008, p. 187

Esse quadro, disposto didaticamente pelo autor, ajuda a visualizar o que se espera da obra em si, uma vez que entendemos que, ainda que sejam “seres apenas no papel”, esses seres são articulados pela mimesis do discurso real. Portanto, se há personagens e leitores, entendemos que eles utilizam da linguagem para se comunicar.

Desde o início da narrativa de Tezza (2018), somos apresentados àquele que será o ponto chave da diegese, diante da questão que o personagem principal apresenta.

Diante do sinal vermelho, que contemplou abstraído como alguém sob uma curta hipnose, decidi (e ao mesmo tempo imaginou as perguntas: Como assim? Você enlouqueceu?) abdicar de sua vida sexual. A ideia bateu opaca, sem ênfase, quase já um fato consumado à frente, como o brilho fixo do semáforo de pedestres, bonequinho imóvel: abdicar. (Tezza, 2018, p. 5).

A apresentação do narrador é bem explícita nesse início de narrativa, apresentando-se como onisciente e intruso, assim como o uso do discurso indireto livre. Podemos perceber que o personagem toma uma decisão formulada a partir de seus problemas conjugais, trazendo com essa questão inúmeras sequências que vão desde as memórias dele com o pai, ao fracasso em sua tentativa de doutorado até o relacionamento com o filho mais velho.

Nesse início da narrativa, vemos narrador e personagem em uma reflexão profunda sobre identidade, relacionamentos etc., apresentando suas teses a partir das emoções e do posicionamento do narrador, partindo do pressuposto de que este tradicionalmente é confiável, o que torna a estratégia persuasiva do seu discurso algo eficaz à medida que ele utiliza uma linguagem confessional, onisciente, guiando o leitor por meio de estratégias na diegese.

Aristóteles afirma que há três formas de persuadir por meio da palavra: “O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso, no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2013, p. 45). Assim, respectivamente, fala-se do *ethos*, *páthos* e *logos*.

No que concerne ao *ethos*, o narrador de *A tirania do Amor* é controverso. É possível confiar em um único ponto de vista? Existe uma certa ambiguidade no modo narrativo da obra de Tezza, pois como exatificar o que pensam as outras personagens se o que se sabe delas é revelado através do ponto de vista de um personagem que obviamente tem problemas com todos eles (a família, nesse caso)? Há ainda o fato de que o personagem é um homem em crise, maduro e com uma visão ideológica instituída, ou seja, uma visão política de direita, e é por meio desse ponto de vista que vemos os outros personagens.

Segundo Charaudeau (2010, p. 29): “qualquer modificação de uma crença leva a uma modificação de emoção (por exemplo, a humilhação); qualquer modificação de emoção leva a um deslocamento da crença (por exemplo, a indignação)” (Charaudeau, 2010, p. 29).

Nesse contexto, descreve-se aqui sobre o *ethos*, no qual já afirmamos que a figura do narrador pode ser dúbia. Desse modo, é necessário discorrer como o personagem e o narrador (ainda que, em algum momento, eles se tornam um só) constroem o seu *ethos*.

A obra é centrada em um economista, hétero, de meia-idade, conservador e racionalista. A razão é o que o move. Essas características são evidenciadas ao longo da narrativa, aliadas ao fato de que o protagonista vive uma crise profunda, especialmente com sua família. Seu emprego está em risco e seus fracassos se manifestam a todo momento por meio de lembranças que vão e voltam ao longo da narrativa.

Na visão de Aristóteles (2013), o *ethos* é formado a partir do caráter pessoal do orador, entretanto, o filósofo acrescenta que esse caráter se manifesta por meio do discurso, de modo que, para validar o caráter, deve-se validar o discurso. Aparentemente, o personagem principal é um homem confiável e há um narrador cujo lugar não se discute, porém, ao longo da narrativa, são apresentados ao leitor outros aspectos do caráter de Espinhosa, que reencontra a ex-namorada e trai sua esposa Rachel. Fato irônico na narrativa, uma vez que a maior decepção da personagem era ter sido traído pela esposa.

O poder de persuasão de um discurso advém, por um lado, do fato de que ele leva o destinatário a partilhar um certo movimento de um corpo. [...] As “ideias” suscitam a adesão do leitor através de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser. Presos pela leitura em um *ethos* envolvente e invisível, não fazemos senão decifrar conteúdos, somos envolvidos em um processo de “incorporação” que nos leva a participar do mundo configurado pelo discurso (Maingueneau, 2010, p. 194).

Desse modo, entende-se que a construção do *ethos* nessa narrativa é dada por um paradoxo, uma vez que o leitor é envolvido pela trama, gerando uma possível identificação do leitor com o personagem, ainda que seu caráter não seja tão confiável.

Não obstante, ressalta-se o pensamento de Santana Neto (2011, p. 976): “O tomo de voz, na fala, a escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas,

postura etc. Esses são alguns signos elocucionais e oratórios, vestimentais e simbólicos, para qualquer orador impor uma imagem psicológica e social”.

Ao fim da obra, Espinhosa, após toda sua reflexão de vida, não consegue sair do lugar e sua proposta de “abdicar da vida sexual” que seria o seu escape diante do questionamento em relação aos seus problemas não tem efeito, já que ele dorme com sua colega de trabalho, Débora, no fim do dia. E, apesar de se esperar que ele parasse de usar a matemática como solução para os problemas, o personagem se encontra novamente pensando em números, incapaz de sair de sua crise.

Consideremos então o *páthos*, segundo o qual as emoções são o canal entre narrador/personagem e leitor e se manifesta em vários pontos da narrativa.

Fantasia subalternas, estou cheio delas, ele pensou, que retornam – são os meus fantasmas companheiros, meu retorno à infância, o afeto que se perdeu, e enquanto esperava o café tentou reorganizar os passos desde o momento em que atravessou a rua. (Tezza, 2018, p. 10).

Nessa passagem, podemos perceber que o personagem não para de pensar, fantasiar. Os devaneios são seus escapes para o que está enfrentando. Logo após, tenta reorganizar seus passos. Assim, o auditório em questão cria a imagem desse personagem, sua pessoa e nesse caso, é de uma pessoa em crise.

O *páthos*, apesar de o personagem ser bem racionalizado, se evidencia diversas vezes.

A tirania do amor talvez fosse uma palavra mais exata. O que o levou, por um caminho torto, à ideia de obediência, o que, por sua vez, lhe trouxe instantaneamente de volta, como uma pancada na cabeça, o fracasso de sua tese, um fato que em definitivo mudou sua vida. Você poderia ter tido uma belíssima carreira acadêmica, disse-lhe Rachel, poucos anos depois, já mastigada pelo tédio (agora aquela observação gratuita, que no momento o chocou como uma pedrada, fez sentido – a corrosão começava ali); o inexplicável tom ofensivo de acusação. (Tezza, 2018, p. 12).

Nesse excerto, podemos considerar um dos primeiros usos das emoções a coagir o leitor a aceitar que Espinhosa sofria pela frieza da esposa, assim como pelo fracasso na sua tese de doutorado, rejeitada pela banca. Assim, o leitor sente esse primeiro apelo do narrador.

Desse modo, segundo Aristóteles, “os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia ou júbilo, amizade ou hostilidade” (Aristóteles, 2013, p. 45-46).

Em outro momento da narrativa, Espinhosa descobre a infidelidade da esposa e acredita que ela, estrategicamente, deixa seu notebook aberto, com e-mails à mostra para que ele pudesse vê-los. Isso ressalta o uso de retórica por parte do narrador, uma vez que, se tal personagem está em crise, é por conta desses problemas. Essa imagem formulada pelo narrador corresponde ao que afirma Aristóteles, de que a interação entre narrador/personagem com o leitor possível é o que desenrola a narrativa.

Nesse contexto, cita-se Amossy (2020), que afirma:

A questão das paixões e de sua mobilização, quando se objetiva a persuasão, mostra bem a que ponto a retórica depende de uma visão antropológica. Ela está intrinsecamente ligada a uma concepção mutável da racionalidade humana e do *status* do componente afetivo do sujeito pensante. (Amossy, 2020, p.197).

Vale ressaltar, que a motivação dada pelo narrador, é justamente a possibilidade de o leitor se identificar com o protagonista da obra. Se esse é um homem com problemas conjugais, o seu auditório também poderá conter alguém na mesma situação e assim desenvolver esse sentimento de empatia pelo personagem e antipatia pelos demais.

O relacionamento de Espinhosa com o filho Daniel também compromete a mente do protagonista. Em vários momentos, ele se vê odiado pelo filho “Meu filho estará ali?, perguntou-se, calculando a possibilidade da coincidência, esbarrar com ele gritando em coro Abaixo! – o quê, desta vez? Abaixo o pai, com certeza.” (Tezza, 2018, p. 26).

Ademais, essa relação com o filho pode ser reflexo do que antes Espinhosa vivera com seu pai:

Você não é um menino qualquer, você merece o melhor, dizia-lhe o pai mais de quatro décadas antes, matriculando-o em escolas internacionais que depois não conseguia pagar, *vá aprendendo tudo, absorva o que puder, sabedoria não ocupa lugar, ninguém pode tirar de você o que você aprendeu*, e ele passou da infância à adolescência na angústia da humilhação permanente, as ameaças do pai a cada carta da direção, *Lamentamos informar que*. Esses filhos da puta estão pensando que você não tem direitos humanos?! Eles nunca ouviram falar das conquistas da Revolução Francesa? Em que século essas hienas vivem? O aluguel atrasado, as mudanças repentinas de apartamento e de cidade, os velhos carros sem documentos, tudo permanentemente errado. (Tezza, 2018, p. 33)

Assim, considera-se que esses e tantos outros problemas que se desencadeiam a partir desses relacionamentos frustrados de Espinhosa, são aquilo que comove o leitor, fazendo com que esse discurso tenha uma base fundamentada, que segundo Amossy (2020, p. 198) “A capacidade de comover é, então, descrita como um dom de eloquência que faz a superioridade do verdadeiro orador”.

Nesse caso, cria-se uma empatia pelo personagem principal, diante de tantas dificuldades enfrentadas, ao mesmo tempo em que se gera antipatia pelos outros personagens que são os “algozes” de Espinhosa. Sobre antipatia, de acordo com Charaudeau (2010, p. 51).

[...] deve ser considerada como uma atitude reativa dupla, em uma relação triangular: vítima de um mal, responsável pelo mal, sujeito observador-testemunha. O actante-objeto é, então, duplicado em perseguido e perseguidor, e o sujeito observador-testemunha se volta para o perseguidor.

Assim, compreende-se que tal emoção afeta o leitor, o qual se vê comovido por toda a situação do protagonista, e, nesse sentido, a reatividade faz com que esse discurso, que permeia toda a narrativa, influencie a maneira de ver e pensar sobre aquilo que estrutura a obra: “a tirania do amor”.

Nesse contexto, desvelamos o próprio discurso do personagem, no qual em um almoço com sua filha discutem uma obra literária, *O mandarim* de Eça de Queirós.

A premissa é a de que um sujeito recebe uma proposta do diabo, na qual deve matar um mandarim que nunca viu. Dessa forma, Lucila, filha de Espinhosa e o pai iniciam a conversa e nesse diálogo é possível observar alguns operadores argumentativos. “Já pensou? Você mataria um mandarim? Uma coisa completamente sem culpa.” (Tezza, 2018, p. 47).

— Não, filha. Eu não mataria um mandarim para ficar rico. E você? [...]
— Hmm... deixa eu pensar se eu mataria um mandarim num estalo de dedos. Bem, quem sabe? Eu nunca vi o gajo, ele está lá no outro lado do mundo, e eu sei que jamais seria descoberta. Por que não?
— Essa é a verdadeira pergunta difícil, filha. Por que não? Pense bem.
— Eu não disse ainda que *não* mataria. Estou pensando. (Tezza, 2018, p. 56).

Os diálogos são interrompidos inúmeras vezes pelos pensamentos do personagem, mas consegue manter a conversa com a menina.

— Não. Acho que não, pai. Não mataria. Acho que o Daniel tem razão. Eu sou uma medrosa. Ontem ele me chamou de burguesinha.
— E você ficou braba?
— Não. Eu até achei engraçado aquele jeitão furioso dele. Está deixando a barba crescer, mas não tem muita ainda. Eu acho legal. Parece o Bob Dylan quando era novinho, aqueles caras antigos.
O pai sorriu – acho que é o primeiro sorriso do dia, ele calculou, *eu amanheci com a testa franzida e ainda não relaxei* – e o sorriso deixou a filha alegre; ele sentiu que ela estava especialmente feliz por partilhar aquele almoço com o pai, *era quase um encontro clandestino, um momento cúmplice em que, na separação familiar, escolhemos inimigos e aliados*, ele imaginou, mas logo descartou a ideia, *estou me comportando como um adolescente*. Uma discreta tensão permanecia, *talvez mais na minha cabeça*, o eco do “você vão se separar?”, que a filha não repetiu justamente para não estragar o momento, ele concluiu, um refúgio afetivo que a fazia sentir-se adulta. (Tezza, 2018, p. 58-59)

Assim, esse diálogo aproximou ainda mais o leitor ao discurso entre pai e filha, no qual pode-se perceber um afeto recíproco entre eles.

Portanto citamos Amossy (2016, p. 198) no qual as emoções: “aparecem como meio inevitável, embora lamentável, para se chegar a resultados concretos: o homem se comporta segundo suas paixões e seus interesses mais do que segundo sua razão.”

Quanto ao *logos*, entendido como a capacidade de conduzir o leitor a crer e simpatizar com o personagem, é possível afirmar que o discurso do narrador-

personagem é eficaz nesse sentido. Espinhosa, como protagonista, constrói sua argumentação de maneira a convencer o leitor não apenas de sua visão de mundo, mas também da legitimidade de suas reflexões. Sua lógica interna, embora permeada por angústias e incertezas, é articulada de forma persuasiva, fazendo com que o leitor acompanhe seu raciocínio e, muitas vezes, se sinta inclinado a aceitar suas conclusões.

Nos excertos analisados da obra de Tezza, o *logos* se fundamenta na estrutura do discurso de Espinhosa. A escolha de argumentos coerentes e plausíveis fortalece sua persuasão, tornando sua narrativa não apenas emocionalmente envolvente, mas também racionalmente aceitável. Mesmo em meio a um fluxo de pensamentos marcados pelo *ethos* e pelo *pathos*, sua argumentação se sustenta, pois apresenta um encadeamento lógico que valida suas percepções. Assim, o *logos* opera como um elemento essencial na construção da verossimilhança da obra, garantindo que o leitor não apenas se envolva emocionalmente, mas também reconheça a coerência do discurso do protagonista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível evidenciar como a retórica se apresenta enquanto elemento essencial na construção do discurso narrativo, especialmente em obras contemporâneas como *A Tirania do Amor*.

O *ethos* do narrador se manifesta em sua autoridade moral, mesmo ao lidar com um personagem de moral ambígua. Enquanto isso, o *páthos* mobiliza as emoções do leitor, cativando-o para compreender e, em certa medida, explicar as ações do protagonista. Por fim, o *logos* surge como um suporte lógico que estrutura os argumentos narrativos e reforça a coesão do tecido narrativo.

Ao relacionar as estratégias argumentativas às Teorias da Argumentação de Aristóteles, Charaudeau e Amossy, foi possível compreender como o texto literário transcende as questões de caráter estético, operando também como um espaço de convenção e reflexão. O narrador em Tezza demonstra que a persuasão literária vai além do enredo, influenciando a forma como o leitor interpreta as nuances do texto.

Assim, este estudo destaca a relevância de um olhar interdisciplinar para o texto literário, no qual as ferramentas da Análise do Discurso enriquecem a leitura e a interpretação da narrativa. A obra de Cristovão Tezza serve como um exemplo contundente de como o discurso literário pode ser uma arena de diálogo argumentativo, reafirmando o papel da literatura como um espaço de formação crítica e de transformação do pensamento do leitor.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. A Interação Argumentativa no Discurso Literário: da Literatura das Ideias ao Relato de Ficção. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 5-41, dez. 2016.

AMOSSY, Ruth. O lugar da Argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filol. lingüíst. port.**, n. 9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. In: **EID&A – Revista eletrônica de estudos integrados em discursos e argumentação**. Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

AMOSSY, R. (2006 [2000]) **L'argumentation dans le discours**. Paris: Colin.

AMOSSY, R. (2005) The argumentative dimension of discourse In: EEMEREN, F. H. van; HOUTLOSSER, P. (eds.). **Practices of argumentation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 87-98.

_____. **A Argumentação no Discurso**. Coordenação de Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa [et al]. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

ARISTOTÉLES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso**. 2 v. Campinas: Mercado das Letras, 2010. Disponível em: <http://www.patrickcharaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 03 de jan. 2023.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. As Emoções e sua implicação na Construção Argumentativa. In: **Discurso e Argumentação em Múltiplos Enfoques**. Eduardo Lopes Piris; Moisés Olímpio-Ferreira (orgs.). Grácio Editor: Coimbra, 2016. Pgs. 241-259.

MAINGUENEAU, D. "Ethos literário, ethos publicitário e apresentação de si" In: MACHADO, I. & MELLO, R. (orgs.). **Análises do Discurso Hoje**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 193-207.

REIS, Carlos; LOPES Ana Cristina. **Dicionário de Narratologia**, Coimbra, Almedina, 1980.

SANTANA NETO, João Antonio. Retórica e Argumentação: um estudo da tríade. In: **CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**, 15., 2011. Rio de Janeiro. Cadernos e anais... Rio de Janeiro: CiFEFil, 2011. p. 974-981.

TEZZA, Cristovão. **A tirania do amor**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2018.

SOBRE OS AUTORES

CESAR RAFAEL RAMOS DOS SANTOS

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLETRAS da Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, atua profissionalmente como tradutor e intérprete da Libras-Português na Universidade Federal do Maranhão lotado na Diretoria de Acessibilidade - DACES exercendo suas funções na TV UFMA.

E-mail: cesar.rafael@ufma.br

MONICA FONTENELLE CARNEIRO

Mestre em Linguística, Doutora em Linguística e Pós-Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLETRAS (Mestrado Acadêmico em Letras) - São Luís - e do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLETRAS (Mestrado Acadêmico em Letras) - Bacabal, assim como professora colaboradora do PPGDIR - Programa de Pós-Graduação em Direito, todos da UFMA. Professora do Departamento de Letras da UFMA, com experiência nas áreas de Letras e Linguística.

E-mail: mf.carneiro@ufma.br

LEANDRO LINDO COELHO

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), graduado em Letras-Libras pela mesma instituição e graduando em Letras Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É membro do Grupo de Estudo sobre Linguagem e Pensamento: Cognição e Linguística (GELP-COLIN/UFMA) no período de 2022 a 2024. Atua como professor de Língua Portuguesa e desenvolve pesquisas na área da Linguística, com ênfase em Linguística Cognitiva.

E-mail: leandro.lindoso@discente.ufma.br

MICHELLE PAULA PASSOS DA SILVA

Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lusofonia da Universidade Federal do Maranhão, atuando na equipe do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA). Professora efetiva da Educação Básica do município de Paço Lumiar.

E-mail: michelleppassos@gmail.com

JOSÉ DE RIBAMAR MENDES BEZERRA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Alagoas. Professor Associado II da Universidade Federal

do Maranhão, atuando como professor do Curso de Graduação em Letras-Licenciatura. É membro do Comitê Científico do Atlas Linguístico do Brasil.

E-mail: jose.mendes@ufma.br

RAFAEL MOURA SANTOS COELHO

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão e graduado em Letras Português – Inglês e suas respectivas literaturas pela mesma universidade. Atualmente, é graduando em Pedagogia pela Universidade de Brasília - UnB e professor efetivo de língua inglesa da Secretaria Municipal do Novo Gama – Goiás.

E-mail: rafaelmourasc@gmail.com

ELTON CÉSAR SOEIRO MARAMALDO JÚNIOR

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, atua profissionalmente como assistente administrativo na Secretaria de Estado da Educação do Maranhão,

E-mail: elton.cesar.soeiro@gmail.com

CLÁUBERSON CORREA CARVALHO

Licenciado em Letras (Inglês) pela Universidade Estadual do Maranhão, bacharel em Comunicação Social (Jornalismo), mestre em Letras e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em cuja Editora Universitária exerce o cargo efetivo de Revisor de Textos. Áreas de estudo e pesquisa: estudos discursivos, sociologia do jornalismo, e editoração.

E-mail: clauberson.cc@ufma.br

ROBSON CARNEIRO DEMÉTRIO

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Ceuma e especialista em Master BIM: Ferramentas de Gestão e Projeto pelo Instituto Pós-Graduação (IPOG). É aluno do mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Áreas de estudo e pesquisa: urbanismo, cidade e violência urbana.

E-mail: robson.demetrio86@gmail.com

HUGO LEONARDO LIMA DE AGUIAR

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PGLetras – UFMA). Atua como professor convidado nos cursos de pós-graduação do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Atualmente, é professor de Língua Portuguesa na rede Estadual de Ensino do Maranhão – SEDUC. Possui especialização em Docência do Ensino Superior e em Língua Portuguesa pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Graduado em Letras e em Jornalismo.

E-mail: hllaguiar@hotmail.com

JULIANA MATOS LAVRA

Mestra pelo programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão e Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. Professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Rede Municipal de Educação de São Luís do Maranhão.

E-mail: julianalavra@edu.saoluis.ma.gov.br

MÔNICA DA SILVA CRUZ

Doutora e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Professora Associada IV do Departamento de Letras e Professora do Programa de Pós Graduação em Letras (UFMA). Líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso no Maranhão (GPELD/CNPq).

E-mail: monica.silva@ufma.br

ANDRÉIA DELLANO MENDES NUNES

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, vinculada à linha de Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas. É especialista em Docência da Educação Profissional e Tecnológica pelo CETIQT SENAI. Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Maranhão. Desenvolve pesquisa na área de Análise do Discurso de linha francesa e Argumentação no discurso. Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino de Línguas e Discurso - GruPELD na Universidade Federal do Maranhão. É professora de Língua Portuguesa e Inglesa EBTB Substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus São José de Ribamar e da Rede Municipal da Prefeitura de São Luís.

E-mail: andreiadellano@yahoo.com.br

MARIZE BARROS ROCHA ARANHA

Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1985), Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2006) e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Letras - PGLetras- Linha de Pesquisa: "Estudos de Linguagem e práticas discursivas" e do Programa de Pós -Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica - PPGEEB (Mestrado Profissional) - Linha de pesquisa: "Ensino de línguas" da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso - GruPELD. Membro do Grupo de Pesquisa PROTEXTO (UFC).

E-mail: aranha.marize@ufma.edu.br

LUZIA RUFINO DE MATOS CIRQUEIRA

Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Graduada em Ciências Licenciatura de Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professora concursada da Rede Pública Municipal de São Roberto-MA.

E-mail: luzia.matos@discente.ufma.br

MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS FARIA

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Membro dos Grupos de Pesquisa: Protexto (UFC), GT em Linguística Textual e Análise da Conversação, e GT Discurso e Argumentação da ANPOLL. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estratégias e Procedimentos de Organização Textual (GEPOT). Professora do programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras da UFMA (PGLetras).

E-mail: faria.maria@ufma.br

GABRIELA DE SANTANA OLIVEIRA

Doutoranda em Estudos de Literatura no POSLIT da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Letras pelo PPGLETRAS da Universidade Federal do Maranhão. Atua nas áreas de Línguas e Literaturas Portuguesa e Inglesa. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Lírica Contemporânea de Língua Portuguesa da UFMA e ao Grupo de Pesquisa Poesia e contemporaneidade da UFF. Professora do Colégio Universitário (UFMA).

E-mail: gabrielasantana1611@gmail.com.

BRUNA LETÍCIA MENEZES FERREIRA

Licenciada em Letras Inglês pela Universidade Federal do Maranhão (2021). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (2024) e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

Email: blfmenezes@outlook.com

NAIARA SALES ARAÚJO SANTOS

Possui Licenciatura plena em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Piauí (2001), Mestrado Acadêmico em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007), Mestrado em Estudos Literários pela Universidade Metropolitana de Londres (2008), PHD em Literatura Comparada pela Universidade Metropolitana de Londres (2013) e Pós-doutorado em Literatura e Cinema pela Universidade de Granada. É docente do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

Email: naiara.sas@ufma.br

JESSICA SOUZA PEREIRA MARQUES

Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGLETRAS UFMA pela Universidade Federal do Maranhão, Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Possui dupla Licenciatura em Letras Português e Inglês.

Pesquisadora do grupo em Filosofia Hermenêutica de Paul Ricoeur. Professora efetiva da rede pública municipal de São Luís e Professora contratada na rede estadual do Maranhão.

Email: jessicaspmarques1@gmail.com

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	DEBATES SOBRE LINGUAGEM: LÉXICO, DISCURSO E LITERATURA EM SUAS DIFERENTES MATERIALIDADES
ORGANIZAÇÃO	Andreza Luana da Silva Barros Cláuberson Correa Carvalho Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO	Stephane Thayane dos Santos Serejo
CAPA	ChatGPT/ Canva.com
SUPORTE DIGITAL	World Wide Web
PÁGINAS	174
TIPOGRAFIA	Nunito e Arial/CORPO Alatsi e Nunito/TÍTULOS

